

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Wilson de Azevedo Marques

**Considerações sobre Invisibilidade Social no Brasil e a
Identidade em busca de Emancipação**

MESTRADO EM DIREITO

**SÃO PAULO
2010**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Wilson de Azevedo Marques

**Considerações sobre Invisibilidade Social no Brasil e a
Identidade em busca de Emancipação**

**Dissertação apresentada à Banca
Examinadora como exigência parcial para
obtenção do título de MESTRE em
Direito, sub-área Filosofia do Direito e do
Estado pela Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, sob a orientação do
Professor Doutor Márcio Pugliesi.**

**SÃO PAULO
2010**

Banca Examinadora

“A palavra cidadania carrega um significado ideológico que traz a exigência de direitos e garantias de uma participação efetiva na sociedade. Quando se analisa a Constituição Federal, fica-se perplexo diante das numerosas possibilidades de participação que o cidadão encontra”.

(Gabriel Chalita)

Dedicatória

Para toda minha família, que é a base luminosa dos meus caminhos e dos estudos.

Em especial aos meus pais que tanto ajudaram-me em tudo, para que pudesse visualizar um mundo melhor. E a Deus que sustenta todo processo da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente ao Professor e Orientador Dr. Márcio Pugliesi pelos importantes e preciosos momentos que tive em suas aulas, e a possibilidade de compartilhar seus livros e inteligência que são transmitidos com sabedoria e humildade. Minha eterna gratidão pela sua paciência e pelo educador que é, possibilitando ainda entendermos os caminhos da Filosofia.

Aos professores da pós-graduação em Direito da PUC/SP pelos ensinamentos em sala de aula, reflexões e críticas sobre meu trabalho.

Com especial carinho ao Professor Doutor Willis Guerra, ao Professor Doutor Gabriel Chalita e a Professora Doutora Márcia Cristina Alvin, pela inteligência, sabedoria e humildade que souberam transmitir ao longo do curso ensinamentos preciosos para a Ciência Jurídica.

Aos amigos do curso de Mestrado em Direito da PUC/SP pelo apoio e incentivo em especial Priscila Mascarelli Salgado e Alexandre Magno Zagnoli.

Aos funcionários da PUC/SP pela atenção e educação.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por acreditar no potencial de seus alunos.

“O homem demora muito tempo para ficar pronto, quando fica já está pronto para morrer”.

(Prof Márcio Pugliesi em uma de suas aulas na PUC-SP)

RESUMO

O objetivo principal da pesquisa que deu origem a este tema e ao texto desenvolvido foi tentar localizar em nossa sociedade por meio da análise de leituras de teóricos nacionais e internacionais um possível processo de invisibilidade social existente no Brasil. Para isto, partimos do período ditatorial e pós, e os reflexos destes períodos na sociedade, ainda hoje colocada em situação desfavorável em relação à dimensão dos direitos fundamentais. Abordamos também o conceito de Identidade como elemento importante no processo de transformação e emancipação. Um leque de considerações foi pesquisado para justificar o problema, desde a atribuição de culpa da própria índole brasileira até fatores e questões políticas fracas e desinteressadas nas propostas de uma visibilidade social, e ainda, a atuação da pós-modernidade como fator alienante do sujeito.

Muito pouco o Estado Político tem contribuído para estimular o desenvolvimento do que realmente interessa, ou seja, proporcionar o bem-estar de amplos setores da sociedade – e possibilitar a concretização do Texto Constitucional. Devemos considerar que há muito que se discutir em termos de responsabilidade administrativa-política, mas examinaremos apenas um breve período e seus reflexos políticos e econômicos com entrevistas e considerações teóricas para refletirmos sobre este momento.

A essa discussão, que envolve o conceito de invisibilidade e subalternidade, seguem-se, no decorrer do trabalho, procurando demonstrar que o sujeito coletivo acaba vivendo a insatisfação que não o garante como cidadão de um Estado Democrático, criando em sua identidade individual um processo de dissociação de interesses na busca de uma sociedade melhor.

Ainda no presente estudo, declinamos a inspiração teórica de pensadores como Jürgen Habermas, Márcio Pugliesi e Antonio Carlos Ciampa, em suas preocupações com o sintagma Identidade, Metamorfose e Emancipação do sujeito nos tempos modernos. Desta forma, a pesquisa sugere o desenvolvimento de estratégias sintonizadas com o Estado Democrático através de movimentos sociais como forma do resgate e de fortalecimento da identidade individual ou coletiva e até o elemento jurídico como instrumento de ação capaz de buscar no judiciário a providência necessária.

Palavras-chave: **Invisibilidade, Social, Identidade.**

ABSTRACT

The objective of the research that gave origin to this text was to try to locate in our society, by means of it analyzes of innumerable readings and for being Brazilian, the question of the Social Invisibility that exists. The present study analysis brings the one of the History of the dictatorship period and after, and the society - subject object placing itself systematically in favorable situation in the first order of the benefits that has right and priority in the social evolution. Many explanations has been offered so that this vulnerability and invisibility are not remained or if they justify, enclosing since the attribution of guilt of the proper Brazilian nature until factors and weak questions and disinterested politics in the proposals of a social visibility.

Much little the National State has contributed to stimulate the development of what really it interests, that is, to provide well-being of sectors of the population - what it would transform it, in effect to be able of State. We must consider that it has much to argue in responsibility terms administrative-politics, but we will examine only one brief period that in them seems to be a repetition of many others that had only appeared and imported in searching proper and to fortify them in the authoritarian model.

This discussion involves the concept of invisibility which is followed by the conclusions of the true Republic with direct consequence in the society, preventing a dissociation of interests of State and Society.

Still in the present study, we decline the theoretical inspiration of thinkers as Jurgen Habermas and its recent theoretical concerns. We do not forget , to appeal to other authors as Michael Foucault in its concern with the constitution of the citizen and Hannah Arendt giving emphasis in the social promotion as essential condition for the growth of a nation.

Finally, the work suggests the recognition of the social identity as became a strong politics of the civil society and only factor essential to structuralize the State in its collaborating paper of the society.

Key word: invisibility social, identity, social.

Sumário

INTRODUÇÃO	14
-------------------------	-----------

1. SOCIEDADE E JUSTIÇA.....	16
1.1. Considerações Iniciais.....	16
1.2. A evolução para o Estado Moderno	26
1.3. Em tempos de ditadura.....	31
1.4. Censura no Brasil.....	41
1.5. Cidadania e Democracia.....	46
1.6.Considerações sobre a exclusão.....	77
1.7.Pensadores do Brasil.....	80
1.8.O Indivíduo sem Rosto em Roberto DaMatta.....	82
1.9.Clientelismo.....	90
2.0.Sobre as relações pessoais junto ao Público.....	95
2.1.O Irracionalismo Brasileiro em Rouanet.....	98

II.UM ESTUDO DA IDENTIDADE DO SUJEITO MODERNO NA SOCIEDADE E POSSIBILIDADES DE PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS SOCIAIS.....

2.2.Identidade e Cultura.....	115
2.3.Culturas Nacionais e Stuart Hall.....	118
2.4.Desconstruindo a Cultura Nacional.....	119
2.5.Indústria Cultural e sociedade.....	121

2.6. A sociedade de Controle - Pressupostos em Márcio Pugliesi.....	124
2.7. Estruturação da Sociedade Burguesa em Pugliesi.....	129
2.8. Sobre a Constituição do Sujeito em Foucault.....	132
2.9. O sentido da Identidade e metamorfose	146
3.0. Sobre a Identidade que tratamos.....	150
3.1. Identidade como Concreto e como Possibilidade em Ciampa.....	154
3.2.Realização do Real – Dulce Mára Critelli	155
 III. PROPOSTA PARA REFLEXÃO EM HABERMAS – “MUNDO DA VIDA” E SOCIEDADE EMANCIPATÓRIA.....	 161
 3.3.Política Emancipatória em Giddens.....	 174
3.4.Emancipação em Boaventura.....	180
3.5.Cultura e Civilização e a Constituição do Sujeito.....	181
 CONCLUSÃO.....	 183
 BIBLIOGRAFIA.....	 186
 APÊNDICE.....	 192

Introdução

O tema escolhido neste trabalho vem ao encontro com o estudo de uma sociedade que acredito estar em fase de profundas desigualdades e invisibilidade social, no que refere-se às estruturas governamentais, que pouco se empenham politicamente em tornar o sistema social dentro de uma dinâmica democrática fortalecida nos moldes do Estado Democrático de Direito. Pugliesi considera, “quando o desequilíbrio excede a capacidade de o sistema obter retorno a ponto de acumulação, transformações serão necessárias”.¹

A pesquisa desenvolvida envolveu leituras e releituras de autores nacionais e internacionais, que possuem uma produção literária significativa e relevante para o entendimento e a possibilidade de reflexão sobre o indivíduo, sua transformação e emancipação em tempos tão complexos e pluralista como o nosso. Assim, os estudos com que a sociologia, filosofia, psicologia e a ciência jurídica realizam sobre este assunto e a preocupação com que os cientistas sociais analisam os fatos sociais, criam possibilidades de novas releituras dos aspectos sociais que colaboram com o desenvolvimento de todo um povo, conseqüentemente de uma nação.

Os fatos sociais, as condições de vida e a política articulada para fins particularistas são respostas que a sociedade está realmente esquecida, subalterna e invisível. As políticas sociais no campo do poder público deitam seus interesses em proveito próprio, disponibilizando seus agentes públicos, somente nos momentos derradeiros da materialização e continuidade de permanecer no Poder, Poder este tido ontem como ditador e hoje egocêntrico, como expõe Marcelo Neves quando esclarece, “A responsabilidade dos graves problemas sociais e políticos é, então, atribuída à Constituição, como se eles pudessem ser solucionados mediante as respectivas emendas ou revisões constitucionais”.²

¹ PUGLIESI, Márcio. Por uma teoria do Direito.p.205.

² NEVES, Marcelo. A Constitucionalização Simbólica.p.187.

Procurei resgatar um pouco da situação política dos anos ditatoriais no Brasil e os reflexos deixados na sociedade, como classes que lutaram pela falta de democracia e liberdade de expressão. Os efeitos causados ainda estão repercutindo na ordem social, em forma de desigualdade, sistema político descomprometido com a realidade nacional e distante dos propósitos Constitucionais. Busco amparo nos pensadores brasileiros como Roberto DaMatta, Jessé Souza, Orlando Villas Bôas Filho, Gabriel Chalita e Márcio Pugliesi, sem os quais não poderia realizar uma análise filosófica e sociológica, que pudesse fornecer para minha pesquisa uma interpretação do Brasil e sua atualidade social. Jessé Souza, brilhante em suas obras, relata “Um argumento fundamental para os defensores da tese do personalismo e do culturalismo essencialista nas suas versões tradicionais e contemporâneas é o de que o Brasil seria uma continuação cultural de Portugal. Afinal de lá viriam o patrimonialismo transplantado, como em Raimundo Faoro, ou o homem cordial e familisticamente emotivo de Sérgio Buarque. Também em Gilberto Freyre temos a afirmação da continuidade essencial com Portugal...”³

As considerações sobre identidade do sujeito, processo de socialização e a classe do sujeito, coletiva ou individual, liga-se à figura da Identidade, que passa por processos de metamorfose constantemente, como nos mostrou as reflexões de Pugliesi, Ciampa, Habermas e Giddens, para que o processo de transformação e emancipação se tornem realidade, mesmo com a ausência do Iluminismo, que tinha no homem sua esperança de cumprir suas promessas. Contribuem também, na construção da identidade social a participação do sujeito no espaço público, acreditando-se ser o fator preponderante para o equilíbrio sociedade e Estado. Processo como esse, retira o sujeito da *mesmice*, assim em Antonio Carlos Ciampa, “no fundo, esse é o fulcro da questão da não-metamorfose: ao conhecer a identidade como *mesmice*...”⁴

A questão é que o processo democrático brasileiro há muito vem sendo discutido e rediscutido por autores e pensadores e pouco incorporado na prática, para que,

³SOUZA, Jessé. A construção Social da Subcidadania.p.101-102.

⁴CIAMPA A.C. A estória do Severino e a História da Severina.p.199.

realmente, os avanços sociais e políticos aconteçam. Sendo sujeitos partícipes da história, ouvimos constantemente que temos conquistado em termos econômicos reservas nacionais bilionárias, investimentos externos e confiança do mercado nacional pelo mercado internacional nunca visto antes, e ao mesmo tempo em outro campo, a estagnação social cristalizou-se. Entenda-se por estagnação social todos os campos considerados fundamentais para o crescimento e o bem estar social como educação, saúde, transporte, cultura e tantos outros imprescindíveis para a formação de Indivíduos, na base argumentativa de Rouanet, munidos de aspectos analíticos e críticos.

O grande interesse pelo tema surgiu em uma das aulas do Professor e pensador Márcio Pugliesi, com didática e inteligência, soube apresentar durante suas aulas questões sobre o sujeito na modernidade, e todo processo que vivência na política e na vida privada acaba interligando-se, sendo o indivíduo um ser em processo e não um sujeito terminado, acabado, pois serve-se dos mais variados modelos pelos vínculos de identificação que estabelece e compartilha com vários grupos e classes até sua independência.

Todo este estudo contribui muito para acreditarmos em caminhos satisfatórios e mais otimistas para uma sociedade melhor, são várias as reflexões e propostas, mas só chegaremos a elas recepcionando às críticas, e promovendo as mudanças sociais no movimento que elas precisam.

Willis Guerra descreve a fórmula política do Estado Democrático de Direito, inserido na Constituição, sendo um programa de ação a ser partilhado pelos integrantes da comunidade política, visando garantir a segurança jurídica, igualdade de condições e valores sociais em que se encontram os indivíduos.

Na busca de uma sociedade emancipada, Zygmunt Bauman faz críticas a Política com “P” maiúsculo, culpando-a de invadir de forma totalitária o espaço público, onde o indivíduo tem como seu refúgio, para expressar suas necessidades fundamentais. Em

seu livro *Modernidade Líquida e A Sociedade Individualizada* nos traz uma modernidade volátil, líquida e passageira. Ilustra também com suas observações “o problema de identidade, que assombra homens e mulheres desde o advento dos tempos modernos, mudou de forma e conteúdo. Costumava ser o tipo de problema que os peregrinos enfrentavam e lutavam para resolver: uma questão de “como chegar lá”. Hoje, é “aonde eu poderia ir?”⁵

No terceiro e último capítulo desta pesquisa, mostraremos que, autores como Habermas parte de teorias como a Teoria do Agir comunicativo que tem o mundo da vida como pano de fundo, que nos conduz a um sentido de emancipação relevante para entendermos a sociedade e suas divisões. A teoria de Jürgen Habermas⁶ nos apresenta uma sociedade dividida em dois estratos sociais: o “mundo da vida” e o “mundo sistêmico”. Este munido da racionalidade instrumental, enquanto, o outro, do Agir Comunicativo, na utilização dos mecanismos de comunicação e coordenação da ação.

Ainda no terceiro capítulo, Anthony Giddens nos traz em toda sua extensão, o sentido da emancipação. Emancipação da rigidez da tradição e das condições da dominação hierárquica, por políticas públicas mais próximas das necessidades do conjunto social. Em última análise para esta introdução, Giddens considera, “a política-vida é uma política das decisões da vida”.⁷

Em tempo, esclareço que todos os pensadores declinados nesta pesquisa, muito em especial ao meu orientador Márcio Pugliesi, ajudaram-me na construção de um novo pensamento e nas minhas considerações referentes ao trabalho desenvolvido.

⁵BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade Individualizada*. p.187.

⁶ HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*.

⁷GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. p.198.

CAPÍTULO 1. SOCIEDADE E JUSTIÇA SOCIAL, RELAÇÃO ESTADO/CIDADÃO A PARTIR DA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA MODERNIDADE BRASILEIRA: POSSIBILIDADE DA EXISTÊNCIA DA INVISIBILIDADE SOCIAL.

1. SOCIEDADE E JUSTIÇA

1.1 Considerações Iniciais

Na busca de trazer uma reflexão sobre um momento vivido hoje em nosso País e encontrando recursos para esse entendimento em pesquisas literárias, realiza-se este estudo teórico já tão bem elaborado por outros pensadores de várias maneiras de um possível processo de invisibilidade social do Estado junto à sociedade, sob a luz da ⁸cultura política brasileira. Trazemos também, a importância e a necessidade da participação do sujeito social como um alerta a evitar ou diminuir processos de alienações* que podemos estar vivendo. Analisa-se a forma política atual como tímida e povoada de desencontros, quando a mesma deveria apresentar caminhos mais favoráveis a todos aqueles que buscam no Estado Democrático de Direito às dimensões dos direitos fundamentais,

⁸Em Habermas, “A cultura política de um país cristaliza-se em torno da constituição em vigor. Toda cultura nacional, sob a luz da própria história amolda, em cada caso um tipo de leitura diferente para os mesmos princípios tais como soberania do povo e direitos humanos, os quais também se corporificam em outras constituições republicanas”. HABERMAS, Jurgem. A Inclusão do Outro: estudos de teoria política. Tradução George Sperber, Paulo Astor Soethe e Milton Camargo Mota. Edições Loyola, São Paulo, SP. 2007. p.141. *Processos de Alienações, referem-se ao distanciamento e desinteresse que o sujeito vivência por razões diversas, que serão expostas nos capítulos seguintes.

tornando cada vez mais a dinâmica social fortalecida em suas necessidades básicas. Argumenta-se que não é apenas isto, mas muito mais que ter os direitos fundamentais cumpridos em toda sua dimensão é a participação do homem político no cenário em que vive; desde o empenho no desenvolvimento em processos educacionais junto aos filhos e as escolas, a colaboração em grupos de discussão que envolva dinâmicas de repercussão na comunidade, até o consenso de grupos de discussão sobre a preservação do meio ambiente que sabemos trazer um efeito mundial.

Não estamos negando que as relações política/governo e cidadão não existam favoravelmente em nenhum de seus aspectos e o envolvimento do cidadão com questões políticas seja nulo, mas constata-se pela dinâmica diária da sociedade deficiências na concretização das normas do texto constitucional, como no cumprimento das suas necessidades básicas na educação, cultura, saúde e outros serviços imprescindíveis, ou seja, há uma distância grave entre a providência estatal e sociedade, impossibilitando assim, o aparecimento de uma sociedade justa em seus aspectos sociais.

Tem-se a impressão que as políticas públicas deitam seus interesses em proveito particularistas disponibilizando atenção às demandas sociais e deitando suas retóricas políticas somente nos momentos derradeiros quando da continuidade no poder. Quando do nascimento do novo Texto Constitucional, vimos o amadurecimento de uma política que superou o autoritarismo vigente e o avanço a uma democracia e ao Estado de Direito que não apenas proporcionam direitos

sociais básicos, mas os garante por sua dimensão social que apresenta, mas ainda hoje acabamos por assistir e vivenciar uma insuperável situação social e política que se mostra incapaz em superar-se, pelo distanciamento que existe do diploma constitucional das esferas sociais.

Para refletirmos sobre a questão e buscarmos luz e amparo para a pesquisa, podendo refletir, sem a pretensão de esgotar o assunto, tampouco apresentá-lo em primeira mão, considerando que o mesmo já foi feito com propriedade por vários sociólogos, filósofos e pesquisadores aqui apresentados, que fortalecem nosso trabalho por suas considerações sobre justiça, sociedade, cidadania e direitos fundamentais no Brasil nestes últimos trinta anos, iniciemos com Rawls, que nos trouxe a Justiça em sua teoria, e sem ela percebemos que as relações em todos os campos, tornam-se fragilizadas e desamparadas, afastando toda uma sociedade das várias dimensões que a Carta Magna proporciona.

Para iniciarmos a construção desta pesquisa e entendermos a estrutura desta sociedade bem ordenada, ou pelo menos entendermos a nossa em face do tema proposto, temos a obra *Uma Teoria da Justiça*. Nela, John Rawls trata o papel da justiça como “a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é dos sistemas de pensamento. Embora elegante e econômica, uma teoria dever ser rejeitada ou revisada se não é verdadeira da mesma forma leis e instituições, por

mais eficientes e bem organizadas que sejam, devem ser reformadas ou abolidas se são injustas”.⁹

Rawls defende o bem estar social como um todo, buscando sempre uma análise da concepção de justiça na sociedade por parte de órgãos e instituições governamentais e conseqüentemente das leis, evitando ausência de seus princípios, impedindo desta maneira o surgimento das elevadas e pequenas injustiças, sacrificando alguns em melhoria de outros, como expõe:

“Cada pessoa possui uma inviolabilidade fundada na justiça que nem mesmo o bem-estar da sociedade como um todo pode ignorar. Por esta razão, a justiça nega que a perda da liberdade de alguns se justifique por um bem maior partilhado por outros. Não permite que os sacrifícios impostos a uns poucos tenham menos valor que o total maior das vantagens desfrutadas por muitos”.¹⁰

Rawls esclarece quanto ao conceito de sociedade justa, dando-nos parâmetros para refletirmos sobre as obrigações que nos cabe nesta enorme comunidade, que acolhe um grande número de pluralidade e clama pelas instituições para suprir tais demandas. No caso de omissões e atos menos justos por parte de instituições, um caminho é o apelo ao senso de justiça da sociedade, quando leis e políticas públicas afastam-se de seus compromissos e afetam a ordem social.

“Numa sociedade justa as liberdades da cidadania igual são consideradas invioláveis; os direitos assegurados pela justiça não estão sujeitos à negociação política ou a cálculos de interesses sociais. A sociedade é uma associação mais ou menos auto-suficiente de pessoas que

⁹RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. Tradução Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves – 2.º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 3-4.

¹⁰ ibidem. p.4-390.

em suas relações mútuas reconhecem certas regras de conduta como obrigatórias e que, na maioria das vezes, agem de acordo com elas. Embora uma sociedade seja um empreendimento visando vantagens mútuas, ela é tipicamente marcada por um conflito bem como por uma identidade de interesses. Há uma identidade de interesses porque a cooperação social possibilita que todos tenham uma vida melhor da que teria qualquer um dos membros se cada um dependesse de seus próprios esforços.”¹¹

Sobre a questão da *Identidade* citada pelo pensador no item acima, analisaremos no Capítulo Segundo desta pesquisa, assim como a questão da *identidade do sujeito na modernidade*¹² e seu processo de transformação em obras de Stuart Hall, Foucault, Habermas e Bauman¹³, questões importantes no entendimento deste trabalho, para visualizarmos à possibilidade do fortalecimento da sociedade civil na conquista do bem estar social e de suas ideologias¹⁴ compassadas com a democracia.

¹¹ibidem.p.4.

¹² Mesmo considerando que o indivíduo carrega as raízes de seu país e representa toda história de um povo, abordamos nesta pesquisa o quanto o sujeito moderno também é influenciado pelas incertezas e a fragmentação própria dos tempos modernos, provocando um dualismo acentuado na identidade do sujeito.

¹³Bauman em *Identidade* esclarece a questão da identidade na razão de entendermos a modernidade como bem coloca: “A questão da identidade também está ligada ao colapso do Estado de bem-estar social e ao posterior crescimento da sensação de insegurança, com a corrosão do caráter que a insegurança e a flexibilidade no local de trabalho têm provocado na sociedade. Estão criadas as condições para o esvaziamento das instituições democráticas e para a privatização da esfera pública, que parece cada vez mais um talk-show em que todo mundo vocifera as suas próprias justificativas sem jamais conseguir produzir efeito sobre a injustiça e a falta de liberdade existentes no mundo moderno”.Bauman, Zygmunt. *Identidade:entrevista a Benedetto Vecchi*; tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.,2005.p.11.

¹⁴sobre ideologia: Chaim Perelman em sua obra “Ética e Direito”: tradução Maria Ermantina Galvão.- São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 338., esclarece “para que a vida social e política não se resuma a uma pura relação de forças, cumpre reconhecer a existência de um Poder Legítimo, cuja autoridade se fundamenta numa ideologia reconhecida. A crítica dessa ideologia só pode ser feita em nome de outra ideologia, e é esse conflito das ideologias, sejam elas quais forem, que está na base da vida espiritual dos tempos modernos. Impedir a competição entre ideologias significa restabelecer o dogmatismo e a ortodoxia, significa subordinar a vida do pensamento ao Poder político. Denegar todo valor às ideologias significa resumir a vida política a uma luta armada pelo poder, da qual sairá vencedor

Rawls manifesta-se sobre a importância dos princípios na base da sociedade para fixar a ideia de direitos e deveres, fortalecendo valores no propósito do equilíbrio social.

“há um conflito de interesse porque as pessoas não são indiferentes no que se refere a como os benefícios maiores produzidos pela coloração mútua são distribuídos, pois para perseguir seus fins cada um prefere uma participação maior a uma menor. Exige-se um conjunto de princípios para escolher entre várias formas de ordenação social que determinam essa divisão de vantagens e para selar um acordo sobre as partes distributivas adequadas. Esses princípios são os princípios da justiça social: eles fornecem um modo de atribuir direitos e deveres nas instituições básicas da sociedade e definir a distribuição apropriada dos benefícios e encargos da cooperação social.”¹⁵

Segundo o pensador, dois importantes princípios¹⁶ amparam a sociedade nas liberdades primárias, e distanciam-se por vezes dos países periféricos, que muitas vezes promovem reformas e crescimentos em determinadas áreas, e socialmente promovem e constroem a desigualdade, tornando a realidade social distante de qualquer proposta declinada por Rawls. A coletividade sofrerá por isto se não visualizar o caminho a que possa recorrer, como ingressar com ações nas esferas jurídicas pleiteando seus interesses que possibilitará benefícios aos direitos fundamentais. A seguir são especificados os princípios abordados em Rawls:

incontestavelmente o chefe militar mais influente. Permitir às Universidades funcionar sob a salvaguarda da liberdade acadêmica significa reconhecer a existência de outros valores que não a força, significa admitir que nenhum deles está ao abrigo da crítica, que nenhuma ideologia deve poder contar com a força bruta para assegurar-lhe a sobrevivência.”

¹⁵RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. Tradução Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves - 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p.5.

¹⁶Em sua obra Rawls nos coloca: “esses princípios se aplicam primeiramente à estrutura básica da sociedade, governam a atribuição de direitos e deveres e regulam as vantagens econômicas e sociais. p. 64.

Primeiro: cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdade básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdade para as outras. Segundo: as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo (a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável, e (b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos”.¹⁷

John Rawls vai delinear uma sociedade bem ordenada, parecendo-nos um contrasenso ao que assistimos hoje em termos de instituições públicas e ausência de associações que possam promover e reivindicar este bem para a construção de uma sociedade menos desigual.

“Uma sociedade é bem ordenada não apenas quando está planejada para promover o bem de seus membros, mas quando é também efetivamente regulada por uma concepção pública de justiça. Isto é, trata-se de uma sociedade na qual todos aceitam e sabem que os outros aceitam os mesmos princípios de justiça, e as instituições sociais básicas geralmente satisfazem, e geralmente se sabe que satisfazem, esses princípios. Neste caso, embora os homens possam fazer excessivas exigências mútuas, eles, contudo reconhecem um ponto de vista comum a partir do qual suas reivindicações podem ser julgadas. Se a inclinação dos homens ao interesse próprio torne necessária a vigilância de uns sobre os outros, seu sentido público de justiça torna possível a sua associação segura.”¹⁸

Podemos pensar em uma sociedade bem ordenada a partir do fortalecimento de seus membros que encontram na comunhão de seus ideais esta concepção, como na linguagem de Rawls, “entre indivíduos com objetivos e propósitos díspares uma concepção cívica; o desejo geral de justiça limita a perseguição de outros fins.

¹⁷ibidem.

¹⁸RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. Tradução Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves - 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p.5.

Pode-se imaginar uma concepção da justiça como constituindo a carta fundamental de uma associação humana bem ordenada”.¹⁹

O objetivo desta análise em Rawls, portanto, é uma sociedade que possa ter fortalecido a concepção de justiça, permitindo que isto aconteça a partir da consciência política de cada indivíduo e sua participação no espaço público. Desta forma, indivíduos com objetivos, propósitos e participações nas esferas de discussão terão o senso cívico ampliado para impedir possíveis omissões de políticas públicas que desfavoreça o bem estar social e principalmente a figura do cidadão.

Os esforços individuais e a mobilização na participação política conquistarão e fortalecerão interesses do sujeito no meio público, garantindo o avanço da igualdade, justiça e liberdade, inerente ao Estado Democrático de Direito.

O pensamento aqui é quebrar a dinâmica individualista e particularista que, muitas vezes, se forma de um lado no regime político que governa para si e de outro, do cidadão que deseja ter reconhecido o princípio de participação, que em Rawls, obriga os que encontram-se no poder a serem sensíveis e estarem concatenados com aqueles que os elegeram, ou seja, o eleitorado.

Assim, Rawls amplia o sentido da distribuição das igualdades, princípio inerente ao Estado Democrático, e combate que instituições governamentais e cidadãos

¹⁹RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. Tradução Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves - 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p.5.

prendam-se ao “clientelismo”, permitindo que todos tenham condições iguais de acesso pelo princípio da participação, evitando com isto que grupos detentores de maiores recursos privados, consigam usar de sua influência e manipular ou controlar situações que terminam por desfavorecer de forma desigual, determinado bem público em discussão, prejudicando o princípio denunciado acima.

Temos em Michael Walzer, *Esferas da Justiça – Uma defesa do Pluralismo e da Igualdade*, a seguinte postura:

“Os cidadãos devem governar-se a si mesmo. O nome desse governo é “democracia”, mas a palavra não define nada que se assemelhe a um sistema simples; nem é a democracia o mesmo que a igualdade simples. De fato, o governo não pode nunca ser simplesmente igualitário, pois, a qualquer momento, alguém ou algum grupo precisa resolver este ou aquele problema e, então, pôr a decisão em prática, e outro alguém ou outro grupo deve aceitar a decisão e tolerar sua vigência. A democracia é um modo de reservar poder e legitimar seu uso, ou melhor, é a discussão entre os cidadãos. A democracia valoriza o discurso, a persuasão e o talento retórico. O ideal é que o cidadão que apresentar o argumento mais convincente, isto é, o argumento que realmente convença o maior número de cidadãos, consiga o que quer.”²¹

O pensador esclarece ainda que o processo democrático é ausência do uso da força e a não utilização de meios que buscam no cidadão apenas o amparo e a ponte que promove o alcance a um cargo de representante do povo, que por razões desinteressadas do propósito democrático exercem o cargo pautado numa política míope nas posturas que envolvem cidadania, direitos e deveres, distribuídos de forma recíproca para todos.

²¹WALZER, Michael. *Esferas da Justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade*. Tradução Jussara Simões; revisão técnica e da tradução Cícero Romão Dias Araújo. 1º ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.416-417

“Democracia é não poder usar a força, abusar do poder ou distribuir dinheiro; precisa conversar sobre os problemas. E todos os outros cidadãos devem conversar também, ou pelo menos ter a oportunidade de conversar sobre os problemas. Não é só a abrangência, contudo, que define o governo democrático. É igualmente importante o que podemos chamar de governo das razões. Os cidadãos entram no fórum sem nada além de seus argumentos. Todos os bens não políticos foram depositados do lado de fora: armas e carteiras, títulos e diplomas”.²²

Nestes dois pensadores temos a construção teórica de uma sociedade bem ordenada e democraticamente respondendo aos anseios e necessidades dos cidadãos. Nestas leituras, concluímos que o discurso dos atores políticos deixará de ter aspectos simbólicos e atuará em favor da camada social. Na leitura dos textos de Rawls temos a impressão do impossível, quando da busca da sociedade bem ordenada e os representantes dos cidadãos que estão no poder, correspondam com os interesses e necessidades da nação. Leva-nos a acreditar que todos os projetos e atuação política estarão em compasso com os anseios sociais, nem sempre isto concretiza-se, em virtude da ausência de compromisso das esferas políticas com a realidade social e Constitucional. Assim, o modelo denunciado pelo liberal, alcançar-se-á na participação dos cidadãos quando da construção das decisões políticas, ou a exigência de prestação de contas. O meio eficaz e pouco assistido se concretizaria, na mobilização social, segundo Márcio Pugliesi.

²²WALZER, Michael. Esferas da Justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade. Tradução Jussara Simões; revisão técnica e da tradução Cícero Romão Dias Araújo. 1º ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.417.

1.2 A Evolução para o Estado Moderno – Marco de direitos Fundamentais

O sociólogo e escritor Jessé Souza, Doutor em sociologia pela Universidade de Heidelberg, Alemanha, e Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, esclarece que não temos sociedade moderna, nem indivíduos modernos sem duas instituições fundamentais que são: o mercado competitivo capitalista e o Estado Moderno Centralizado.

Defende ainda a hipótese que o Brasil moderno nasce em 1808. A modernidade entre nós é construída de fora para dentro, das instituições fundamentais do Estado Centralizado e do mercado competitivo. Os responsáveis dessa modernização seriam Portugal já parcialmente modernizado, que termina transplantando a semente para o Estado centralizado brasileiro, e a Inglaterra, burguesa e aberta, transplanta a semente do mercado competitivo. Souza aponta ainda que recebemos uma influência direta em 1808, que aconteceu não só pela transferência da corte portuguesa para o Brasil, mas do quadro administrativo português, que seria a semente do Estado que se tornaria independente no ano de 1822. Todos estes fatos históricos são apenas sementes que tiveram de esperar até 1930 com suas transformações revolucionárias para visualizarmos os amadurecimentos acontecerem. O pensador ressalta que estas transformações

históricas e as formas embrionárias do Estado centralizado eram dominadas pelo poder local e senhorial e de mercado competitivo.²³

A seguir, o texto de Paulo Bonavides em sua Obra ²⁴*Curso de Direito Constitucional*, apresenta-nos o Brasil em suas três épocas Constitucionais, podendo distinguir em cada período os valores políticos, jurídicos e ideológicos que tiveram influências importantes nas instituições que cumulativamente nem sempre eliminou esses influxos que acabaram incorporados nestes processos constitucionais brasileiro e na Constituição que hoje vigora. Num breve relato, o pensador alcança cada período, destacando que o primeiro período da história constitucional do Brasil parte de 1822 até 1889, ano este em que as instituições imperiais da monarquia entram em colapso, com a proclamação da república, obra de um golpe de Estado por militares hostis ao sistema centralizador da organização imperial. Noutro período, a Primeira República, o Brasil ingressa em sua segunda época constitucional, abandonando o modelo absolutista e adotando as franquias do governo representativo, com valores republicanos. Em 1930, juridicamente temos o fim da primeira República e a chegada do governo provisório marcado de autoritarismo e ditadura. Em 1934, data da segunda Constituição Republicana, Bonavides nos traz ainda em sua obra, a promulgação da nova Constituição de 16 de Julho de 1934, marcada por crises, golpes de

²³SOUZA, Jessé. A modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília:Editora UNB,2000.p.103 a 116.

²⁴BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. Malheiros Editores Ltda, 21º ed.2008.p. 361 a 391.

Estado, insurreição, impedimentos, assim como queda de governos, república e Constituição.

Há nas Constituições de 1934, 1946 e 1988, a vocação política do constituinte, de disciplinar no texto constitucional os direitos fundamentais, tendo como destinatários o homem-cidadão, em toda plenitude social e jurídica.

O Estado Moderno é uma grande conquista, principalmente para aqueles que sofreram traumas e restrições em suas liberdades individuais em regimes autoritários e arbitrários, e buscam no Estado Democrático os direitos individuais de liberdade garantidos em sua dimensão, buscando neste modelo uma superação de modelos políticos e sociais, encontrando nas três esferas uma harmonização de interesses públicos.

Willis Guerra, em sua obra “Teoria da Ciência Jurídica”²⁵, esclarece-nos “a mudança constitucional por que passou o Brasil em 1988 foi consequência de uma evolução dos fatos políticos, no sentido de superar o autoritarismo e arbítrio então vigentes, rumo à democratização e ao pleno Estado de Direito”.

Willis Guerra aponta-nos o texto de 1988 como grande esperança que supera um período.

“É com tal objetivo e nesse contexto que aparece a Carta de 1988, e, embora o seu texto esteja marcado de contradições, já que foi elaborado dentro da estrutura política que justamente se pretende superar, justifica-se a esperança de a modificação do arcabouço jurídico vir operar ‘de cima’ as mudanças desejadas “embaixo”, na organização econômica e política da sociedade”.²⁶

²⁵GUERRA FILHO, Willis Santiago. Teoria da Ciência Jurídica, São Paulo: Saraiva, 2001. p.129.

²⁶GUERRA FILHO, Willis Santiago. Teoria da Ciência Jurídica, São Paulo: Saraiva, 2001. p.130. e ainda conforme nota de rodapé pelo mesmo autor “Hoje dificilmente se encontrará alguém que, em

Willis Guerra defende o caminho para o resgate da legitimidade perdida:

“A reunião de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por voto direto, para elaborar um texto normativo já indica o caminho tomado para resgatar a legitimidade perdida: democracia e legalidade, ou seja, Estado Democrático de Direito”.²⁷

Guerra, nos alerta sobre um processo relevante no Estado democrático contemporâneo, quando o centro das decisões politicamente importantes sofre um deslocamento do Poder legislativo e executivo, migrando para o poder judiciário. Processo judicial que se instaura devido à propositura de ações de natureza coletiva e de dimensão constitucional, torna-se um instrumento privilegiado de participação política e exercício da cidadania, assegurando efetividade aos preceitos constitucionais.²⁸

nome de uma ortodoxia marxista, não veja o Direito também com fator de mudança na “infra-estrutura” socioeconômica. Os países com governo de ideologia oficial marxista são os primeiros a dar exemplo de como se procura condicionar e orientar o comportamento da população por meio da legislação, a fim de se realizarem objetivos de melhoria social”. Nesse sentido ainda, Legitimidade pressupõe consenso e assentimento básico em torno de um valor-vetor, de uma opção fundamental, já que não é possível sequer pressupor um consentimento generalizado. Daí por que, apesar de soberana e de toda a divergência entre os seus membros, aquela Assembléia jamais poderia ter tomado outra decisão, quanto a esse ponto, pois ela própria já surge para realizar esse manifesto desejo nacional de por fim ao arbítrio e autoritarismo vigentes anteriormente, para o que recebe a delegação do detentor da real soberania no prima democrático: o povo. É a constatação deste fato que vai, então, nos permitir identificar o valor que se tornou princípio ou norma fundamental de todo o ordenamento jurídico nacional, ao ser expresso na Constituição da República de 1988, e com base no qual a própria Lei Básica e todas as demais normas do ordenamento deverão ser interpretadas. A prova de que os princípios da democracia e do Estado de Direito, apesar de sua implicação necessária, de um ponto de vista pragmático, não precisam aparecer associados encontra-se em exemplos históricos de regimes totalitários que, de um prisma formal, possuem uma ordem jurídica, a qual pode mesmo ser considerada como essencial para a consecução de seus objetivos autoritários; por outro lado, em um Estado ideal, regido por uma democracia perfeita e absoluta, em que todos os membros agem de acordo com as determinações de sua própria vontade, sem com isso ir contra a “vontade geral”, nem sequer há necessidade de ordenamento coativo jurídico-estatal

²⁷ ibidem. p.130.

²⁸ GUERRA FILHO, Willis Santiago. Processo Constitucional e Direitos Fundamentais, 4º edição, São Paulo: RCS Editora, 2005. p.26.

Marcelo Neves nos lembra que a experiência brasileira é um caso típico de modernidade periférica, desde que a crescente complexidade e o desaparecimento do moralismo tradicional e pelo surgimento de uma esfera pública fundada institucionalmente na universalidade da cidadania, implicando em graves obstáculos à concretização do Estado Democrático de Direito. Em suas considerações, há uma negação direta do Estado de Direito e a adoção do modelo textual de Constituição do Estado Democrático de direito, necessitando de concretização. Neves esclarece ainda que pode-se afirmar, conforme as Constituições de 1824, 1891, 1934, 1946 e 1988, teria havido um inquestionável desenvolvimento do Estado de direito no Brasil, porém a efetiva aplicação do texto Constitucional carece de procedimentos concretos, denunciado-se a fragilidade dos procedimentos democráticos muitas vezes em benefício de interesses particulares, contrapondo-se à concretização dos direitos humanos e da soberania do povo como procedimento²⁹.

Não exploraremos toda teoria do Estado Democrático de Direito, mas vale lembrar que o texto acima demonstra que todo o trabalho desenvolvido nestes períodos, visa identificar os processos que vivenciamos, sendo fruto de amadurecimento político, iniciado no Império com sistema escravocrata, completamente ausente do fortalecimento da identidade social junto às

²⁹NEVES, Marcelo. Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil: o Estado Democrático de Direito a partir e além de Luhmann e Habermas. São Paulo. Martins Fontes, 2006. p. 244 a 247.

instituições vigentes. Assim, com o fortalecimento dos direitos políticos, sociais e jurídicos, será possível tornar o processo social nos moldes democráticos.

1.3 Em tempos de ditadura – Vozes Silenciadas

Trazer a política ditatorial é buscar a repressão sofrida em um período ainda próximo na memória social. Mais que isto, como se manifesta ainda na atualidade brasileira através da Identidade social, o medo de pleitearmos uma postura mais firme, responsável e abrangente, pode ser uma resposta para entendermos a questão estudada a cerca da Invisibilidade Social, aparentemente existente como declinaremos nas linhas subseqüentes, na análise de alguns pensadores brasileiros. A apresentação que fizemos até aqui nos traz considerações sobre o estabelecimento dos direitos fundamentais definido na Constituição de um Estado Democrático de Direito, buscando neutralizar em sua totalidade a desigualdade social.

O ano de 1964 representou um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por classes da sociedade brasileira e, de outro lado, um golpe contra a democracia política que nasce em 1945, com o fim da ditadura do Estado Novo. Como bem traz ainda Caio Navarro de Toledo “....uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores no campo e das cidades; um

golpe contra o amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país”.³⁰

Toledo nos mostra que as elites e seus aparelhos ideológicos e políticos não viam outra coisa a não ser badernas, subversões, anarquias e implantação do comunismo no país, causado pelos estudantes, camponeses e operários, reivindicando a ampliação da democracia política e a realização de reforma do capitalismo brasileiro.

Navarro de Toledo nos traz que em toda a história republicana, o golpe contra as instituições políticas do país sofreu ameaças constantes, e em particular os governos democráticos que vieram após 1946, tendo uma intensificação a partir dos anos de 1960.

O pensador ainda completa “o golpe de 1964 veio, pois, coroar as manobras fracassadas anteriormente. Destruindo as organizações políticas e reprimindo os movimentos sociais de orientação popular, o golpe de 1964 foi saudado pelas classes dominantes e forças aliadas como uma autêntica Revolução”³¹.

João Goulart tinha naquela época um índice satisfatório de aceitação, mas as classes populares e outros segmentos, assim como os representantes e forças

³⁰TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. Extraído da Obra O golpe e a ditadura Militar 40 anos depois (1964 – 2004).Organização Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta. Bauru, SP:Educ, 2004. p.67 a 77.

³¹TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. Extraído da Obra O golpe e a ditadura Militar 40 anos depois (1964 – 2004).Organização Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta. Bauru, SP: Educ, 2004. p.67 a 77.

políticas do povo não fizeram nada de concreto para impedir a derrubada do então governo visto com simpatia, alegando que não queriam assistir uma verdadeira guerra, como se anunciava.³²

Buscando contextualizar um setor atingido pela ditadura militar brasileira com a finalidade de entender a identidade social de hoje, um dos aspectos desta pesquisa, como anunciamos acima, é resgatar obras que relatam estes acontecimentos. Na obra *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*, textos organizados por Maria Luiza Tucci Carneiro, Daniel Aarão Reis Filho, com o título *Vozes silenciadas em tempo de ditadura: Brasil, anos de 1960*, defende:

“Da censura e da ditadura³³ militar a partir de 1964, não se pode falar sem, antes, dizer algo a respeito do momento anterior, da conjuntura que precipita os acontecimentos e precede a intervenção militar. Embora perpetrado em nome da liberdade e da democracia, o golpe, ou melhor, como veremos, o grupo mais estruturado de golpistas, tem uma proposta de silêncio, porque o seu programa, para se concretizar, exige vontade ditatorial e repele e nega uma oposição viva, atuante, às claras legalizada. E, no entanto,

³²ibidem.p.67 a 77.

³³Sobre Totalitarismo, Hannah Arendt, em as Origens do Totalitarismo nos traz: Somente a ralé e a elite podem ser conquistadas por meio da propaganda. Sob um governo constitucional e havendo liberdade de opinião, os movimentos totalitários que lutam pelo poder podem usar o terror somente até certo ponto e, como qualquer outro partido, necessitam granjear aderentes e parecer plausíveis aos olhos de um público que ainda não está rigorosamente isolado de todas as outras fontes de informação. Nos países totalitários, a propaganda e o terror parecem ser duas faces da mesma moeda. Isso, porém, só é verdadeiro em parte. Quando o totalitarismo detém o controle absoluto, substitui a propaganda pela doutrinação e emprega a violência não mais para assustar o povo (o que é feito nos estágios iniciais, quando ainda existe a oposição política), mas para dar realidade às suas doutrinas ideológicas e às mentiras utilitárias. O totalitarismo não se contenta em afirmar, apesar de prova em contrário, que o desemprego não existe, elimina de sua propaganda qualquer menção sobre os benefícios para os desempregados. A propaganda totalitária aperfeiçoa as técnicas da propaganda das massas, mas não lhe inventa temas. O que as massas se recusam a compreender é a fortuidade de que a realidade é feita. Predispõem-se a todas as ideologias porque estas explicam os fatos como simples exemplos de leis e ignoram as coincidências, inventando uma onipotência que a tudo atinge e que prospera nesse clima de fuga da realidade para a ficção, da coincidência para a coerência. Cf ARENDT, Hannah. As origens do Totalitarismo – Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo – São Paulo. Cia das Letras, 1989. p. 390-391-400-401.

esse programa foi gestado num ventre fecundo de clamores, torre de babel, vozes ainda desconexas, procura de caminhos, tateamentos, subitamente cortados como um nó que perturbava o livro fluxo de uma ordem que estava sendo desnudada, denunciada, ameaçada”³⁴.

Reis Filho nos aponta anos conturbados, desde as eleições de Jânio Quadros que buscava a Presidência da República em sua “vassoura”, até o início de 1964 quando o Brasil foi assombrado pelos tratores e tropas militares, que iria derrubar João Goulart, sendo deposto por um golpe militar, regime que duraria até os anos 80.³⁵

O autor esclarece-nos sobre a manifestação popular urbana e rural, assim como o movimento estudantil, que na época imprimiu a identidade jovem na estrutura política brasileira. Não nos parece uma data solitária no calendário verde amarelo, quando resgatamos a importância do movimento social na época, mas a busca de uma ideologia condizente com a democracia que marcaria para sempre a memória social:

“Numa atmosfera inédita de liberdade, a gritaria pareceu aproximar-se perigosamente das cidades, do poder e da riqueza. Os trabalhadores urbanos, já aquinhoados pela legislação social, reivindicavam maior participação no bolo nacional das riquezas e voz no capítulo das decisões políticas. Os rurais erguiam enxadas e foices, já não se satisfaziam com laborar as terras, queriam ocupa-las e fazer delas propriedade sua; por isso invadiam fazendas, desrespeitando os bons costumes. Os estudantes

³⁴REIS FILHO, Daniel Aarão. *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. Organização: Maria Luiza Tucci Carneiro.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Imprensa Oficial do Estado – Fapesp, 2002. p. 435.

³⁵REIS FILHO, Daniel Aarão. *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. Organização: Maria Luiza Tucci Carneiro.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Imprensa Oficial do Estado – Fapesp, 2002. p. 435.

esqueciam as salas de aula, dedicavam-se a outros estudos e pretendiam intrometer-se em assuntos que não lhes diziam respeito, subversão as tradições.”³⁶

O mesmo autor afirma ainda “em cada Estado ou grande cidade onde a presença do movimento estudantil se fez sentir, surgiu uma expressão impressa de um protesto que se avolumou. À direita, porque, ao contrário de uma certa lenda, também havia estudantes e movimento estudantil de direita, a debandada, a conversão às lutas democráticas, fruto de truculência e da intransigência da ditadura”. À esquerda, em virtude da decepção das propostas derrotadas, a radicalização o rápido amadurecimento de um programa político ofensivo, dando asas às imaginações mais radicais do período anterior ao golpe militar”.³⁷

Nosso enfoque não se deterá aos particularismos e as inúmeras tramas políticas articuladas pelos agentes militares do período ditatorial que atrasou significativamente a política democrática brasileira, mas foca o sentido do ato, ou seja, a postura política frente às vozes democráticas que eram a atuação do povo cansados dos rumos da situação daqueles anos, na luta pela liberdade de expressão inerente ao Estado de Direito, buscando combater uma ideologia esquerdista e totalitária que se arrastava desde o período de Getúlio Vargas. Desta forma, o Golpe de 1964, tem raízes mais profundas, mas que deixaram

³⁶ibidem.p.436

³⁷ibidem.p.443. Ainda em Nota de Rodapé o mesmo autor esclarece: “Atualmente, sob orientação do professor João Roberto Martins, organiza-se uma coletânea de textos sobre o movimento estudantil dos anos 1960, com ênfase na recuperação das experiências fora do eixo Rio-São Paulo, ainda pouco, ou mal, estudadas, monografias destinadas a recuperar trajetórias regionais que poderão esclarecer mais sobre a amplitude destas vozes ainda desconhecidas, depois, silenciadas”.

marcas na expressão popular. Assim, qualquer expressão em defesa dos direitos humanos e das vítimas da violência no regime político daquele período, acreditamos fazer parte da busca pela identidade social que clamava por ajustes políticos favoráveis e o reconhecimento das necessidades sociais, mas sem dúvida alguma estava instaurado o Estado de Exceção³⁸, que impossibilitaria qualquer avanço no sentido democrático.

Como vozes da sociedade, tínhamos a imprensa denunciando todo tipo de comportamento repressivo, não se intimidavam com as regras impostas pela ditadura e emitiam opiniões, críticas, apontavam caminhos denunciando o sistema de poder da época, visando impedir todas as permissividades existentes contra a liberdade. Qualquer tipo de manifestação era proibido, os chamados “anos de chumbo”, instalou-se e com a vigência do AI-5, a situação da imprensa complicou-se mais ainda. Nas considerações de Reis Filho:

“Ainda num outro nível, nos subterrâneos da sociedade, subjacente a todo esse movimento que se agitava na superfície da sociedade, perceptível a olho nu, desenvolveu-se toda uma imprensa, que se reivindicava como jornais e revistas, mas não passava, de fato, de folhas, folhetos e folhetins. Representavam e exprimiam a busca de novos caminhos e identidades para uma esquerda estilhaçada pela derrota desmoralizante. Vozes

³⁸O totalitarismo moderno (sobre totalitarismo Hannah Arendt – As origens do Totalitarismo), pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. Diante do incessante avanço do que foi definido como uma “guerra civil mundial”, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Este deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente e, de fato, já transformou de modo muito perceptível a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo. Cf. AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção; Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004. p.13.

surdas, inapreensíveis pela sociedade global, mas cujos debates apontavam para o rumo da luta e do enfrentamento com o poder. As consequências desses debates cedo explodiram em expropriações, seqüestros, justiçamentos, ações armadas que modificariam, pelo menos durante um breve momento, os termos da luta política no país.”³⁹

Num recente trabalho de Doutorado em Psicologia Social, Soraia Ansara⁴¹, aborda a memória política do país sob o título *Memória Política da Ditadura Militar e Repressão no Brasil: Uma abordagem Psicopolítica*. Ansara trata da memória e suas seqüelas na sociedade brasileira ao referir-se à ditadura e colhe em sua pesquisa depoimentos de parentes de familiares relatando como foi aquele período para os pais e, como as informações daquela época chegaram para os filhos, relatando toda manipulação ideológica utilizada pelos militares que comandavam no intuito como diz Ansara, *de esconder a repressão e a violência*, e traz ainda o relato de pessoas denunciando que a Copa de 1970 foi utilizada como desvio de atenção aos acontecimentos da época.

Nas memórias dos sindicalistas enfatiza Ansara:

“Estão presentes muito dos principais acontecimentos ocorridos na época. Ronaldo (entrevistado da pesquisadora) aponta o contexto de repressão, de supressão da liberdade de expressão e de imprensa e as torturas e perseguições aos movimentos sociais, especialmente ao movimento estudantil”.⁴⁰

³⁹ANSARA, Soraia. Tese de Doutorado: Memória Política da Ditadura Militar e Repressão no Brasil: Uma Abordagem Psicopolítica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.p.210.

⁴¹ANSARA, Soraia. Tese de Doutorado: Memória Política da Ditadura Militar e Repressão no Brasil: Uma Abordagem Psicopolítica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.p.210.

⁴⁰ ibidem.p.210.

A reprodução de um dos relatos de sindicalistas trazidos para a Tese de Ansara, para refletirmos os reflexos junto à memória social:

“Bom, o que eu sei é que foi um período de repressão, né. Um período em que é, o poder é, anti-democrático, né, tomou o poder e o poder militar, né. Em que não havia liberdade de imprensa, liberdade de, de comunicação, né, de expressão, né. Foi um época de torturas, de, de perseguição, a, principalmente aos atores, né, do movimento comunista, que tentavam, que lutaram contra esse sistema que tinha sido colocado, principalmente o movimento estudantil, que na época era muito forte, né. Hoje em dia já não, já não tem a mesma força. Em geral e mais ou menos isso” (Ronaldo)⁴¹

Ansara relata que *“a memória das lideranças comunitárias, sendo que a maioria delas destaca que a ditadura militar no Brasil foi uma época de repressão, de falta de liberdade de expressão, de perseguições e morte”*⁴², um dos entrevistados acrescenta, então vejamos o relato:

“O que fica pra mim do período militar é uma identidade, um pouco da repressão, é, da luta política que se travou no período. Então é mais essa memória coletiva mesmo do que conhecimento coletivo, que o próprio, os próprios movimentos eles passam no sentido de fatos, de pessoas do período”.(Fabiola)⁴³

⁴¹ ibidem. p.211.

⁴² ibidem. p.211.

⁴³ ibidem. p.214.

Outra entrevistada – Ansara analisa da seguinte maneira o depoimento de – Sandra-, fazendo a seguinte colocação: “destaca-se a inversão ideológica que se fazia com relação aos que lutavam contra a repressão, visto que ela assinala que havia uma manipulação ideológica em que o governo procurava identificar os opositores ao regime como “perigosos”. É exatamente a idéia do *inimigo interno* que devia ser combatido, conforme apregoava a Doutrina de Segurança Nacional”⁴⁴. Abaixo o relato da entrevistada:

“(...) agora o que eu sei da ditadura é assim, é que o governo passava uma coisa, né, e o povo acreditava. Por exemplo, quem tava lutando era visto como uma pessoa perigosa era o povo, no caso, que lutava e não o governo. Então na época eles viam assim. Depois que isso foi se passando hoje as pessoas que tão um pouco mais na militância entendem um pouco mais.” (Sandra)⁴⁵

Vale ainda destacar outro relato de caso, sobre a versão política utilizada pelos militares, então governantes do país, onde Ansara afirma “*com respeito à ideologia da Doutrina de Segurança Nacional que foi uma das estratégias de implantação do terror político que...*”⁴⁶ e no relato colhido de (Cardoso) “*assume formas psicológicas indiretas e que explora os descontentamentos existentes e conquista as mentes, passa a considerar suspeita toda a população como inimigo potencial, a ser controlada, perseguida e eliminada*” (Cardoso, 2001)⁴⁷.

⁴⁴ibidem.p. 216.

⁴⁵ibidem.p. 216.

⁴⁶ibidem.p. 216.

⁴⁷ibidem.p. 217.

Sobre a memória dos estudantes universitários, o trabalho de Ansara conclui:

“...os estudantes universitários sabem da ditadura militar no Brasil, e apesar de serem bem jovens, nos pareceu muito interessante o conhecimento que eles têm do período. Os estudantes demonstram ser muito críticos e reconhecem que não vivem numa democracia em seu sentido pleno. Isso observamos em dois outros significados, com respeito ao fim da ditadura, apontado por eles: a “permanência de arbitrariedades e corrupções” e “a falsa impressão de um sistema de governo melhor”. De alguma maneira, eles manifestam que a democracia que vivemos hoje é uma falsa democracia, até porque eles reconhecem que existem ainda hoje arbitrariedades e corrupção que desvirtua a idéia de democracia.”⁴⁸

Acompanhando esta análise de Ansara e a vasta literatura sobre o assunto, nota-se um período de muita tensão e repressão causado ao povo brasileiro, sejam quais foram os motivos, não declinaremos em toda sua extensão nesta dissertação, ainda está presente na memória sindical, comunitária/social e estudantil. Em vários dos relatos, percebe-se o quanto foi ruim em todos os aspectos aquela fase repressiva, impossibilitando as vozes sociais de manifestar qualquer ato democrático. Mesmo com a nova Constituição não houve a recuperação da liberdade e igualdade ou um novo aparelho estatal em toda sua dimensão política

⁴⁸ibidem.p.218-229.

e fundamental. Assim como relatou um dos entrevistados da pesquisa: *“temos hoje uma democracia entre aspas”*.⁴⁹

No trabalho desenvolvido pela pesquisadora da Puc/SP, temos a íntegra de todo reflexo causado na memória social e sindical e outros depoimentos de pessoas, assim como parentes daqueles que vivenciaram aquele momento.

1.4 Censura no Brasil

Sem adentrarmos em períodos anteriores a 1960, tidos igualmente como restritos quanto a livre manifestação e a liberdade de expressão, considerando o fantasma dos governos ditatoriais que tinham como política inibir qualquer prática de manifestação que podiam contrariar suas políticas, anunciamos acima que o golpe de 1964 impediu debates políticos e ideologias que pudessem ocorrer em partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas, jornais e outros departamentos ou instituições públicas. A proposta do golpe interferiu nesta manifestação que não só apresentava-se em meios populares, mas eram instrumentos de trabalho de profissionais que tinham por objetivo divulgar amplamente idéias e acontecimentos. Impedidos de usar os meios mais rápidos, televisivo, rádio e jornais, as idéias ideológicas da época apareciam em teatros, cinemas, músicas e artes plásticas. O movimento estudantil, (UNE), teve atuação com importante destaque nas agitações políticas e divulgação de propostas em

⁴⁹ANSARA, Soraia. Tese de Doutorado: Memória Política da Ditadura Militar e Repressão no Brasil: Uma Abordagem Psicopolítica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

debates culturais, na proposta reformistas das políticas que alimentavam o subdesenvolvimento e outras posturas inerentes a um governo contrário a mudanças sociais.⁵⁰

*A Imprensa no exílio*⁵¹ texto de Denise Rollemberg Cruz, alcança o trabalho da liberdade de expressão propagada fora das terras brasileiras que sob intervenção do regime ditador exilou jornalistas, artistas, cantores e escritores, que mesmo afastados da pátria mãe, confeccionavam artigos e documentários sobre a situação brasileira. *Reflexo da Cultura Brasileiro no Exílio* era o nome e o sobrenome da revista de um grupo de brasileiros exilados em Estocolmo. A revista que saiu logo no final do período ditatorial, buscou contribuir com divulgações do que estava sendo criado artisticamente e literariamente, no exílio.

Bernardo Kucinski, autor de um dos capítulos do livro *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil* faz as seguintes considerações:

“Nos países de cultura autoritária, especialmente os de raízes ibéricas, a autocensura jornalística foi à companheira da clandestinidade política e da criminalização da dissidência e do não-conformismo por parte das elites dirigentes. O Brasil, a autocensura já se incorporara ao *ethos* do jornalista, ainda antes da fase da implantação da ditadura militar. O modo clandestino já era parte da vida do jornalista com carteirinha de esquerda, especialmente os numerosos jornalistas membros do Partido Comunista que chegaram a ser majoritários em redações inteiras nos anos de 1950 e de 1960. De fato, o perfil ideológico mais freqüente, freqüentemente marxista, em linha com o a cultura

⁵⁰TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. Extraído da Obra O golpe e a ditadura Militar 40 anos depois (1964 – 2004).Organização Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta. Bauru, SP:Educ, 2004. p.69 a 70.

⁵¹KUCINSKI, Bernardo. *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*”. Organização: Maria Luiza Tucci Carneiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Imprensa Oficial do Estado – Fapesp, 2002. p. 450-452.

dominante nos meios intelectuais, artísticos e acadêmicos desse período.”⁵²

Comenta também que vivemos uma democracia pós-autoritária. O meio jornalístico filtra notícias, impedindo a ampla informação ou os verdadeiros fatos ocorridos. Vivemos sob um véu, considerando que tudo que ocorre no País sabemos pela imprensa escrita e falada e saberemos somente o que interessa ao sistema político. O fato ocorrido com o Ex-Ministro da Economia Rubens Ricupero é prova viva que nem tudo pode ser revelado e foi tema para Niklas Luhmann, sociólogo alemão, em seu livro *A realidade dos meios de Comunicação*, que retrata bem a postura de jornalistas brasileiros no cuidado que tem em informar na íntegra a verdade, visando preservar sua participação (emprego) no meio em que trabalha, conforme destaca o pensador em sua obra:

“Hoje, é natural ao jornalista brasileiro deixar de revelar parte em geral a parte mais quente das informações que possui. É a autocensura como estratégia de sobrevivência num ambiente redacional autoritário, é já incorporada ao *ethos* jornalístico na democracia pós-autoritária brasileira. Essa autocensura é o traço que mais distingue o jornalista brasileiro do jornalista de culturas de maior tradição democrática. Um episódio revelador dessas diferenças foi o que se deu no apogeu da campanha presidencial de 1994, quando, ao esperar para ser entrevistado no estúdio da Rede Globo, o ministro da Fazenda Rubens Ricupero⁵³ confidenciou ao jornalista

⁵²ibidem.p.539.

⁵³Sobre o então ex - Ministro da Fazenda Rubens Ricupero, Niklas Luhmann em sua obra “A realidade dos meios de Comunicação” – Tradução de Ciro Marcondes Filho. São Paulo. Paulus. 2005. p.78, faz citação ao caso e de acordo com Luhmann numa expressão inicial do texto demonstra a construção da realidade nos meios de comunicação, neste sentido: “Quando a realidade é construída seletivamente numa extensão tão grande e tão bem sucedida deve-se contar com colapsos ocasionais. A suspeita de manipulação, que sempre vem junto, permanece vaga enquanto não se apresentarem provas consistentes, o que sempre significa: quando não são fornecidas pelos próprios meios de comunicação. Uma boa oportunidade para o exame de tal colapso apareceu numa entrevista inadvertidamente levada ao ar do ministro da fazenda brasileiro, Rubens Ricupero, em 2 de setembro de 1994”. Conforme o desenvolvimento da análise de Luhmann percebe-se o sentido de manobra da política governamental junto ao público (cidadão).

Carlos Monforte que vinha aproveitando o cargo para promover a candidatura de Fernando Henrique. O momento era estratégico: as empresas jornalísticas estavam fortemente emprenhadas na vitória de Fernando Henrique. No plano sistêmico, verificamos que a própria alocação do espaço para essa entrevista foi determinada por interesses gerais das classes dominantes; para eleger Fernando Henrique e, principalmente, derrotar Lula, e não em função de uma pauta jornalística determinada pelo interesse público. A mídia agiu como “aparelho ideológico do Estado”, conforme o modelo proposto por Althusser⁵⁴, muito criticado exatamente por ser um extremado e formalístico e para Althusser, Igreja, meios de comunicação e escolas são instrumentos necessários à reprodução das condições de produção dos sistemas capitalista, como coadjuvantes dos aparelhos repressivos do Estado. Nesse modelo, em culturas autoritárias em que funciona um regime de democracia formal, a autocensura é ingrediente essencial”⁵⁵.

A posição e a análise de Bauman vai ao encontro da questão da informação e formação de identidade e quando questionado sobre o papel dos meios de comunicação na produção das identidades atuais, o pensador afirma:

“A mídia fornece a matéria bruta que seus leitores/espectadores usam para enfrentar a ambivalência de sua posição social. A maioria do público de TV está penosamente consciente de que teve recusado o ingresso

⁵⁴Em “Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: 2º ed; Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1985.p.62, Althusser nos mostra o Estado antes de mais nada, o que os clássicos do marxismo chamaram de o aparelho de Estado. Este termos compreende: não somente o aparelho especializado (no sentido estrito), cuja existência e necessidade reconhecemos pelas exigências da prática jurídica, a saber: a política – os tribunais – e as prisões; mas também o exército, que intervém diretamente como força repressiva de apoio em última instância (o proletariado pagou com seu sangue esta experiência) quando a política e seus órgãos auxiliares são “ultrapassados pelos acontecimentos”, e, acima deste conjunto, o chefe de Estado, o Governo e a Administração. Apresenta desta forma, a “teoria marxista-lenista” do Estado toca o essencial, e não se trata por nenhum momento de duvidar que está aí o essencial. O Aparelho de Estado que define o Estado como força de execução e de intervenção repressiva “a serviço das classes dominantes”, na luta de classes da burguesia e seus aliados contra o proletariado é o Estado, e define perfeitamente a sua “função” fundamental.

⁵⁵“Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil”. Organização: Maria Luiza Tucci Carneiro.- Texto de Bernardo Kucinski - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Imprensa Oficial do Estado – Fapesp, 2002. p. 543-544.

nas festividades mundiais “policulturais”. Não vive, e não pode sonhar viver, no espaço global extraterritorial em que habita a elite cultural cosmopolita”. “À multidão de pessoas que teve negado o acesso à versão real, a mídia fornece uma “extraterritorialidade virtual”, “substituta” ou “imaginada.”⁵⁶

Beatriz Kushnir desenvolve um texto chamado *Cães de Guarda: Entre Jornalistas e Censores*,⁵⁷ inserido na mesma obra já citada de organização de Daniel Aarão Reis, refletindo sobre a gênese da relação entre imprensa e poder a partir dos encontros de jornalistas e censores. Num período crítico como a ditadura militar, havia jornalistas que comportavam-se como policiais, numa espécie de colaboracionismo, como relata a escritora em relação ao regime. Kushnir traz em seu texto um breve artigo de Cláudio Abramo, autor do livro *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*, quando diz:

(...) A ditadura jogava bruto, censura jornal, sonegava notícias, mentia, manipulava índices de custo de vida (...) Houve um período em que não se podia acreditar em nada que saía impresso; era publicado nos jornais que um guerrilheiro tinha morrido atropelado, quando na verdade tinha morrido numa cela, sob tortura mais bárbaras”.⁵⁸

Fica claro que o direito à informação é imprescindível para a concretização do Estado de Direito, permitindo assim, a participação do cidadão nos moldes democráticos e elevando a capacidade de discernimento deste mesmo cidadão.

⁵⁶BAUMAN, Zygmunt. Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman; tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2005.p.104.

⁵⁷KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: entre jornalistas e censores. O golpe e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004) Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta (orgs). Bauru.SP:Edusc, 2004. p.249-250.

⁵⁸KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: entre jornalistas e censores. O golpe e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004) Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta (orgs). Bauru.SP:Edusc, 2004. p.249-250.

1.5 Cidadania e Democracia

Voltamos a trabalhar com os textos desenvolvido por Marcelo Neves, da obra *Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil*, a questão da cidadania quando aborda os obstáculos que mais dificultam a realização do Estado democrático de Direito na modernidade periférica no Brasil, e as relações de subintegração e sobreintegração. Neves esclarece que de um lado os subintegrados, não conseguem exercer os direitos fundamentais constitucionalmente declarados por falta de condições sociais de exercerem seus direitos, mas estão obrigados ao cumprimento das ordens estatais sob as penas Lei. Aqueles que pertencem a uma camada social desprivilegiada socialmente não alcançam o bem desejável e protegido constitucionalmente para ter seu direito assistido e não poucas vezes desrespeitado pelo aparelho estatal. Neves adianta que a subintegração não separa-se da sobreintegração, que neste situa-se grupos privilegiados, com apoios burocráticos e sua subordinação às regras do Estado são avaliadas com critérios benevolentes. Para esta classe, os objetivos econômicos, particulares encontram-se acima do direito.⁵⁹

Vale lembrar que Roberto DaMatta, mais a frente citado, trabalha a questão do “clientelismo”, e faz a distinção entre “casa e rua”, cada um com um universo de significados, ou seja, a “casa” representa nesta linguagem o lugar do particular e

⁵⁹NEVES, Marcelo. *Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil: o Estado democrático de direito a partir e além de Luhmann e Habermas*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.p.248-249.

a personalidade, enquanto a “rua”, o espaço da lei, da impessoalidade. O sujeito moderno encontra-se inserido nesta mistura público e privado e ao mesmo tempo tornando sua vida diária de cidadão distante do verdadeiro horizonte do agir e vivenciar às normas constitucionais, por não conseguir romper com este entrelaçamento. A grande e importante questão é que todo este desenvolvimento significa que tanto os subcidadãos quanto os sobrecidadãos encontram-se carentes de cidadania e igualdade, ou seja, “tanto os subcidadãos quanto os sobrecidadãos são carentes de cidadania, que, como mecanismo político-jurídico de inclusão social, pressupõe igualdade não apenas em relação aos direitos, mas também a respeito dos deveres”.⁶⁰

Desta maneira, o pensador esclarece, que a esfera pública palco de igualdades para a concretização de um Estado Democrático, compromete-se no seu desenvolvimento, estreitando-se gradativamente, impedindo a atuação da legalidade.⁶¹

Boaventura de S. Santos, sociólogo, professor e escritor português, titular da Universidade de Coimbra, doutor em Sociologia e autor de varias obras entre elas “Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade”, comenta que a trajetória rumo a verdadeira democracia precisou sofrer derrotas, que por um

⁶⁰NEVES, Marcelo. Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil: o Estado democrático de direito a partir e além de Luhmann e Habermas. São Paulo: Martins Fontes, 2006.p.248-255. Ver também a obra desenvolvida por Jessé Souza e colaboradores “A ralé brasileira: quem é e como vive” – Belo Horizonte:Editora UFMG, 2009. p. 117-118-119-120-122.

⁶¹NEVES, Marcelo. Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil: o Estado democrático de direito a partir e além de Luhmann e Habermas. São Paulo: Martins Fontes, 2006.p.248-255.

período longo na história do Brasil ocasionou varias injustiças sociais e o amadurecimento dos governantes.

“O sistema político brasileiro foi altamente instável durante a maior parte do século XX, em decorrência da competição entre as elites. Entre 1930 e 1945, o sistema político dominante foi uma forma de corporativismo, o qual, depois de um breve período de intenções democráticas, se tornou uma forma autoritária de corporativismo, na qual tanto as eleições regulares quanto os direitos políticos e civis estiveram suspensos. Entre 1945 e 1964, o regime político dominante foi uma forma instável de populismo semidemocráticos. Todos os mandatos presidenciais nesse período estiveram sujeitos a algum tipo de questionamento antidemocrático. Vargas (1950-1954) enfrentou uma rebelião organizada pela força aérea e não completou seu mandato; Kubitschek (1965-1960) precisou do apoio das forças armadas; Jânio Quadros renunciou depois que o golpe contra o Congresso por ele patrocinado falhou e, finalmente, João Goulart foi deposto por um golpe militar.”⁶²

Nesse sentido ainda, Boaventura nos aponta que a conquista da estrutura democrática e os valores dos direitos fundamentais sofreram rupturas durante períodos consideráveis em contraste com o processo democrático. Por duas vezes o fechamento do Congresso foi um abalo para este processo, impedindo que a sociedade fosse representada em seus anseios. Nos aponta ainda o papel da elite brasileira como em suas palavras “não sendo as melhores garantidoras dos

⁶²SANTOS, Boaventura de Sousa. Organizador. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Capítulo 11 – Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil - 1º ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.569.

valores democráticos. No caso brasileiro, a totalidade das tentativas de ruptura com a ordem democrática entre 1930 e 1980 envolveu diferentes conflitos entre as elites acerca do papel do Estado.”⁶³

O autor enfatiza que mesmo ao longo do século XX, o país conquistou uma posição favorável em face de inúmeras modernizações no campo industrial, mas não consegue vencer as desigualdades sociais, tampouco ofertar a população um serviço público adequado.

“Ao longo do século XX, as elites brasileiras tiveram um projeto político principal, a modernização do país. As elites brasileiras implementaram um projeto de modernização que transformou um país predominantemente rural na décima economia industrial do mundo. Muito longe de ser apenas um exemplo bem-sucedido, esse processo mostrou uma série de vulnerabilidades sociais. Em 1984, o último ano de vigência do autoritarismo no país, mais que 35% da população eram pobres ou muito pobres. O processo de modernização econômica do Brasil gerou enormes desigualdades sociais em níveis locais. As maiores cidades brasileiras cresceram as taxas inacreditáveis entre 1950 e 1980: no caso da cidade de São Paulo, a população passou de 2.198.000 habitantes para 8.493.000 habitantes nesse período, no caso de Belo Horizonte, a população passou de 352.000 habitantes para 1.780.000 e, no caso de Porto Alegre, a população passou de 394.000 habitantes para 1.125.000 nesse mesmo período (IBGE, 1983). O aumento de população urbana e a criação e expansão de uma administração pública racional não foram seguidos por um aumento proporcional dos serviços públicos.”⁶⁴

Segundo Boaventura, o que impede a Democracia aproximar-se de um país residiria em dois fatores:

“Dois fatores explicam a baixa adequação da infraestrutura de serviços públicos na maior parte das cidades

⁶³ibidem.p. 569.

⁶⁴ ibidem.p.570.

brasileiras nesse período: o baixo nível de organização da população do país e a fortíssima tradição clientelista, com suas repercussões no sistema de distribuição de bens públicos.”⁶⁵

Sobre as desigualdades e o baixo nível de mobilização da população do país em busca de políticas mais próximas aos anseios sociais, Evelina Dagnino, em “Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil”, expõe:

“O agravamento das desigualdades sociais e econômicas é um efeito amplamente reconhecido dessas políticas(neoliberais). Menos notórias são as suas consequências sobre a capacidade de mobilização e organização políticas da sociedade civil, especialmente em setores populares e das classes médias, duramente afetadas pelo desemprego e pela recessão econômica”⁶⁶.

Sobre o Espaço Público, esclarece Dagnino:

“A redefinição da noção de cidadania, empreendida pelos movimentos sociais e por outros setores sociais na década de 80, aponta na direção de uma sociedade mais igualitária em todos seus níveis, baseada no reconhecimento dos seus membros como sujeitos portadores de direitos, inclusive aquele de participar efetivamente na gestão da sociedade. Além disso, apesar dos vários significados que esse termo tema adquirido nos últimos anos, como parte de uma disputa política pela sua apropriação, a ênfase na questão da cidadania aponta para a importância de assegurar uma das condições mesmas de existência da sociedade civil: a vigência de um conjunto de direitos e deveres, tomados como parâmetros básicos da convivência em sociedade”.⁶⁷

Outro ponto fundamental que Dagnino estabelece, é o fortalecimento do espaço público com a consequente formação de associações e outras formas de grupos interessados na participação da gestão estatal, um exemplo às políticas de

⁶⁵ ibidem.p.571.

⁶⁶ ibidem.p.571.

⁶⁷ DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra.2002.p.11.

identidades. Para o pesquisador Antonio Carlos Ciampa, os grupos que buscam autonomia e o fortalecimento de identidade, para estes casos, o espaço público significa democracia e muitas vezes a mudança de toda uma coletividade.

“Uma consequência concreta fundamental dessas visões tem sido a emergência de experiências de construção de espaços públicos, tanto daqueles que visam promover o debate amplo no interior da sociedade civil sobre temas/interesses até então excluídos de uma agenda pública, como daqueles que se constituem como espaços de ampliação e democratização da gestão estatal.”⁶⁸

⁶⁸ ibidem.p.55. Ainda sobre espaço público Maria João Silveirinha esclarece em seu texto Democracia e Reconhecimento: Repensar o Espaço Público: “A rejeição do sujeito coletivo da vida social como uma entidade una e estável implicou um novo entendimento da identidade como uma construção negociada pela relação com os outros, num processo de sistemática definição e redefinição dos seus contornos. Abandonados os macrossujeitos históricos, os grupos majoritários passaram a constituir-se no espaço público democrático com base nas suas reivindicações políticas tocantes à sua diferença e à sua representação nos destinos coletivos. Sendo a democracia uma forma de lidar com os desacordos entre cidadãos que partilham uma só sociedade, mas não uma só cultura, ou um só sentido do que deve ser feitas em matérias que mutuamente os afetam, a proliferação e complexificação das sociedades em termos da diversidade que as habitam coloca novos problemas. Torna-se necessário saber de que forma a democracia pode respeitar as diferenças não só não as marginalizando como se tomado, pelo contrário, mais inclusiva. Para os cidadãos fazerem sentido da democracia, as decisões têm de se percebidas como representando de uma forma justa os interesses de todas as partes afetadas e não apenas das que podem constituir a maioria. O desafio da teoria e prática das democracias contemporâneas é, assim, por um lado, reconhecer que os indivíduos são posicionados de formas múltiplas, em termos de marcadores identitários “minoritários” com a raça, o gênero, a idade, ou a cultura, e, por outro, desenvolver formas de lidar com os processos de exclusão gerados pela concentração de poder e pela impossibilidade de acesso a formas de participação na vida coletiva que tenha justamente em conta essas diferenças. As expressões “políticas de identidade”, muito associada a formas identitárias minoritárias, traduz a afirmação de idéias de diferença e reconhecimento, remetendo para aquelas diversas e por vezes bem diferentes entre si. O que é comum ao entendimento do termo, no entanto, é o pressuposto de um descentramento progressivo da política pensada para os grandes sujeitos históricos, como a nação e a classe, a favor de um crescente interesse em determinados tipos de diferença cultural, com o gênero, a raça, a etnicidade e a sexualidade. As democracias passaram, portanto, a enfrentar desafios especiais em sociedades multiidentitárias para garantir a representação e participação das minorias, protegendo, promovendo e realizando os seus direitos. O fio condutor das reivindicações dessas minorias é a idéia normativa de que os indivíduos e os grupos sociais têm de obter “reconhecimento” ou respeito pela diferença. Para uma parte importante da filosofia política contemporânea o pluralismo moral associado a essa proliferação de reivindicações tornou-se, pois o principal desafio a que os processos de decisão e justificação política devem responder, estabelecendo a diferença como algo que devem tolerar, reconhecer afirmativamente, ou considerar como objeto de deliberação. A cada uma dessas formas respostas correspondem uma dada visão da democracia que podemos designar respectivamente por democracia representativa legal, democracia radical e democracia deliberativa. É a relação desta última com as chamada “políticas de identidade” ou “políticas das minorias” que os interessa aqui considerar. Na verdade, essa relação está desde logo estabelecida pela coincidência da emergência das idéias de “diferença” e de “reconhecimento” com o nascimento da noção de “democracia deliberativa”. SILVEIRINHA, João Maria. Democracia e Reconhecimento: Repensar o Espaço Público – Comunicação e cultura das minorias/Raquel Paiva, Alexandre Barbalho (organizadores), São Paulo: Paulus, 2005.p.41-42-43.

As informações apontadas acima por Boaventura de Sousa Santos, fixaram-se nos anos de 1980. Vale refletir que a população hoje nos grandes centros Sul/Sudeste do Brasil recebem um tratamento melhor em termos de serviços públicos, mas são ainda insuficientes conforme informações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) e também outras redes de informações para apurarmos como a pobreza e fatores como educação e saúde encontram-se hoje. As informações abaixo são da Comunicação Social do IBGE de 18 de Dezembro de 2008 com o título *Mapa de Pobreza e Desigualdade 2003* que fixaremos o texto em sua íntegra, apenas para análise e leitura sem o intuito de resgatar em gráficos o crescimento e o declínio da situação brasileira em sua profundidade como já frisamos anteriormente, mas construir a ideia de possível invisibilidade social a partir da falta de influência dos atores políticos nas esferas públicas junto aos atores sociais, e começarmos a reflexão da identidade social destes atores sociais e possíveis causas em relação ao papel adotado frente a esta invisibilidade social.

Informações Colhidas: *IBGE mostra que 46% dos jovens brasileiros vivem na pobreza*⁶⁹.

Os jovens representam a faixa da população que mais sofre com a pobreza no Brasil. Enquanto 30% dos brasileiros são considerados pobres (pessoas que vivem com rendimento mensal familiar de até ½ salário mínimo “per capita”),

⁶⁹ <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/09/24/ult5662u865.jhtm>>.capturado em 09 de fevereiro de 2010.

entre as pessoas de 0 a 17 anos este percentual é de 46%. Os jovens que vivem com rendimento mensal familiar de mais de cinco salários mínimos são apenas 1.7%. Os dados estão na Síntese de Indicadores Sociais, pesquisa realizada pelo IBGE.⁷⁰

A região Nordeste tem os maiores índices de pobreza. Este quadro se repete também entre os jovens: 68,1% são considerados pobres, destes, 36,9%, vivem apenas com $\frac{1}{4}$ de salário mínimo de rendimento mensal familiar. As regiões Sul e Sudeste apresentam os melhores números para as pessoas da mesma idade: 30% e 32% respectivamente⁷¹.

Como um todo, a representação das pessoas com idade entre 0 a 24 anos diminuiu nos últimos dez anos. As crianças, adolescentes e jovens representavam 50% da população em 1997 e, em 2007, eram, 43,4% do total⁷².

Proporção de domicílios com crianças de 0 a 6 anos com serviços de saneamento, segundo rendimento (%)⁷³

⁷⁰ <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/09/24/ult5662u865.jhtm>>.capturado em 09 de fevereiro de 2010.

⁷¹ <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/09/24/ult5662u865.jhtm>>.capturado em 09 de fevereiro de 2010.

⁷² <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/09/24/ult5662u865.jhtm>>.capturado em 09 de fevereiro de 2010.

⁷³ <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/09/24/ult5662u865.jhtm>>.capturado em 09 de fevereiro de 2010.

As crianças e adolescentes de até 14 anos estão presentes em 47,7% das famílias brasileiras. Apenas 54,5% dos domicílios que abrigam estas famílias possuem todos os serviços de saneamento básico. Nos últimos dez anos, a infra-estrutura das residências melhorou, mas o IBGE ressalta que boa parte dos óbitos infantis tem causas ligadas à falta de saneamento básico, como por, exemplo, a diarreia. Portanto, a melhora do nível de saneamento tem impacto direto sobre as taxas de mortalidade infantil⁷⁴.

Mapa de Pobreza e Desigualdade 2003⁷⁵

IBGE lança Mapa de Pobreza e Desigualdade 2003

O texto do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística acostado ao trabalho para que possamos ter uma leitura na sua íntegra, principalmente quando o Instituto relata em um dos parágrafos do texto, que reproduziremos a seguir sob o título – *Investigação da pobreza é tema de estudos internacionais*-.

“Nos anos recentes, diversos estudiosos do tema tendem a concordar com uma definição abrangente considerando a pobreza como privação do bem-estar, pela ausência de elementos necessários que permitem às pessoas levarem uma vida digna em uma sociedade. Sob este aspecto a ausência de bem estar está associada à insuficiência de renda, à nutrição, à saúde, à educação, à moradia, aos bens de

⁷⁴ <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/09/24/ult5662u865.jhtm>>.capturado em 09 de fevereiro de 2010.

⁷⁵ <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticia_impressao.php>.capturado em 10 de fevereiro de 2010.

consumo e aos direitos de participação na vida social e política da comunidade em que vivem”⁷⁶.

E ainda:

“A pobreza também se distingue pela falta de oportunidade e poder, e pela vulnerabilidade de grupos sociais com maior probabilidade de acirrar a sua condição ou de sofrerem risco de entrarem na pobreza. O crescimento econômico, por exemplo, é crucial para criar oportunidades. No entanto, o crescimento não será suficiente se os pobres não forem capazes de usufruir seus benefícios por falta de treinamento, saúde ou acesso à infra-estrutura básica. Neste sentido, a mensuração da pobreza deve captar as suas distintas manifestações, muitas vezes, resultado de relações sociais mais abrangentes e complexas, em contrastes com situações em que o tratamento da pobreza deve ser focalizado nos próprios grupos desfavorecidos. Trata-se, assim, de diferenciar aspectos individuais e estruturais de maneira a implementar políticas e programas a melhoria do bem-estar da população”⁷⁷.

Se analisarmos os programas produzidos pela TVCâmara sobre a cultura e o analfabetismo teremos um idéia clara do processo de invisibilidade social nestas áreas, que nos parece abandonadas. Resgatamos uma audiência pública que a Comissão de Educação e Cultura da Câmara promoveu em 26 de Junho de 2007 para discutir a questão do analfabetismo:

⁷⁶<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticia_impressao.php>.capturado em 10 de fevereiro de 2010.

⁷⁷<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticia_impressao.php>.capturado em 10 de fevereiro de 2010.

“Comissão de Educação discute o analfabetismo”

“A comissão de Educação e Cultura da Câmara promoveu, no dia 26 de junho de 2007 uma audiência pública para discutir formas de combater o analfabetismo no País. São mais de 16 milhões de brasileiros que completam 15 anos sem saber ler nem escrever. Um problema estrutural grave ligado à má distribuição de renda e à falta de investimentos na educação.”⁷⁸

Na íntegra abaixo transcrevo a entrevista e os comentários ocorridos na Comissão de Educação e Cultura da Câmara capturado na tvcahoje em 20070626-008 wm., em Windows Média Player, tempo total: 2:16, transcritos pelo pesquisador na íntegra:

“A Constituição Federal assegura a todos os brasileiros o acesso gratuito a educação fundamental inclusive para aqueles com mais de 14 anos de idade considerada adequada para a conclusão da fase de ensino, mas segundo o IGBE 13,6 (treze virgula seis) por cento, 16,2 (Dezesseis Milhões virgula dois) da população com mais de 15 anos não sabe ler nem escrever, 16,2 (dezesseis virgula dois milhões) de

⁷⁸ <<http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara/default.asp>> capturado em 15 de fevereiro de 2010.

jovens e adulto a maior parte esta no nordeste do país onde a taxa de analfabetismo é de 26,2% (vinte e seis, virgula dois) por cento, na região norte a taxa é de 16,3 (dezesesseis virgula três) por cento, no centro oeste a taxa é 10,7 (dez virgula sete) por cento de analfabetos. Na região sudeste 8,2% (oito virgula dois) por cento, em o Sul a menor taxa, 7,6% (Sete, virgula seis) por cento”.⁷⁹

“Para esta educadora (Maria Luiza Aléssio – Presidente da Undime) que participou da audiência pública promovida pela comissão de educação da Câmara a região Nordeste é a que apresenta problemas estruturais mais graves, ligados a má distribuição de renda da população. Segunda ela, 65% (Sessenta e cinco) por cento das crianças nordestinas chegam a 4º série do ensino fundamental sem condições de serem consideradas alfabetizadas. Uma deficiência provocada entre outras coisas por um sistema educacional precário”⁸⁰

Neste momento a Educadora (Maria Luiza Aléssio) fala a repórter: (comentário meu)

⁷⁹ < <http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara/default.asp> > capturado em 15 de fevereiro de 2010.

⁸⁰ ibidem.

“Nós estamos falando no aspecto de pobreza estruturante, esta criança já vem com déficit cultural, já vem déficit de um desgastamento do tecido social de onde ela vem, porque o professor nem sempre foi preparado para enfrentar isso”⁸¹

Outro entrevistado durante a reunião da Comissão para a Câmara o Deputado Rogério Marinho do PSB-RN argumenta:

“A cada cem crianças que entra na 1ª série do ensino fundamental apenas 4 (quatro) chegam na Universidade, 89 (Oitenta e nove) ficam pelo caminho, são justamente aquelas crianças que tiveram menor condição financeira que foram para as escolas com menos estruturas, com ambiente escolar, professor mais desqualificado.”⁸²

Outra entrevista durante a reunião da Comissão para a Câmara com Vicent Defournig, representante da Unesco no Brasil argumenta:

“É importante que o Brasil como um país todo, mas também todos os atores sejam conscientes sobre a importância da estruturação para continuar uma sociedade mais justa, mais democrática e também der

⁸¹ibidem

⁸²ibidem

as condições para o progresso para uma sociedade do conhecimento.”⁸³

A questão da educação é a mais importante para construção da cidadania e a ampliação da capacidade para discussões no espaço público para a realização democrática. A moradia, saúde, transportes, aplicação do senso de justiça e igualdade e tantas outras necessidades se cumpridas na sua dimensão fundamental, contribuem e fortalecem um país, assim como o cenário político sintonizado com a comunidade social. A educação permite o aprimoramento de toda uma população, possibilitando uma relação positiva com o conhecimento, no intuito de desenvolver a capacidade de discernimento e mudanças quando estas não acontecem para o bem comum. A seguir continuaremos na demonstração de fatos importantes colhidos juntos a Institutos de Pesquisas do Site do (IBGE) para entendermos mais sobre o processo social que vivemos hoje.

Nas próximas páginas resgatamos um pouco de economia das páginas do site do IBGE⁸⁴ – Instituto Brasileira de Geografia e Estatística. Ali, poderemos com muita clareza e didática entender como se deu o processo de desenvolvimento econômico brasileiro aos olhos de Celso Furtado. Celso Monteiro Furtado é entrevistado pelo Presidente do IBGE Eduardo Pereira Nunes. Celso Furtado foi professor, ministro, cientista social, pesquisador brasileiro e escritor, nascido em 26 de Julho de 1920 e falecido em 20 de Novembro de 2004. Em 1962, no Governo

⁸³ibidem

⁸⁴<<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/seculoxx.pdf>> capturado em 15 de fevereiro de 2010.

João Goulart foi nomeado o Primeiro Ministro do Planejamento do Brasil e, foi Ministro da Cultura do Brasil entre 1986 a 1988. Com várias obras escritas entre elas *Brasil a construção interrompida* e *O Mito do desenvolvimento econômico*, nos deixou um legado importante sobre economia e desenvolvimento econômico no Brasil. Na entrevista, na época, ao então Presidente do IBGE – Eduardo Pereira Nunes intitulada de *O Brasil do Século XX* nos mostra situações brasileiras que precisam ser observadas pelos governantes com o intuito de promover o bem estar social e como o próprio pensador deixou claro, a importância de promover o desenvolvimento econômico brasileiro. Abaixo, reproduziremos trechos da entrevista, com data de publicação nas páginas do site do IBGE em 2006 – Rio de Janeiro, para refletirmos seu entrelaçamento com nosso trabalho desenvolvido até aqui e fortalecer a ideia de uma possível invisibilidade social nos setores sociais da sociedade brasileira.

Antes da entrevista concedida por Celso Furtado, o Presidente do IBGE, faz algumas considerações que encontra-se no mesmo site, assim:

“Convidados pelo IBGE, os professores Wanderley Guilherme dos Santos e Marcelo de Paiva Abreu coordenaram os trabalhos de análise da enormidade de estatísticas sociais e econômicas existentes, analisadas e comentadas tematicamente por um grupo de renomados especialistas responsáveis pelos ensaios contidos na publicação. Com esta iniciativa, pretendemos homenagear aqueles que ajudam a instituição a cumprir a sua missão de “retratar o Brasil com as informações necessárias ao conhecimento da sua

realidade e ao exercício da cidadania”. Entre estes, queremos especialmente destacar o Professor Celso Furtado, pelos importantes trabalhos dedicados à investigação dos problemas brasileiros e seu subdesenvolvimento. Sua obra contribui permanentemente para que a sociedade brasileira preste atenção ao estudo da nossa realidade, passada e presente, e assuma o propósito de construir um futuro com menos desigualdades sociais(...)”⁸⁵

Abaixo parte da entrevista transcrita das páginas do site do IBGE pelo pesquisador da dissertação:

Eduardo Pereira Nunes: O último Censo Demográfico revelou que a população cresceu quase dez vezes neste século: passou de 17 milhões em 1900 para quase 170 milhões em 2000. No início do século cerca de 52% da população ocupada trabalhava no campo. Em 2000, essa proporção caiu para 17% e 80% da população vivia na área urbana. Em 1900, agropecuária contribuía com 45% do Pib; a indústria com 11%, e os serviços, com 44%. Já em 2000, essa distribuição passou a ser de 11% para a agropecuária, 28% da indústria e 61% para os serviços. Qual o impacto do avanço da industrialização, combinado com o êxodo rural, sobre a organização das cidades e do mercado de trabalho no Brasil?

Celso Furtado: “Esses dados são muito importantes, mas são um pouco ilusórios quando se pretende esclarecer o que aconteceu no Brasil. A estrutura ocupacional

⁸⁵ibidem

da população ativa é um dado que deve ser utilizado com muito cuidado. O mundo rural abrigava um considerável excedente de população submetida a formas extremas de exploração. Por motivos diversos, essa população deslocou para as zonas urbanas. A partir dos anos 70 do século passado, o viés tecnológico assumido pelo setor industrial, submetido a crescente concorrência internacional, traduziu-se em forte declínio na criação de emprego. Este é um dos motivos pelos quais o Brasil enfrenta atualmente um problema social de gravidade excepcional. Mas o processo de urbanização da sociedade brasileira não é semelhante ao que se verifica na Europa e em outras partes do mundo. Na Europa, a urbanização decorreu da criação de um mercado de trabalho intenso nas cidades, que absorveu o excedente da população rural, transformando o continente ao longo dos anos. No Brasil, o processo migratório do campo para a cidade ocorreu de forma distinta: houve uma fase, na metade o Século XX, em que se criou muito emprego no setor industrial, mas nos últimos 30 anos o emprego industrial já não cresceu. O crescimento da população urbana inchou as cidades, mas nelas não se criou emprego suficiente para absorver toda essa gente, daí as taxas de desemprego crescente, a marginalidade.”

Abaixo comentário do pesquisador da Dissertação

Sobre as respostas de Celso Furtado neste primeiro bloco podemos atribuir sem comprometer o economista, que a alta carga tributária brasileira influi severamente no processo de oferta de empregos formais. Posso avaliar esta questão quando no exercício de minha profissão, que não foram poucas vezes,

empresários declarando que se houvesse menos impostos sobre mercadorias ou transações comerciais, (processo de compra e venda/efeito cascata) e sobre o registro de empregados que influência em toda dinâmica empresarial, a dinâmica empresarial seria outra em termos de investimentos. No intuito de minimizar esse processo tributário agressivo o governo criou o regime tributário da Pequena e Média empresa que vem sendo regulamentado nos Estados e na União desde 1989. Mesmo assim, continuamos a margem de reformas mais equilibradas para esse setor, que hoje tem poder econômico e uma função social. Sobre a questão da marginalidade mencionada pelo economista, poderia ser muito menor se houvesse investimentos no processo educacional, controle rígido de urbanização desorientada e serviços sociais apropriados para atender a demanda social.

(continuando a entrevista colhida nas páginas do site do IBGE)

Eduardo Pereira Nunes – Esse processo tem repercussão na distribuição de renda e na formação de mercado?

Celso Furtado - Tem sérias repercussões negativas, especialmente no perfil social, porque o Brasil cresceu muito, mas, no essencial, não se transformou. Por exemplo, é crescente, em números absolutos, a massa de população subempregada ou desempregada. Não se pode admitir que um país possa se urbanizar tão rapidamente criando apenas subemprego urbano.

Eduardo Pereira Nunes – Isto é, é necessário que o emprego tenha qualidade, cuja renda permita ao empregado se transformar em conjunto em um consumidor dos bens produzidos, criando um mercado de massa.

Celso Furtado – Sim. É necessário criar empregos que permitam uma inserção social plena. O que ocorreu no Brasil foi à criação de uma enorme massa de subempregados. Este é o fenômeno das cidades brasileiras de hoje, sendo a cidade de São Paulo o exemplo conspícuo, com quase vinte por cento de sua população sem emprego. Os trabalhadores têm de ficar pechinchando emprego, porque as grandes empresas não querem cria-los. Estranhamente não querem criam empregos, mas enfrentam problema de falta de mercado para seus produtos.

Eduardo Pereira Nunes – Essa massa de subempregados explica o fato de, no Brasil, a taxa de desemprego não ser tão elevada? Estudos mais abrangentes sobre as estatísticas de emprego deveriam contemplar o emprego, o desemprego, o subemprego, o emprego de qualidade de renda precária.

Celso Furtado – Exato, mas estamos falando apenas do quadro urbano. No setor rural também houve uma transformação muito especial. Assistimos a uma forte pressão para desempregar no campo, particularmente no Centro Sul do Brasil, onde a mecanização da agricultura tem sido muito intensa nos últimos tempos. O desemprego no mundo rural não decorreu apenas do crescimento da produtividade, mas também da impressionante concentração das terras em todo o Brasil, isto é, do crescimento dos latifúndios. A massa da população que perdeu

seu emprego no campo contribuiu para a forte redução da população rural, como mostra o livro do IBGE sobre as Estatísticas do Século XX. O declínio da população rural e do emprego no campo não teve como contrapartida à criação de empregos urbanos. O resultado foi que o Brasil terminou o Século XX com esse bolsão enorme de desempregados e subempregados urbanos⁸⁶.

Eduardo Pereira Nunes – O Brasil é um caso a parte e os problemas sociais se agravam a cada dia. Quem observa o País se impressiona com esse quadro. O Brasil cresceu. Hoje em dia, é uma das dez maiores economias do mundo e tem um sistema industrial complexo. Mas, ao mesmo tempo, este País tem uma massa enorme de subempregados. A parte da população que não participa dos benefícios do desenvolvimento é tão grande que este passa a ser um dos principais problemas, senão o prioritário, de quem governa o Brasil. Qual será o futuro deste País, se continuarmos a expelir a população do campo, a reduzir o emprego no campo como se fez intensamente nos últimos 20 anos? Vamos expulsão a população rural para a beira das estradas? É impressionante ver esses desempregados e subempregados querendo invadir

⁸⁶ Sergio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” esclarece: “Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para se compreenderem exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje. Se, conforme opinião sustentada em capítulo anterior, não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação européia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas. Com pouco exagero pode dizer que tal situação não se modificou essencialmente até à Abolição. 1888 representa o marco divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data assume significado singular e incomparável. Na Monarquia era ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentares, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio. HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª ed.-São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.73.

as terras no próprio campo e nas cidades. Este é um problema social cada vez mais difícil de resolver, enquanto não se atacar o fundo da questão. Para superar a situação atual, é urgente pensarmos na criação de empregos. Veja os dados que vocês publicaram sobre o setor industrial: a indústria, brasileira se modernizou consideravelmente, aumentou a produtividade e outro lado dessa moeda causou o declínio do emprego industrial. A indústria automobilística, por exemplo, hoje emprega um terço do contingente que empregou há dez, vinte anos atrás, em virtude do forte aumento da modernização da produção e dos sistemas, da terceirização, etc. Paralelamente, precisamos pensar numa política rural de outro tipo, a fim de atrair gente para trabalhar no campo, mas com base em um modelo novo. O desafio será criar emprego no campo sem inviabilizar a produção nas grandes propriedades. É preciso criar uma agricultura variada: produção comercial e familiar. Muita gente já está debatendo isso. O movimento dos Sem-Terra pensa nessa direção está consciente disso.

Um dos itens interessantes desenvolve-se agora quando Celso Furtado é questionado sobre a imensa extensão territorial brasileira. (comentário do pesquisador)

Eduardo Pereira Nunes – O Senhor sugere então que o Brasil precisa conciliar o agronegócio, de grande produtividade, com a tecnologia avançada intensiva em capital, voltado para exportação, com uma familiar intensiva em mão de obra, voltada para o mercado interno, levando em conta a imensa

extensão territorial, as terras disponíveis e a necessidade de preservação do meio ambiente?

Celso Furtado – Quando debato esse problema internacionalmente, todos partem de seguinte raciocínio: o Brasil é um País inexplicável, pois com essa abundância extraordinária de terras, o que hoje em dia é raríssimo, tem uma massa enorme de desempregados! Por que não disponibilizar as terras disponíveis para criar empregos? É inexplicável! Com defender esse modelo de desenvolvimento que cria desemprego e subemprego num País de terras abundantes e ociosas? Por que a invasão de terras preocupa mais do que a constatação do imenso, número de desempregados e subempregados?

Eduardo Pereira Nunes – Nós temos que nos preocupar com o impacto do nosso modelo atual de desenvolvimento sobre o meio ambiente, sobre a estrutura agrária e sobre o mercado de trabalho. Este modelo, para ser sustentável, tem de associar a política de ocupação de terras voltadas tanto para o agronegócio capitalista desenvolvido quanto para uma agricultura familiar geradora de emprego e abastecedora do nosso mercado interno, sempre preservando os recursos naturais.

Celso Furtado – Exato. Esse é o problema a ser enfrentado, a ser discutido pelos governantes. O governo que não enfrenta-lo de verdade terá falhado na política de desenvolvimento. Desenvolvimento no Brasil, hoje em dia, é essencialmente solucionar o problema social. Este é o desenvolvimento sustentável. Não basta

apenas aumentar o produto. Depois de ter assistido a tantos anos de transformações, creio que esse é o problema mais grave do Brasil atual. Um país que não tem uma população rural e uma agricultura forte é uma economia muito frágil. Como manter o equilíbrio interno entre os setores? Na primeira metade do Século XX, o Estado ainda absorvia mão-de-obra dos imigrantes que vieram da Europa. Com era um país de terras abundantes e virgens, nessa época o Brasil conciliava o setor rural com o setor urbano. Até os anos 50, não havia preocupação com a geração de emprego, mas sim com produtividade, a fim de se ganhar competitividade internacional. Ou seja, o Estado precisava fomentar a criação de indústrias modernas, ou não teríamos desenvolvimento. Isso era aceito como sendo uma lei da natureza. Mais adiante, o resultado dessa política foi uma situação crescente de desemprego estrutural, que atualmente prevalece. O Brasil tem terras abundantes e baratas, tem mão-de-obra disponível. Por que enfrenta tantas dificuldades? Por que tem crescentes problemas sociais? Por que o desenvolvimento é só para servir uma minoria? Eu não consigo explicar. Ainda num passado recente, nem mesmo os economistas queriam debater esse problema, que agora é imperativo.

Eduardo Pereira Nunes – Eu gostaria de voltar aos anos 50, quando o senhor começou a discutir com Rostow e outros economistas as teorias do desenvolvimento prevalecentes. Na época, o senhor já contestava as teorias de que o subdesenvolvimento era uma etapa histórica do processo de desenvolvimento. De acordo com aquela teoria, todas as economias passavam por uma etapa de subdesenvolvimento econômico representava uma

interferência desnecessária e indesejável do Estado nas trajetórias das economias nacionais. Podemos dizer que o debate atual sobre o papel do Estado na formulação de política ativas de desenvolvimento, tecnológicas e de comércio exterior representa uma volta àquele antigo debate e àquela postura que o senhor já contestava nos anos 40 e 50?

Celso Furtado – Vamos responder por etapas. Primeiramente, a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Em meu primeiro livro de teoria econômica, escrito no final dos anos 50, defendi a tese de que o subdesenvolvimento não era uma fase pela qual tiveram de passar todas as economias, e sim a situação de dependência que decorria de como as economias se inseriram nas correntes de expansão do comércio internacional a partir da Revolução Industrial. Eu pretendi rebater as idéias de Rostow, o famoso economista que formulou a teoria dos cinco estágios do desenvolvimento. Ao ouvir o debate sobre essa teoria, pensei: é um absurdo; não pode haver isso; a nossa situação não é uma fase, pois nela estamos há 100 anos; nada mudou; somos sempre subdesenvolvidos, e os outros estão que vez mais a frente. Então, havia de repensar tudo isso. Foi quando formulei a teoria do subdesenvolvimento. Comparando países de distintos níveis de renda per capita, percebi que o que fazia a diferença era a cada país incorporava a tecnologia moderna. A simples modernização dos hábitos de consumo, mediante a importação de veículos de luxo e artigos do gênero, podia significar o enriquecimento de uma elite local, mas estava longe de ser um autêntico desenvolvimento. Se compararmos as economias da Argentina e do Japão no primeiro quartel do Século XX comprávamos que a

renda per capita do país latino-americano era muito superior à do asiático, apesar de a economia deste último ser bem mais desenvolvida. A verdade é que os países que começaram pelo caminho certo tenderam a uma diversificação na economia foi o chamado progresso enquanto outros se especializaram na produção de matérias-primas, absorvendo muito pouco progresso técnico. Portanto, constituíram um quadro diferente, que chamei de estágio de subdesenvolvimento. Dele não se sai sem sérias transformações estruturais. Não há um avanço automático para o estágio do desenvolvimento. É preciso fazer um grande esforço de transformação e enfrentar os problemas estruturais. Portanto, esse era um quadro novo. Reuni essas idéias em meu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961. Na época, poucos aceitaram a teoria do subdesenvolvimento. Hoje em dia, ela está evidente: todos percebemos que um país pode crescer muito, como o Brasil cresceu, e continua subdesenvolvido. Por que o Brasil não reduziu o subdesenvolvimento, se o seu PIB cresceu 100 vezes no Século XX?

Durante muitos anos trabalhei nesse tema, e só cheguei a perceber o âmago da questão quando introduzi o aspecto cultural. Alguns países podem ter crescimento econômico, a partir dos produtos primários. Terão aumento de renda, o qual poderá ser apropriado por uma minoria, por uma elite que adota, então, padrões de consumo de formas de viver típicas dos países mais ricos, e totalmente incompatíveis com o nível de renda do próprio país. Esse país crescerá economicamente, mas não se transformará, ao contrário, se deformará.

Eduardo Pereira Nunes – Qual deve ser o papel do planejamento econômico?

Celso Furtado – Em relação ao planejamento econômico, digo o seguinte: se um país acumulou tamanho atraso, como é o caso do Brasil, não pode sair dessa situação pelo mercado. Este não é suficiente, pois não fará as transformações estruturais necessárias. O mercado concentra renda e é preciso desconcentrar. O país submetido por longo tempo a um processo de concentração de renda, como está acontecendo no Brasil, adquire uma rigidez estrutural muito grande. É difícil impor as reformas. Veja o debate atual sobre as reformas sociais. A classe dominante quer defender de todas as maneiras os seus privilégios. Há uma resistência enorme para ceder. A concentração de renda é, no fundo, uma contrapartida das lutas sociais. A lógica do capitalismo é a de concentrar renda, mas ele próprio engendra forças sociais que vão pressioná-lo para desconcentrar. E seu desenvolvimento surgiu da interação dessas forças, de um lado o progresso tecnológico criando desemprego, de outro os movimentos sociais pressionando para criar emprego. Foi assim nos países onde o capitalismo se desenvolveu em sua plenitude; as lutas sociais permitiram a desconcentração de renda. Em cada ciclo econômico, em cada movimento social, os salários se corrigiam, os salários médios cresciam – cresciam tanto quanto a produtividade. Concentra, desconcentra: são crises cíclicas, que redistribuem a renda, permitem a retomada do crescimento, é o capitalismo andando, navegando, indo de crise em crise, mas, em geral, crescendo.

Porém num país subdesenvolvido, que acumula o atraso, isso não ocorre: a sociedade não é capaz de reagir suficientemente para modificar o quadro. No Brasil não se tem esse dinamismo do sistema capitalista, porque os movimentos sociais são fracos. A elevação dos salários é o que há de mais difícil num país como o Brasil. Isso é uma deformação social, que o fundo é o espelho do subdesenvolvimento.

Eduardo Pereira Nunes – Nós estamos analisando o Século XX, no qual o PIB do Brasil cresceu 100 vezes. Essa é uma contradição da sociedade brasileira: o País cresceu 100 vezes em um século e estamos aqui falando de todos os seus problemas. Um País que cresceu cem vezes não poderia ter tantos problemas. Mas o Senhor aqui deu uma aula de quantas alternativas a sociedade brasileira tem para ser mais desenvolvida. Ao longo de sua obra o senhor fala desse dilema: não basta crescer; é preciso repartir os seus frutos por toda a sociedade brasileira. Se olharmos agora para o Século XXI, quais seriam os conselhos que o Senhor poderia dar aos novos cientistas sociais? Como devem trabalhar para dar um sentido mais igualitário a toda sociedade brasileira?

Celso Furtado – “Essa é uma pergunta que cada brasileiro deve fazer a si mesmo: porque o desenvolvimento brasileiro foi tão desigual? Por que existe essa injustiça tão profunda? O Brasil é um país com tantos recursos e com uma massa enorme de gente excluída. É uma profunda injustiça. O fenômeno da exclusão social é a questão que nós todos nos colocamos. Já ninguém se satisfaz com meias medidas. Há uma enorme preocupação com o problema da fome e da exclusão social. O

Brasil criou uma elite capaz, investiu na classe média alta, mas investiu muito pouco no povo. Temos então essa massa desvalida, sem o mínimo necessário para exercer sua cidadania. Um país como o Brasil tem sempre problemas novos, pois está em formação. Em meu livro “Brasil, a construção interrompida”⁸⁷, publicada em pouco mais de dez anos, mostrei que a edificação do nosso desenvolvimento vinha perdendo fôlego, reduzindo o seu élan criativo. Agora a situação está se invertendo, o fato de termos eleito um presidente progressista pode ajudar à retomada dos debates. Já é um grande avanço estarmos interessados nesse problema. O que antes era tachado de pessimismo, derrotismo, hoje revela um amadurecimento, uma consciência de que devemos transformar este País, e de que a geração nova vai cumprir sua missão. Que papel caberá ao Brasil na cena internacional? E na América Latina, que posição teremos? E como conquistar novos espaços, como o mercado da China? Ainda há muito que pensar. Só espero que a geração nova encontre em contexto internacional favorável. Hoje, pensar numa política para o Brasil é reconhecer que, tendo em

⁸⁷ Nesta obra Celso Furtado destaca o intenso dinamismo da economia como causador das injustiças sociais, assim: “Muitos observadores (inseridos nos segmentos sociais privilegiados, evidentemente) descobriam nesse dinamismo uma fonte de legitimidade para um sistema de poder que gerava tantas injustiças. Outros (entre os quais me incluo) consideravam que o preço social que estava sendo pago pelo desenvolvimento era exorbitantemente elevado, e sua razão de ser estava na obstinada resistência da aliança de interesses oligárquicos à introdução de reformas modernizadoras das estruturas. Mas, pelo menos sobre um ponto, havia consenso: interromper o crescimento econômico não contribuiria senão para agravar os problemas sociais. O desafio que se coloca atualmente aos que dirigem o País em encontrar uma forma de legitimidade para ordem social existente, sem o que a estabilidade institucional estará ameaçada, num quadro de estagnação econômica prolongada”, e ainda “Na lógica da ordem econômica internacional emergente parece ser relativamente modesta a taxa de crescimento que corresponde ao Brasil. O desafio que se coloca à presente geração é, portanto, duplo: o de reformar as estruturas anacrônicas que pesam sobre a sociedade e comprometem sua estabilidade, e o de resistir às forças que operam no sentido de desarticulação do nosso sistema econômico, ameaçando a unidade nacional. In Furtado, Celso. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.11-12-13.

conta os compromissos já assumidos internacionalmente, é limitada a nossa capacidade de ação.

Para os novos cientistas sociais, eu digo, primeiramente: paciência. Paciência para completar a construção deste País. Já cheguei a uma fase da vida em que propriamente não me preocupo com o futuro. Mas meu otimismo não desapareceu, embora reconhecendo que a responsabilidade dos que vão assumir o comando na próxima geração é muito grande. Por isso, a mensagem que deixo para os novos cientistas sociais é a seguinte: em seus trabalhos como pesquisadores não hesitem em formular hipóteses arrojadas. Assumam riscos. Sem isso, o conservadorismo que nos cerca por todos os lados deglutirá a todos”.

Destacamos outros textos com a participação de Celso Furtado e Emir Sader no sentido de complementar suas considerações acima. Uma delas *Brasil: Crise e Destino – entrevistas com pensadores contemporâneos*,⁸⁸ Celso Furtado, desenvolve o tema *Estão Liquidando a Soberania Nacional*, e destaca com veemência que os políticos brasileiros estão pensando em outras coisas, tal distração afeta profundamente o avanço econômico e social, servindo a outros interesses, acreditando ainda sermos uma província de um império. Alerta ainda, que estamos sendo governados por uma espécie de “partido” que não acredita no futuro do país. Outro tema ainda dentro desta mesma obra *Será preciso refundar o Brasil*, de Emir Sader, formado em filosofia pela Universidade de São Paulo,

⁸⁸ FURTADO, Celso. *Estão Liquidando a Soberania Nacional*. Editora Expressão Popular. Organização César Benjamin e Luiz Antonio Elias *Brasil: Crise e Destino: entrevista com pensadores contemporâneos*. p.13 a20. e na mesma obra SADER, EMIR. *Será Preciso Refundar o Brasil*. p.77 a 88.

analisa em seu texto que o Estado Brasileiro deixou de cumprir sua função e para recuperá-la teria de negar a si mesmo, estimulando a esfera pública não estatal em busca do fortalecimento das relações sociais. Desta forma, a grave crise de confiança existente e os níveis consideráveis de corrupções que permeia o poder, conseqüentemente a democracia perde fôlego desfavorecendo a sociedade.

Podemos desta forma, estarmos vivendo entre a democracia proposta por nossa Carta Magna, que propõe o modelo ideal, justo, igualitário para todos, e, ao mesmo tempo, vivendo a democracia real, distante do texto Constitucional. Qualquer cidadão de outro país que realize uma leitura de nossa Constituição Federal, com certeza clamará a todos os povos que somos uma Nação com uma Constituição que atende o bem estar social e os requisitos necessários para o Estado Democrático. Outra situação seria este mesmo cidadão fazer uma leitura dos acontecimentos políticos e cotidiano pelos jornais, concluiria que existe uma distância entre um e outro. Como aponta Dimenstein em seu livro sobre os requisitos mínimos da realização do processo democrático.

“A presente conjuntura de consolidação democrática, entendida como um processo contínuo de realização do atendimento de um elenco mínimo de pré-requisitos como a liberdade de opinião, expressão, reunião e organização, eleições livres e competitivas, alternância no poder, mecanismos de responsabilização dos governantes, livre manifestação dos movimentos da sociedade civil e adesão do Estado à proteção dos direitos humanos, constitui um momento privilegiado para entender-se a permanência das práticas o arbítrio. Para tanto devemos distinguir entre três modalidades de direitos: 1) o estado de direitos políticos – participação política, a expressão da vontade popular em processos eleitorais, as instituições políticas e a accountability, a responsabilização dos governos por seus atos; 2) o estado dos direitos civis, onde incidem as graves violações de direito humanos; 3) o estado dos

direitos sociais e econômicos. Não se trata de mera questão doutrinária, mas de efetiva interdependência entre vários elementos desses grandes conjuntos: liberdade de organização e construção da solidariedade; distribuição de recursos econômicos e de poder e a pacificação da sociedade; e acesso à informação e controle das elites pelas não elites; educação e sistema judiciário.”⁸⁹

Comenta também que não podemos separar vida privada de sistema político, ou seja, ambos complementam-se, pois estamos intimamente ligados aos recursos do Estado e quando existe uma violação deste processo, ocasiona a desigualdade social:

“Os direitos políticos estão diretamente intrincados com as condições de vida da população. O que obriga a colocar a questão ainda que neste livro não pretenda tratar de modo específico dos direitos econômicos e sociais, sobre poderem os direitos civis e políticos ser adequadamente protegidos em países como o Brasil, nos quais as “violações estruturais” dos direitos sociais, econômicos e culturais parecem ser uma característica da sociedade.”⁹⁰

O jornalista enfatiza ainda que não visualizaremos democracia se não alinharmos as estruturas sociais e políticas. Esta sintonia ocasionará o aparecimento da identidade do cidadão:

“A implementação dos direitos sociais e econômicos não pode ser considerada separadamente ou como adicional à consolidação da democracia: a realização da cidadania, essencial para democracia política tornar-se ela mesma realidade, requer reformas sociais e econômicas. O que é urgente não é apenas a extensão da já existente democracia política para novas áreas sociais e econômicas, mas reformas substantivas para remover obstáculos

⁸⁹DIMENSTEIN, Gilberto. Democracia em Pedacos: direitos humanos no Brasil. São Paulo: Cia da Letras. 1996.p.9-10.

⁹⁰ibidem. p.21.

sociais que impedem a própria cidadania. Evidentemente não pode haver cidadania sem democracia.”⁹¹

1.6 Considerações sobre a exclusão social

Em *Atlas da Exclusão Social no Brasil*, André Campos nos apresenta a evolução da exclusão social através dos tempos. Argumenta que sua base etiológica encontra-se num processo histórico bem maior e não vislumbra uma resolução em curto tempo:

“A exclusão é um todo que se constitui a partir de um amplo processo histórico determinado que acompanha, em maior ou menor grau, a evolução da humanidade. As raízes de sua manifestação foram identificadas por alguns e pronunciadas por muitos ao longo do tempo.”⁹²

O autor identifica a desigualdade em Rousseau, a partir de seu discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, servindo como base para entendermos sobre esta desigualdade. Demonstra a diferença entre a diferença existente fisicamente entre todos e a desigualdade que encontra-se arraigada na sociedade.

“Um exemplo da interpretação de sua manifestação pôde ser observado no século XVIII, quando o pensador francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) pronunciou-se a respeito da desigualdade entre os homens. A partir de sua obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, em 1755, foram lançadas as bases que seriam mais tarde associadas ao conceito de exclusão. Mesmo sem ter utilizado o termo exclusão, Rousseau contribui suficientemente para identificar os dois tipos de desigualdades que atingiam a espécie humana. De um lado, a desigualdade natural ou física que

⁹¹ibidem.p.22.

⁹²CAMPOS, André e organizadores. *Atlas da exclusão social no Brasil*, volume 2: dinâmica e manifestação territorial. 2º ed. – São Paulo: Cortez, 2004. p.27.

se origina na dessemelhança existentes entre os indivíduos da espécie humana, tais como sexo, raça, idade, saúde. E, de outro, a desigualdade moral ou política que se encontra relacionada à estrutura de organização da sociedade, capaz de permitir a existência de diferenças de alguns em prejuízos de outros, com ser rico e pobre, ser poderoso ou fraco”.⁹³

Nesta mesma linha, André Campos, desenvolve ao longo de seu texto, que a desigualdade que vivemos hoje, poderá ser consequência da divisão da propriedade e do capitalismo do trabalho, respondendo a fatores de ordem política e econômica e não à fatores de ordem simplesmente natural, como se a ordem política e econômica não influenciasse neste mecanismo. Caso não fosse, gozaríamos de riquezas infinitas, considerando os fatores privilegiados que possuímos em termos de riquezas naturais.⁹⁴

Neste sentido ainda o autor aponta para a exclusão brasileira existente na Constituição anterior de 1988, demonstrando que o novo texto normativo universaliza a participação de todo brasileiro ao Sistema de Saúde, possibilitando o acesso aos benefícios e direitos sociais, sendo um marco importante para o cidadão.

“A exclusão social constitui uma marca inquestionável do desenvolvimento capitalista brasileiro. Com a abolição da escravidão, os negros deixaram de ser formalmente excluídos, ainda que o país não tivesse sido capaz de oferecer nenhuma política pública de inclusão social. A Constituição de 1988 banuiu o conceito de cidadania regulada, que permitia o acesso à saúde e previdência social tão-somente para empregados com contrato formal de trabalho. O advento do Sistema Único de Saúde – SUS – e a inovação da seguridade social ampliaram o acesso aos direitos sociais, uma vez que a experiência de

⁹³ibidem.p.27-28.

⁹⁴ibidem. p.29.

universalização de direitos era praticamente inexistente.”⁹⁵

Mesmo assim, com o advento da Carta Magna em 1988, e os benefícios sociais que traz, não assistimos a concretização das normas constitucionais. Um País não se analisa apenas por sua Constituição, mas o trabalho realizado para que a materialização deste texto aconteça na sociedade. Para Campos, os discursos apresentados pelos governantes, não se sustentam se não houver o “casamento do Estado com a vida do cidadão, ou com a realidade vivida por eles”, evitando desta maneira um profundo descontentamento que irá provocar a cada dia o enfraquecimento do Estado.

“Apesar disso, a exclusão social no Brasil permaneceu manifestando-se generalizadamente. De um lado, a velha exclusão continua sendo a marca das regiões geográficas menos desenvolvidas, diante da permanência da baixa escolaridade, da pobreza absoluta no interior das famílias numerosas e da desigualdade nos rendimentos. De outro lado, a nova exclusão vem contaminando rapidamente as regiões mais desenvolvidas por intermédio do desemprego generalizado e de longa duração, do isolamento juvenil, da pobreza no interior das famílias monoparentais, da ausência de perspectivas para parcela da população com maior escolaridade e da explosão da violência. Para isso procurou-se reunir os indicadores sistematizados que compõem os referenciais metodológicos para aferição da exclusão social entre os anos 1960, 1980 e 2000”.⁹⁶

Em *História da Vida Privada*, olhamos o Brasil com a cara de esperança.

A entrada para a modernidade, o início do processo de industrialização com geração de novos empregos, o crescimento urbano, o povo alegre que sempre fomos lembrados por sermos cordiais e Cortez, representava o princípio de uma

⁹⁵ibidem. p.33.

⁹⁶ibidem.p.34-35.

nova era, mas era preciso conhecer os aspectos deficientes da sociedade e da política brasileira para alcançarmos o primeiro mundo.

“Os mais velhos lembram-se muito bem, mas os mais moços podem acreditar: entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna. Esse alegre otimismo, só contrariado em alguns rápidos momentos, foi mudando a sua forma. Na década de 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância. De 1967 em diante, a visão de progresso vai assumindo a nova forma de uma crença na modernização, isto é, de nosso acesso iminente ao “Primeiro Mundo. Tínhamos’ certamente bons motivos para afiançar o otimismo. A partir dos anos 80, entretanto, assiste-se ao reverso da medalha: as dúvidas quanto às possibilidades de construir uma sociedade efetivamente moderna tendem a crescer e o pessimismo ganha pouco a pouco, intensidade.”⁹⁷

Ainda em *História da Vida Privada*, o Brasil que teve até o final do século 19 a escravidão, causa espanto na sociedade moderna com sua desigualdade social, que se avoluma nos grandes centros urbanos por conta do capitalismo.

1.7 Pensadores do Brasil

Um dos pontos importantes e que deu origem ao tema de nossa pesquisa, foi à posição e a larga discussão que pensadores brasileiros trataram as questões sociais e políticas do tecido político e social. Exploraremos suas principais ideias e o sentido disto hoje, sem a intenção de utilizá-los para criticarmos o País, mas

⁹⁷A.NOVAIS, Fernando/coordenador geral da coleção; SCHWARCZ MORITZ, Lilia/organizadora do volume. *História da vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p.560.

chegarmos ao entendimento de uma possível invisibilidade social, por não ter estruturado-se ainda em sua teia política e social.

Buscamos realizar uma revisão da literatura brasileira, confessa-se rasamente, pois não teríamos tempo para lançarmos em maiores pesquisas sobre o tema. A grande e maior intenção, é entender a sociedade brasileira e a suave invisibilidade aparente quando tratamos do retorno social necessário que todos merecem. Sabemos que existe uma crise no seio social, acredito ser pela ausência e anseio da concretização dos textos preparados na Carta Maior para a imediata prática social almejada.

Até o momento ficou claro que estamos separados: elite e não elite. A elite tem acesso ao bem maior, ou seja, bens materiais, oportunidades de crescimento, qualidade de vida e usufruir um clientelismo político. Não estamos tratando da viabilidade do “ter” bens materiais para o sucesso social de todos, mas ter uma identidade na sua comunidade. Ter identidade ajuda na construção da cidadania. Ser cidadão, ser atendido, ser proprietário, ser participante do fórum de discussão, ser empregado, ser empregador, ser eleitor, ser reconhecido, ser visto, ouvido e assim por este caminho. Em *Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado* há uma análise elaborada pela autora sobre *identidade*, clarificando o entendimento de qual identidade estamos tratando, assunto tratado no segundo capítulo desta pesquisa.

1.8 Indivíduo Sem Rosto em Roberto Da Matta

“Será preciso, portanto, discutir o Brasil como uma moeda. Como algo que tem dois lados. E mais: como uma realidade que nos tem iludido, precisamente porque nunca lhe propusemos esta questão relacional e reveladora: afinal de contas, como se ligam as duas faces de uma mesma moeda? O que faz o brasil, Brasil”?

Roberto DaMatta

Roberto DaMatta nasceu em Niterói – RJ em 1936. Graduado em História, e PHD em Antropologia Social e autor de diversas obras entre elas, “A casa e a Rua” e “O que faz o brasil, Brasil?”, como tantas outras. Em “Brasileiro: Cidadão?”, obra que traz um texto chamado *Um indivíduo Sem Rosto*, traz no prefácio da obra um comentário de Júlio César Ferreira de Mesquita que nos aponta o sentido da cidadania:

“Ser cidadão não é fugir da pobreza do campo e se abrigar na miséria periférica das inchadas e violentas metrópoles brasileiras de hoje em dia. Ser cidadão é, principalmente, ter direito a uma vida decente, com um padrão de dignidade aceitável e acesso, não apenas ao essencial para sobreviver, mas também aos direitos elementares de produzir, consumir e se expressar com liberdade. A cidadania de primeira classe é a exigência inicial que todo brasileiro, sem distinção de credo, raça ou classe social, precisa fazer para se considerar perfeitamente integrado ao mundo livre e civilizado, que esta sento construído neste século XX”⁹⁸.

⁹⁸DaMATTA, Roberto. Brasileiro: Cidadão? 1º edição. São Paulo-SP. Cultura Editora Associada. 1992.p.12.

Em *Indivíduo Sem Rosto*, Da Matta trata sobre este assunto abordado por Júlio de Mesquita no texto acima, procurando trazer à reflexão o cidadão brasileiro e sua fragilidade ocasionada pela falta de reconhecimento social, deixando-nos claro que a desigualdade brasileira estaria ligada a hierarquia, e um sentido de práticas familística que impedi o avanço das relações democráticas e fortalece ainda mais a divisão da elite e não elite. Assim vindo de encontro com nossas considerações:

“A igualdade na sociedade brasileira tem sido uma verdadeira obsessão para mim. Sobretudo a partir de 1970, quando retornava dos Estados Unidos, depois de um longo estágio de treinamento acadêmico ocorrido em 1963-64 e 1967. Após praticamente passar a década de 60 fora do Brasil, na ilustre Universidade de Havard, em meio a um sistema social saturado de individualismo e igualdade, fiquei chocado, ao voltar, com o nosso sentido gregário de existência social, com as infinitas práticas familísticas, com a vigência descarada da condescendência em todos os níveis da sociedade e, acima de tudo, com o autoritarismo resultante. Autoritarismo que, naquele momento, estava revestido de uma formidável legitimidade pelo chamado regime militar.”⁹⁹.

No contexto da Sociedade Moderna brasileira, vivemos num processo de casa/privado e rua/público intercalando-se. A legalidade e a igualdade fragiliza-se nesta questão, pois perdemos a ideologia de buscarmos a concretização da democracia. Não defendemos a ideologia solitária, desproposital, desnorteada dos ideais democráticos, mas livres das amarras que nos impedem de ingressar no terreno da igualdade, sem o dualismo que parece nos visitar há 500 anos.

“A igualdade como valor político ou como ideal social nos leva à discussão não só da democracia como estilo de vida ou cultura, mas, sobretudo da cultura da democracia. Ou seja: quais são as condições sociais, históricas, ideológicas, políticas, econômicas e simbólicas que obviamente

⁹⁹ibidem. p. 3-4.

conduzem àquilo que nós entendemos ser a democracia moderna. Porque tudo indica que a democracia moderna tem de fato um conjunto de exigências de ordem social (e cultural) que vale a pena discutir e considerar. Tal é a discussão que pretendo travar aqui, desejoso que estou de fugir de um discurso formalista ou normativo que apenas lamenta o que não temos, critica com um olho político interesseiro o que se faz, ou simplesmente receita o que deve ser feito.”¹⁰⁰

Jessé Souza, Doutor em sociologia, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e autor de vários livros entre eles é organizador da obra: *Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*, e autor do texto inserido neste livro com o título *Democracia e personalismo para Roberto DaMatta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos?* nos traz observações ao pensamento de DaMatta.

“No caso de DaMatta, o fio condutor de sua reflexão já apontava para o desejo de surpreender a realidade brasileira por trás de suas auto-imagens consagradas. Assim, em Carnavais, malandros e heróis, seu livro mais importante, essa tentativa é empreendida a partir do estudo do cotidiano brasileiro, do estudo dos seus rituais e modelos de ação portanto, que é onde podemos reencontrar nossos malandros e nossos heróis. As categorias mais gerais do raciocínio damattiano, as de indivíduo e pessoa, articulam-se de forma peculiar em cada sociedade. O indivíduo, no Brasil, não seria uma categoria universal e englobadora como nos Estados Unidos, nem apenas o renunciante, como na Índia. O indivíduo entre nós sério o João-ninguém das massas, que não participa de nenhum poderoso sistema de relações pessoais.”¹⁰¹

¹⁰⁰ibidem. p. 4.

¹⁰¹SOUZA, Jessé. *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasileira: Editora Universidade de Brasileira, 2001.p.166.

Em *A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira*, Diogo Corrêa, formado em ciências sociais pela Puc-Rio, em seu texto denominado *Somos desiguais? A propósito de Jessé de Souza e Roberto DaMatta*, enfatiza a hierarquia no sistema social e as explicações Damattiana com formas brasileiras utilizadas como recursos.

“A idéia de indivíduo está superficialmente presente no imaginário social de nosso dia-a-dia; entretanto, quando uma situação de conflito se instaura, a ossatura latente sob o modo como nos relacionamos com o outro emerge: aquilo que não era necessário verbalizar o que os brasileiros gostam de esconder, a hierarquia, se dissipa para dar lugar à pessoa. É através da restauração dos valores diferenciais e hierárquicos que o agente tenta a mitigação conflitiva, impingindo o outro a reconhecer a sua condição de “inferior”. É neste quesito que entra a pessoa e, como corolário, as relações afetivas e pessoais que o indivíduo possui com outros sujeitos ou cargos que, devido ao seu universo de relações pessoais, garantem-lhe uma condição hierárquica superior. Eis a explicação que DaMatta dá a famosa “carteirada, jeitinho e a ameaça do você sabe...”¹⁰²

Diogo Corrêa esclarece ainda:

“Se no Brasil existe um sistema relacional, onde na superfície está a idéia de indivíduo e na profundidade a idéia de pessoa, existe uma hierarquia que ordena e governa a produção de diferenças que, por possuir uma dimensão moral, institui relações dessimétricas e portanto de desigualdade. Mas como estas relações ocorrem na prática? Voltemos ao rito acima mencionado, vale dizer, o “você sabe...”¹⁰³

Na intenção de refletir mais sobre o cidadão brasileiro por via DaMatta, o pensador afirma: “quanto penso em cidadão e em cidadania no Brasil, não penso

¹⁰² CORRÊA, Souza. *Somos desiguais? A propósito de Jessé de Souza e Roberto DaMatta*. Jessé Souza (organizador) livro *A Invisibilidade da desigualdade brasileiro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.p.367-369.

¹⁰³ ibidem. p.367-369

nessas coisas a não ser, e muito infelizmente, como um cenário de ausências, ou, quando muito, de presenças muito mal desenhadas entre nós.”¹⁰⁴

Parece que DaMatta busca na cultura brasileira, ou retrata um pouco dela, o jeito de ser do cidadão brasileiro, quando cita Billy Blanco e o papel do “João Ninguém”. Em seus textos traz ainda a figura de um “João da Silva: cidadão sem compromisso que não manja disso e que o francês chama l’argent. Ou seja: “surge na minha cabeça brasileira aquele indivíduo que não sabe a cor do dinheiro e do conforto.”¹⁰⁵

Roberto DaMatta destaca a fragilidade de um indivíduo sem rosto quando pensa no cidadão brasileiro, por conta da falta de reconhecimento social por não ter recursos e não pertencer ao núcleo dos cidadãos sobreintegrados.

“(...) quando imagino o cidadão brasileiro, penso naquele ser fragilizado pela ausência de reconhecimento social, naquele, naquele indivíduo sem rosto, sem direitos e sem recursos, colocado numa espera interminável que é o símbolo mais perfeito, no Brasil, da ausência de uma verdadeira cultura da cidadania. Vale infelizmente dizer: de uma cultura igualitária, aberta à mobilidade. Uma cultura efetivamente moderna e democrática, na qual os direitos individuais são contemplados de maneira radical. Radical no sentido de que são contemplados efetivamente na prática social, e não apenas nas leis.”¹⁰⁶

¹⁰⁴DaMATTA, Roberto. Brasileiro: Cidadão? 1º edição. São Paulo-SP. Cultura Editora Associada. 1992.p.5.

¹⁰⁵DaMATTA, Roberto. Brasileiro: Cidadão? 1º edição. São Paulo-SP. Cultura Editora Associada. 1992.p.5. Billy Blanco, arquiteto, músico, compositor e escritor brasileiro, natural de Belém do Pará, nasceu em 08 de maio de 1924. No texto de DaMatta: “Um Indivíduo sem rosto”, o autor cita em nota: o samba de Billy Blanco tem o título João da Silva ou Falso nacionalista e foi gravado pelo Centro Popular de Cultura, uma gravação considerada maldita. O compacto foi perseguido, destruído, incinerado pelo regime de 64. Sobraram poucos exemplares. p.5. E l’argent: “o dinheiro”.p.5.(nossa tradução).

¹⁰⁶ ibidem.p.6.

Em *A Casa & a Rua*, o mesmo autor trata sobre o papel do cidadão no Brasil, como sendo um papel complicado, situando-o numa posição desprivilegiada. O papel do cidadão não possui um papel forte, mas inferior, daquele que necessita de ajuda, ou auxílio. A burocracia existente neste Estado nasceu e desenvolveu-se para tornar a vida brasileira com difícil solução e complexa, desde as enormes filas e espera nos Hospitais Públicos até a necessidade de informações. Os direitos fundamentais estruturados na Constituição distancia-se do cotidiano em DaMatta e o autor enfatiza, “(...) a palavra cidadão é usada sempre em situações negativas no Brasil, para marcar a posição de alguém que está em desvantagem ou mesmo inferioridade”.¹⁰⁷

Insisto ainda nas análises de DaMatta, quando menciona a invocação feita pelo próprio cidadão brasileiro em situação que necessita expor seus pontos de vista e se vê oprimido muitas vezes em manifestar suas opiniões. Tivemos a repressão da ditadura nos anos de 1960 até 1985, e ainda hoje temos uma inibição embutida no brasileiro que necessita buscar seus direitos.

“(...) nada é mais revelador do que a resposta invocadora da cidadania brasileira, no meio de um comício político tenso e proibido pela polícia. De fato, falar em alto e bom som que se é um cidadão brasileiro é sofrer, em situações como essas, penalidades brutais. Querer ser um cidadão para fazer crítica ao governo é, às vezes, tão negativo quanto ter que ser um cidadão para poder ser preso e maltratado pela autoridade pública. Daí a certeza de todo brasileiro que, numa delegacia de polícia, acusado de alguma coisa grave, ou tendo tido um conflito com um

¹⁰⁷DaMATTA, Roberto. *A Casa & a Rua*. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo.SP. Editora Brasiliense S.A. 1995. p.67.

policial, que seus direitos políticos (e civis) ficaram lá fora, na sua casa: junto aos seus amigos e colegas....”¹⁰⁸

Orlando Villas Bôas Filho, pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap e mestre e Doutor em Direito, desenvolve em sua obra *Teoria dos Sistemas e o Direito Brasileiro*, importantes considerações sobre o ethos público brasileiro e, resgata as raízes do Brasil na interpretação de Sergio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta e outros escritores da literatura brasileira, abrindo caminho para uma análise do direito brasileiro a partir da teoria dos sistemas desenvolvida por Niklas Luhmann. Assim, como bem ressalta, “(...)nossa herança ibérica obstruiria nosso acesso à modernidade”, e ainda traz análises de pensadores brasileiros sobre esta questão. As dificuldades encontradas para vencer os arcaísmos que dificultam ou impedem visualizarmos as possibilidades da modernidade, estariam nas nossas origens com reflexos imediatos na sociedade, que se apresenta como dualista. Villas Bôas esclarece ainda que, com a permanência de um ethos pré-moderno, sendo ainda um elemento definidor das estruturas de nossas instituições com os condicionantes que nos impedem de adentrarmos na modernidade como um projeto inalcançável, articula em seu texto abaixo:

“DaMatta considera que a impossibilidade de edificação da modernidade no Brasil estaria atrelada às nossas origens culturais (ibéricas), cuja permanência secular engendraria justamente o “dilema brasileiro” consistente na incapacidade de vencer os arcaísmos que impedem nosso ingresso na modernidade. Para explicar e interpretar as feições desse dilema, DaMatta caracteriza a sociedade brasileira como estruturada de forma dual, entre um espaço no qual se colocam aspirações

¹⁰⁸ ibidem.p.67.

democráticas e igualitária e que, por isso, seria pautado pela legalidade e pela universalidade, e outro hierárquico, relacional, desigual, particularista e personalista. O problema fundamental estaria no fato de que esse sistema dual não é dicotômico, ou seja, não se articula mediante a oposição de dois pólos heterogêneos e, portanto, mutuamente excludentes. Há uma confusão entre esses domínios que faz com que a universalidade e a legalidade cedam lugar a privilégios, particularismos e personalismos.”¹⁰⁹

Diogo Corrêa, esclarece em seu texto inserido na obra organizada por Jessé Souza que, “DaMatta não procura quais as raízes históricas que desfavoreceram o Brasil a atingir índices de desenvolvimento semelhante aos países centrais, mas busca encontrar uma positividade em sua própria estrutura (...)”.¹¹⁰

Para DaMatta, ressalta Corrêa, o dilema brasileiro centra-se em uma articulação bastante atípica entre o moderno e o tradicional; entre a igualdade formal e a

¹⁰⁹ VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Teoria dos Sistemas e o direito brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.p.210 e 242. Sobre a análise do direito brasileiro a partir da teoria dos sistemas desenvolvida pelo sociólogo Niklas Luhmann, Orlando Vilas Bôas esclarece: “A teoria dos sistemas proposta por Niklas Luhmann pode oferecer um instrumental analítico de grande valia à descrição mais radicais e conseqüentes já elaboradas para descrição da sociedade. Sua proposta inovadora permite uma apreensão analítica sem precedentes no que concerne à autonomia de sistema social relativamente ao sistema psíquico que, nessa medida, passam a constituir seu ambiente. Embora essa reviravolta teórico-conceitual, em razão de seu caráter radical, enseje bastante dúvida e controvérsia, o fato é que ela possibilita uma descrição da sociedade que se desvincula de pressuposições ontológicas e axiológicas que, como ressalta Luhmann, fundamentam teorias que já não são mais compatíveis com o grau de complexidade da própria sociedade que pretendem descrever. Essa questão ganha ainda maior relevância se se leva em conta que para Luhmann, as descrições da teoria acerca da sociedade são operações autológicas, ou seja, são formas da própria sociedade observar e descrever a si mesma, o que implica a necessidade de uma compatibilidade entre a complexidade da descrição e a do sistema a ser descrito”. Sobre nossas origens culturais ibéricas Sergio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil”, Cia das Letras.p.31, nos esclarece: “É significativa em primeiro lugar, a circunstancia de termos recebido a herança através de uma nação ibérica. A Espanha e Portugal são, como a Rússia e os países balcânicos (e em certo sentido também a Inglaterra), um dos territórios-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos. Assim, eles constituem uma zona fronteira, de transição, menos carregada, em alguns casos, desse europeísmo que, não obstante, mantêm como um patrimônio necessário.

¹¹⁰CORRÊA, Diogo. Somos desiguais?. SOUZA, Jessé.(organizador) no livro A Invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG,2006. p. 364.

hierarquia; entre o indivíduo afeto ao sistema legal moderno e a pessoa caracterizada pelas relações pessoais de favores e camaradagem, entre as leis constitucionais conscientemente debatidas e as normas não escritas, entre o burguês e o malandro.¹¹¹

Sergio Buarque de Holanda em, *Raízes do Brasil*, esclarece sobre a frouxidão da estrutura social e à falta de hierarquia organizada, que seriam peculiares da história das nações hispânicas, incluindo Portugal e Brasil. Aponta ainda em seu texto que os elementos de cunho anárquico sempre estiverem infiltrados por aqui, com a plena anuência das instituições e os costumes. A falta de coesão na vida social, não representaria uma novidade da vida moderna, e a hierarquia contemplada na época se valia da anarquia para ganhar prestígio e se justificar.¹¹²

1.9 Clientelismo

Roberto Damatta posiciona-se de forma a representar a realidade para seu texto. Não há renovação no desempenho político brasileiro quanto à forma de administrar o setor público. Os exemplos que a política brasileira (corpo de políticos) vem deixando ao longo dos anos caracteriza firmemente que a proposta é, construir socialmente a desigualdade e assumir o descompasso entre o público para com o privado.

¹¹¹ibidem,p 365.

¹¹² HOLANDA,S.B. *Raízes do Brasil*.São Paulo.Companhia das Letras, 1995.p.33.

“Estudando tais casos, deduz-se uma norma capaz de explicar a crônica ineficiência das nossas administrações públicas. Quero me referir ao fato de que, neste sistema, o cargo é proporcional ao grau de relacionamento. Parentes próximos, compadres e amigos do peito aspiram não obstante suas qualificações a altos cargos. Uma tia velha pode ser nomeada fiscal do consumo, uma namorada pode vir a ser indicada como gerente de uma carteira do Banco do Brasil em Paris, um primo carnal poderá ser secretário de Estado.”¹¹³

O pensamento de DaMatta traduz muito bem o que vivemos e vemos nas instituições do governo. Acredito ver nestas relações uma enorme porta para que todos possam acreditar que a Lei protege quem é “cliente”, ou a expressão do velho ditado “para os amigos tudo, para os inimigos o rigor da lei”.

Podemos chamar de nepotismo ou de clientelismo, chegando a ponto do Supremo Tribunal Federal proibir a prática do nepotismo, como vemos na matéria abaixo resgatada do site da *Folha de São Paulo*, para avaliarmos o sentido do “clientelismo”. Roberto DaMatta, em seu texto “O Indivíduo sem Rosto”, requer uma reforma na ética e uma releitura na postura política exercida no Brasil de hoje.

Em 21 de Agosto de 2008, o site da Folha de São Paulo / on-line publicou: ¹¹²

¹¹³DAMATTA, Roberto. Brasileiro: Cidadão? 1º edição. São Paulo-SP. Cultura Editora Associada. 1992. p.15.

¹¹² <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u436419.shtml> capturado em 05 de março de 2010.

“O S T F (Supremo Tribunal Federal) aprovou nesta quinta-feira o texto da súmula vinculante (entendimento sobre o tema) que proíbe o nepotismo no serviço público nos três poderes. Para escapar da proibição, começou a circular no Congresso uma proposta da criação de cotas para contratação de parentes.

Pelo texto ficou estabelecida a ampliação do conceito que trata do nepotismo cruzado quando autoridades contratam parentes de outras autoridades para driblar a relação direta de parentesco e que envolve diretamente os parentes de autoridades e pessoas que ocupam cargos de chefia ou confiança. A ordem vale para familiares até 3º grau.

A decisão de proibir o nepotismo inclui Judiciário, Legislativo e Executivo, órgãos de autarquias direta e indireta. Com a súmula vinculante, a ordem passa a ser obrigatória em todo o país.

Nesta quinta-feira, os ministros não mencionaram a exclusão da lista de contratações que indicam nepotismo, os cargos de ministro de Estado, secretários estaduais e municipais, além do Distrito Federal. Mas ontem excluíram essas situações.

As questões das contratações cruzadas, abordadas na discussão sobre a súmula vinculante, são caracterizada pelo ato de políticos que pedem para amigos nomearem seus parentes.

No dia em que o STF aprovou o texto da súmula vinculante proibindo o nepotismo nos Três Poderes surge no Congresso à discussão sobre a criação de uma cota para parentes. A idéia, por enquanto sem autoria, é discutida nos corredores da Câmara e do Senado.

O primeiro-secretário do Senado, Efraim Morais (Dem-PB), informou que vai demitir os seis sobrinhos que trabalham para ele. Mas o democrata aguarda a publicação da súmula vinculante, aprovada hoje pelo STF (Supremo Tribunal Federal), para exonerar seus parentes.

Nesta quinta-feira, o presidente do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), afirmou também que irá demitir seu sobrinho que trabalha no gabinete de apoio da presidência da Casa”.

Em comentário à proibição do Supremo Tribunal Federal, o ‘clientelismo’ em DaMatta amplia e alcança o texto acima quando ressalta, “todos podemos imaginar o paradoxal sentimento de fraqueza que se abate nos empossados quando chega o momento de dividir o bolo da vitória (...)” e argumenta sobre aquilo que poderia ser uma ideologia amadurecida, o autor afirma, “(...) descobrimos como uma impecável militância ideológica cede lugar à imoralidade das relações pessoais que rotiniza o clientelismo”¹¹³.

DaMatta divide a sociedade brasileira naquilo que chama, “casa e rua”, classificando-a como dual, enfatizando que “o nepotismo à brasileira tem a ver com certos problemas culturais”¹¹⁴, assim com esta estrutura estabelecida pelo escritor brasileiro, temos dois lados de uma mesma moeda, sendo que, o público e o privado não reconhecem a linha divisória que impede a desigualdade social.

¹¹³ DAMATTA, Roberto. Brasileiro: Cidadão? 1º edição. São Paulo-SP. Cultura Editora Associada. 1992. p.15

¹¹⁴ ibidem.p. 15.

O primeiro deles diz respeito à nossa inabalável tradição familística, até hoje sem competição. Tradição esta que impede a atuação a pleno vapor da idéia de cidadania moderna. Assim, a persistência do clientelismo sem discussão e sem medidas punitivas é notória, tem raízes históricas profundas e obviamente nos diferencia de outros países igualmente preocupados em estabelecer e manter padrões democráticos¹¹⁵.

Adrián Gurza Lavalle, em *Vida Pública e Identidade nacional*, esclarece que é fácil reconhecer nos trabalhos de DaMatta uma busca incansável não apenas para demonstrar a mistura do público e privado, da casa e da rua, particularidades de um país esquecido pelas pretensões do Brasil oficial, mas alcançar o Brasil, com letra maiúscula, com toda a potencialidade que possa oferecer socialmente e politicamente. A questão nevrálgica para compreender-se a questão do ethos é as circunstâncias e os sujeitos envolvidos em cada situação que acaba muitas vezes traduzindo um espaço público ambíguo, instável por conta dos valores personalistas em detrimento dos individualistas. Contudo, não despreza-se os princípios funcionais modernos em favor do indivíduo, mas a aplicação e efetividade da defesa fragiliza-se em face das relações privadas e familiares, que têm origem no início da nação.¹¹⁶

¹¹⁵ ibidem.p. 16.

¹¹⁶ LAVALLE, A.G. Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras. São Paulo: Globo, 2004.p.142-143-144-.

Lavalle traz ainda uma comparação dos pensamentos de DaMatta e Gilberto Freyre, na questão das conseqüências para o espaço público sobre a influência que as relações clientelista provoca neste, por influência do ethos público com renovação de seu vigor. Enquanto para DaMatta a existência deste círculo consolida-se, para Freyre, por conta da expansão da vida moderna, urbanização, relações salariais e participação política, não possibilitaria o avanço ou aprofundamento das relações particularistas que pudesse impedir a atuação da lei, sem que a mesma fosse uma manipulação do mundo privado.¹¹⁷

2.0 Sobre as Relações Pessoais junto ao Público

Neste item trazemos a problemática da corrupção. Nosso Estado tem sido vítima desta ação em vários setores. Não vejo necessidade de buscarmos gráficos, informações da mídia, depoimentos de quem “aceitou ou ofertou”, mas basta acompanharmos o comportamento político atual e a devolutiva em prestações de contas para termos noção da gravidade dos casos. Sabemos que é uma situação que não se isola em um único País como traz Marcos Otávio Bezerra “a corrupção não é um fenômeno exclusivo de uma sociedade ou de um momento de seu desenvolvimento como sugerem teorias evolucionistas ou modernizantes, mas esta presente nas formações sociais as mais distintas (...).”¹¹⁸

¹¹⁷ LAVALLE, A.G. Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras. São Paulo: Globo, 2004. p. 147.

¹¹⁸ BEZERRA, Marcos Otávio. Corrupção: um estudo sobre o poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995. p. 12.

A grande preocupação e interesse em declinar este assunto neste estudo é reunir as abordagens anteriores que traz à reflexão sobre possibilidade da invisibilidade social em nossa sociedade, que distancia-se de direitos de cidadania e da ideia de uma sociedade bem ordenada. Consideremos como fatores negativos a política representativa tímida pós-ditadura em favor aos avanços sociais, assim como o forte clientelismo existente e corrupções, alimentando as desigualdades e comprometendo a construção da estrutura de uma sociedade bem ordenada na proposta de Rawls.

Marcos Otávio Bezerra, esclarece que qualquer tipo de situação que possa interferir beneficiando uma das partes poderá ser chamada de corrupção, assim como ofertar presentes, favores, concessões, são meios denunciados como ilícito e ilegal, sendo tipo de comportamento desfavorável a qualquer idéia de igualdade.¹¹⁹

O mesmo autor faz críticas ao estudo e análise da corrupção, pois considera pouco estudada por cientistas sociais no Brasil. A falta de estudo mais centrado nesta questão é problemático, pois boa parte dos pesquisadores sociais deita seus interesses na importância da construção de uma nação, se atendo a outros fatores, como econômicos, culturais e sociais. A reflexão se dá quando percebermos que,

¹¹⁹BEZERRA, Marcos Otávio. Corrupção: um estudo sobre o poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995. p. 11.

uma Nação não alcançará seus princípios de igualdade e justiça, se, não educar ou coibir esses meios de privilégios que beneficiam alguns e outros não.¹²⁰

“Distinta, todavia, é a situação dos estudos sobre a corrupção no Brasil. Apensar da presença expressiva no cotidiano nacional e da importância social e política de tema, sendo inclusive responsável recentemente pelo afastamento de um presidente da República do cargo através de um processo de “impeachment”, o que se designa como corrupção no Brasil não tem recebido atenção por parte dos cientistas sociais que produzem acerca do país. Mesmo um rápido exame da produção em ciências sociais no Brasil nos faz ver imediatamente que o tema da corrupção não se apresenta como um dos objetos de análise legítimo na hierarquia de questões e problemáticas historicamente privilegiadas por este campo de conhecimento.”¹²¹

Num recente trabalho monográfico sobre o tema, elaborado sob a supervisão da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o autor faz um ensaio sobre a corrupção no Brasil. Na leitura da presente obra podemos visualizar um pouco de seu início em terras brasileiras, desde a vinda dos portugueses e o começo do processo colonizador, até a necessidade de uma reforma política. Segundo o autor que em sua pesquisa relata:

“No nosso país, ser político é um negócio altamente lucrativo, afinal, a não ser que os políticos e seus financiadores lutem por suas ideologias com unhas e dentes, não há motivo algum para tantos gastos em uma campanha política como há no Brasil. Um deputado federal chega a gastar até seis milhões de dólares em uma campanha eleitoral, enquanto o seu salário oscila em torno de quatro mil e quinhentos dólares por mês e em quatro anos o seu ganho acumulado não passaria de duzentos e

¹²⁰BEZERRA, Marcos Otávio. Corrupção: um estudo sobre o poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995. p. 14.

¹²¹BEZERRA, Marcos Otávio. Corrupção: um estudo sobre o poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995. p. 14.

dezesseis mil dólares. Tecnicamente não há lógica nenhuma em conta que para se eleger, o candidato irá gastar mais do que irá ganhar no final de seu mandato.”¹²²

A monografia traz ainda a situação do candidato quando eleito, passando a ter uma dívida para com aqueles que o ajudaram. Desta maneira o representante da sociedade entra num processo de retribuição para com aquele que o ajudou, colaborando com a formação daquilo que Roberto Damatta chama de “clientelismo”. Por estas situações, clama-se à necessidade de uma reforma política, que possa realizar uma mudança neste comportamento político, evitando a mistura do público com o privado.¹²³

2.1 O Irracionalismo Brasileiro em Sergio Paulo Rouanet –

“Um Iluminismo Novo, assim concebido, tem de lutar em muitas frentes e expor-se a muitos inimigos. Ele será atacado por uma velha direita, que o responsabilizará pela dissolução dos valores tradicionais”.

Sergio Paulo Rouanet

¹²²RASSI, Joseph Simon. Ensaio sobre a Corrupção no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de Seminário de Pesquisa do Curso de Sociologia e Política como exigência parcial para a obtenção do Bacharelado em Sociologia e Política sob orientação Dr. Rogério Batistini. Rassi apud David Fleischer em seu artigo “Reforma Política e financiamento de Campanhas Eleitorais”.p.25.

¹²³ Ibidem. p. 25-26.

Sérgio Paulo Rouanet, em *As Razões do Iluminismo*¹²⁴, expõe o novo irracionalismo brasileiro, conforme denomina em seu texto. Nele retrata um Brasil num “clima” irracionalista. Apresenta um notável crescimento de uma realidade cercada de ideologias desprovidas de qualquer proposta que faça do espaço público um verdadeiro canteiro de desenvolvimento. Hoje, à esquerda no Brasil esta amparada em grupos que exalam descompasso com as propostas de princípios que amparava a razão, sendo que a direita é que parece amparar esta razão, quando sabemos que o contrário seria o correto.

Uma crítica tecida por Rouanet, envolve o tema da Dissertação e a importância da educação ao expressar que “talvez a política educacional do regime autoritário seja o mais importante desses fatores internos”.¹²⁵ Num período de 20 anos, a política autoritária segundo ele, retirou das grades escolares matérias e ensinamentos, produzindo uma contracultura, perpetuada firmemente até os dias atuais.

Não formamos ou formaremos bases culturais, tampouco a ausência de incentivo à leitura pelo simples fato que não nos foi ensinado a ler. O sistema educacional estruturado foi programado para criar deficientes intelectuais, que contribuirá para o fortalecimento e preservação da Constituição Simbólica.¹²⁶

¹²⁴ ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹²⁵ ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.125.

¹²⁶ ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.125. Sobre a citação da Constituição Simbólica no comentário acima ver “A Constitucionalização Simbólica” – Marcelo Neves – São Paulo - Martins Fontes.

Rouanet nos mostra que “o irracionalismo é oportunista, parasitário, ele captura certas tendências em voga, que em si nada tem de irracionais, e as utiliza para seus próprios fins”.¹²⁷ O modelo político e econômico adotado no Brasil nos últimos anos, esteve cercado pelo autoritarismo, elitismo, e dependência externa. Segundo o autor acabou por estimular uma reação contrária aos modelos acima, ou seja, houve uma proposta anticolonialista, antiautoritarista e antielitista, estes, importantes para a construção de uma sociedade igualitária e democrática, mas o irracionalismo de forma silenciosa infiltrou-se nestes sistemas. Silenciosamente porque não houve uma nova “revolução”, como ocorrera em outros tempos para novamente impedir seu avanço e acabou por permanecer até os idos de hoje.¹²⁸

Rouanet expõe cada *sistema* que representa o *antiirracionalismo*.¹²⁹

Antiautoritarismo: significa a oposição de todo regime ditatorial. Não apenas oposição da política vigente que proíbe qualquer tipo de manifestação ou comportamento democrático, mas também oposição a repressão como: repressão aos homossexuais, repressão aos negros, repressão a estrangeiros, repressão as religiões, etc.

Rouanet alerta que a infiltração nos meios sociais pelo *irracionalista* tira-nos de qualquer possibilidade crítica de preservar ou criar uma reflexão.

¹²⁷ ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.126.

¹²⁸ ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.126.

¹²⁹ ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.126-134.

Anticolonialismo: antes da leitura deste item guardávamos a ideia e o dever de proteger o máximo nossa cultura, sem se ater a outras culturas. Rouanet faz uma reviravolta no caso. Neste item, sobre anticolonialismo ele trata da criação de uma cultura autônoma. A cultura autônoma e externa mencionada pelo pensador, pensa um Brasil com influências culturais diversas para o seu crescimento em termos culturais, ampliação de ideias e possibilidades. Críticas que se faz às culturas das massas, mesmo brasileiras, podem ser uma atitude em combate ao irracionalismo. A ideia que nutrimos é que nossa cultura faz do povo brasileiro um povo fortalecido, fiel, criador, sem influências, mas é preciso olhar com os olhos da reflexão, como um instrumento de transformação.

Uma cultura autêntica, sem que aliene-se a outras culturas, poderá ser alienada pelo irracionalismo, que poderá tornar a cultura brasileira preconceituosa contra outra qualquer. Rouanet ainda nos traz: “A cultura de massas americana é combatida por ser americana, e não por ser cultura de massas. Inversamente, a cultura de massas brasileira é apoiada pelo mero fato de ser brasileira, por mais alienante que seja”.¹³⁰ Vimos que o fator crítico é anticolonial.

A abertura desta visão, ou seja, buscar a aproximação de outras culturas, representaria uma forma de visualizarmos nossos contrastes e contradições, significando um novo olhar sobre o que vivemos, e, sobretudo, inviabilizar o irracionalismo de atuar dentro deste processo cultural interno.

¹³⁰ ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.130.

Antielitismo: Contra aqueles que agem contra a cultura superior e fortalecem e propagam a cultura das massas, pois esta significa lucro, domínio, submissão, moda e irracionalismo. Irracionalismo nos leva a irreflexão, a seguir o que é dito, ordenado. O autor menciona para não confundirmos cultura das massas com a cultura popular, que esta sim tem a ver com a identidade de um povo. Como a cultura das massas é altamente fortalecida por tudo aquilo que invocamos nas linhas acima ela não preserva a cultura popular e a mesma poderá desaparecer.

A alta cultura e a cultura popular estão rompidas em relação à cultura das massas, que encontra-se bem estabelecida e financiada pelas elites. Para o pensador, “existe uma política voltada contra o monopólio da cultura superior por parte da classe alta”.¹³¹

Para Sergio Paulo Rouanet, o irracionalismo infiltra-se no saber e age na sociedade, “apropriando-se do discurso antiautoritário, o irracionalismo sabota a razão a pretexto de criticar as hierarquias sociais; apropriando-se do discurso antiimperialista, ele sabota a razão a pretexto de defender a autenticidade nacional; apropriando-se do discurso antielitista, ele sabota a razão a pretexto de valorizar a cultura popular”.¹³²

¹³¹ ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.134.

¹³² ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.134.

Neste mesmo compasso ainda, a estratégia do irracionalismo argumenta-se por três estruturas importantes (Linguística, Psicologia Cognitiva e Psicanálise) que se coloca à disposição para simplesmente vislumbrar a continuidade do autoritarismo, imperialismo e elitismo, anteriormente mencionados. As estruturas são citadas por Paulo Rouanet e declinaremos para melhor entender o porque do uso e da manutenção no sistema político vigente. São elas “as seguintes estratégias teóricas que em última análise comprometem, senão a objetividade dessas disciplinas, pelo menos a sua capacidade de intervir na realidade”.¹³³

Linguística: houve em 1985 a criação de uma proposta para estudar a reforma do ensino da língua portuguesa. Havia uma disputa entre os linguistas tradicionais e os inovadores. Segundo Rouanet “os primeiros defendem, ao que parece, a unidade da língua portuguesa e o primado da norma culta”,¹³⁴ de outro lado “os segundos distinguem-se por seu grau de radicalismo”¹³⁵ os primeiros “os mais moderados limitam-se a defender a autonomia da língua brasileira, sem negar a importância da norma culta, desde que seja a brasileira, e os mais enragés (grupo radical – tradução nossa) se rebelam, em geral, contra a hegemonia da língua culta, alegando que não temos o direito de impor a uma criança uma normatividade linguística de classe, um código de classe, desrespeitando o linguajar espontâneo da classe baixa”.¹³⁶

¹³³ ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.134.

¹³⁴ ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.134.

¹³⁵ ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.134.

¹³⁶ ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.135.

A proposta é não isolar o anticolonialismo na questão da linguagem, e buscar restrição quanto à questão lingüista defendida por alguns inovadores sobre a linguagem nacional, quando defendem excessivamente os particularismos e a classe baixa ao uso da linguagem própria, seja regional ou nacional, com o pretexto de respeito à espontaneidade linguajeira. Assim, afastar-se dos padrões internacionais permitindo uma atitude “*contra a hegemonia da língua culta*”.¹³⁷ É a tese do imperialismo cultural atacada por Rouanet.

Neste sentido o pensador esclarece que, “perderíamos em compensação, o benefício de pertencer a uma comunidade multicontinental que inclui a Europa e as três regiões do terceiro Mundo”.¹³⁸ O autor ainda alega que “são sete países soberanos, com mais de 160 milhões de usuários atuais e muitos outros potenciais, que têm todo interesse em dispor de uma linguagem de cultura homogênea quanto possível (...) e de irradiação cultural no restante do mundo”.¹³⁹

Os argumentos utilizados pelos mais radicais defendendo o linguajar local e buscando isolar o anticolonialismo, hoje defende as classes mais baixas. A linguagem utilizada por esta classe, ou, pela cultura de massas, restringe a capacidade lingüista, permitindo que todos os aspectos de elaboração de ideias, reflexões, ficam restritos aos códigos vividos por aquela comunidade. Rouanet faz a lembrança de Antonio Houaiss, “toda língua culta tem hoje em torno de 400 mil

¹³⁷ ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.135.

¹³⁸ ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.136-137.

¹³⁹ ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.137.

palavras, enquanto nenhuma língua natural vai além de três ou quatro mil palavras”.¹⁴⁰

O cidadão que vincula-se ao código restrito no sistema de linguagem, aumenta sua restrição cognitiva, assim como também ficará impossibilitado “de pensar de forma totalizante, refletindo sobre os fatores responsáveis pela injustiça e pela desigualdade”.¹⁴¹ Por outro lado, quem tem o domínio da língua culta, vê ampliada sua capacidade de conversação, exposição e reflexão, possibilitando o entendimento de situações que levariam ao irracionalismo.

Assim, em última análise, vale transcrever a frase que o autor traz, encerrando este tópico:

O ideal democrático é a universalidade, o que significa criar condições para que todos tenham acesso à língua culta, e não a segregação, que exclui grandes parcelas da população do direito de usar um código mais rico, que lhes permitiria estruturar cognitivamente sua própria prática, com vistas a transformá-las.

Sergio Paulo Rouanet

¹⁴⁰E, convém lembrar, a expressão ‘indústria cultural’ foi cunhada em oposição à de ‘cultura de massa’, posto esta última sugerir uma cultura surgida espontaneamente da massa quando, em verdade a indústria cultural, ao aspirar à integração vertical de seus consumidores, não apenas adapta seus produtos ao consumo das massas, mas também determina, via publicidade, esse consumo: os produtos culturais são fabricados para serem consumidos. O próprio princípio desse processo, a reprodução deformaria a obra de arte (tal qual entendida pela teoria tradicional), pois esta seria nivelada segundo o gosto popular, evitando-se, sempre que possível àqueles elementos que poderiam interferir no seu caráter de produto ou, o pior, esclarecendo sua novidade e tornando-a comum. PUGLIESI, Márcio. Sujeito – Traços de um projeto burguês. Tese de Doutorado em Filosofia. 2008. PUC-SP.

¹⁴¹ ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.137.

Psicologia Cognitiva: Para Sergio Paulo Rouanet, Piaget já conhecido no Brasil por pesquisadores e estudiosos, e que recentemente foi realizado algumas provas para analisar a validade de sua teoria nas condições brasileiras, para análise e aplicação de seus métodos (Piaget), foi verificado o nível psicogenético alcançado por várias crianças que encontravam-se matriculadas em escolas do primeiro grau, e por outro lado, em criança não escolarizadas que viviam em condições financeiras inferior, tendo como moradia a favela ou não. Segundo o Rouanet, a pesquisa apresentou confirmação na seqüência psicogenética de Piaget. Em todos os casos analisados, as crianças acompanhavam a fase sensório-motriz para a fase pré-operatória e a das operações concretas. O sentido do estudo era confirmar a universalidade do método de Piaget.

Segundo o autor em sua análise “descobriu-se uma coisa fundamental: o meio social afetava o ritmo e a amplitude da psicogênese. As crianças faveladas tinham uma defasagem cognitiva considerável com relação às crianças de classe média e alta e de origem proletária desde que escolarizadas”.¹⁴²

A pesquisa demonstrou que nenhuma das crianças favelada atingiu a fase das operações formais, estágio que permite alcançar o nível hipotético-dedutivo, sendo que, em comparação às crianças com escolaridade (classe média e alta) atingiram com facilidade. Isto é grave, pois as crianças faveladas ficam em defasagem em relação às crianças de nível social diferenciado, ou que puderam escolarizar-se. Quando a criança escolarizada alcança o estágio do método de

¹⁴² ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.138.

Piaget, possibilita uma amplitude intelectual maior em termos intelectuais, formação da personalidade e do ingresso afetivo e intelectual na sociedade. (mundo dos adultos).

Nas palavras de Rouanet, “o meio bloqueava seu pleno desenvolvimento psicogenético e com isso impedia uma reflexão totalizadora. A miséria material engendrava uma miséria cognitiva, que por sua vez tornava indevassáveis as estruturas da miséria material”.¹⁴³

No relato acima, a teoria de Piaget sofreu crítica, ou seja, alegava-se que este método aplicado na Suíça diferenciava-se em termos de camadas sociais e nacionalidade, assim não caberia sua aplicação em terras brasileiras. Mas as críticas não se sustentaram, uma vez que foram realizados nos mesmos moldes lá como cá, confirmando que toda criança que não ingressava na escolaridade teria o estágio formal prejudicado em relação às crianças que ingressavam, ou melhor, em termos Piagetiano, a criança não escolarizada não avança nos estágios necessários para o aperfeiçoamento de sua personalidade, fator essencial para o desenvolvimento mental.

Outra crítica feita ao método aplicado aqui no Brasil alegava que a criança favelada tinha um estilo cognitivo diferenciado da criança escolarizada e com padrão social economicamente satisfatório. Um exemplo do texto de Rouanet é, quando críticos ou *irracionalistas* alegam que uma criança não escolarizada sabe

¹⁴³ ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.139.

vender frutas muito bem numa feira, mostrando suas habilidades em multiplicar, somar e subtrair, alcançando muitas vezes capacidade que crianças escolarizadas e de padrões financeiros superior não conseguiria. Opondo-se contra este argumento, deve-se perceber que criança da feira teria apenas o pensamento concreto e não o pensamento formal, tendo assim sua capacidade limitada para vislumbrar situações diversas que tenha de refletir, analisar, contestar e discernir momentos que dependeriam do nível formal já estabelecido em sua formação.

Em última análise deste tópico o autor nos traz:

“Mas o que garante que a criança educada na “escola da vida” seja menos permeável à ideologia, quando os dados empíricos mostram, pelo contrário, que é a criança escolarizada, e não a favelada, que atinge o estágio do pensamento crítico, que permitirá relativizar normas e valores, inclusive os transmitidos pela própria escola? Contra todos os antiintelectualismos, é preciso afirmar, enfaticamente, que a libertação dos oprimidos passa pelo desenvolvimento integral de sua capacidade cognitiva”.

Sergio Paulo Rouanet

Psicanálise:

Neste último item que faz parte dos três exemplos dados por Rouanet, percebe-se a infiltração do irracionalismo já citado acima e como destaca muito bem, há um trabalho do “*aparelho ideológico de Estado para transmitir os valores da classe dominante*”¹⁴⁴, que acaba inviabilizando o poder crítico de cada cidadão e sua atuação nas esferas pública, ou, ser visto como cidadão, que faz do regime democrático um regime igualitário a todos.

¹⁴⁴ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.140 a 143.

Faz-se aqui uma crítica aos atores atuantes na teoria e prática psicanalítica ortodoxa, quando a isolam numa clínica e muitas vezes buscam exercer uma ideologia que só tem a reduzir o conteúdo deixado por Freud, desprezando a dimensão científica. Aborda também, que a psicanálise em seu trabalho terapêutico, não pode ficar a mercê de teóricos elitistas, mas do sentimento e empatia, necessários ao sucesso do trabalho terapêutico. Rouanet complementa que o homem pode buscar atalhos para a verdade, que dispensam a razão, pura ilusão, comenta Rouanet, pois segundo ele, Freud nos alertou “quando o viajante canta no escuro, pode espantar seu medo, mas nem por isso vê mais claro”. Aqui caberia um alerta para o homem que acredita estar vivendo a plenitude da razão, quando muito, encontra-se enfraquecido e indefeso.

Outra abordagem importante ainda neste item – Psicanálise - é trabalhada por Jessé Souza, na obra *A Modernidade seletiva*, onde cita Norbert Elias – (*O processo civilizador*). Para Norbert segundo Souza, o Estado Moderno com todo seu monopólio junto à sociedade exerce uma dominação política por meio de seus agentes, provocando uma alteração no psiquismo individual de cada um, exercendo assim seu poder através de aparato jurídico e monopólio da violência, adentrando e controlando o indivíduo no seu agir. (*A Modernidade Seletiva: 2000:194-195*)

Em última análise deste último tópico nos coloca o autor:

“...para transmitir os valores da classe dominante, e do autoritarismo psicanalítico, que opõe, na relação clínica, dois parceiros assimétricos o terapeuta detentor de um saber, e o paciente, definido por seu não-saber”.

Sergio Paulo Rouanet

Rouanet nos convida a reconquista da razão, após todas as considerações sobre o irracionalismo. Deixa claro que existe uma ameaça séria à concretização democrática e que esta ameaça os privilégios elitistas e a cultura privilegiada, distribuída para poucos. O grande alerta é combater a anti-razão nos vários setores do colonialismo, do elitismo e do autoritarismo. O combate proposto pelo autor propõe claramente que observemos a lingüística, a psicologia cognitiva e a psicanálise. Cada uma destas estruturas possui uma representação na sociedade e a política clássica se utiliza dela para melhor argumentar suas propostas, e conduzir os administrados (povo) como melhor lhe aprouver. Somente a educação trará claridade para o assunto e a possibilidade de reflexão.

Numa breve conclusão deste primeiro capítulo, tratamos de revelar nesta pesquisa um possível processo de invisibilidade social existente na sociedade brasileira, processo este que parece estar imperceptível aos olhos da camada social.

Como abordado anteriormente, a ausência do racionalismo crítico pode ocorrer pela inércia frente às ações jurídicas competentes, visando buscar interesses sociais garantidos pela Constituição, como manifestações cívicas que busque mudanças no modelo social adotado que contraria a concretização das normas constitucionais, exigindo-se, por exemplo, prestações de contas do sistema político atuante. Temos uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais e regionais, muito possivelmente por culpa de políticas públicas inibidas em seus propósitos e irracionais para o tamanho da complexidade social brasileira. O interesse é buscar reconhecimento nestas questões a partir da conscientização deste processo

de invisibilidade. Analisando o que foi pesquisado, as transformações demorarão a surgir se não superarmos o que a política clássica nos apresenta, pois existe uma quantia razoável de passividade social que dificulta a superação deste momento crítico, impedindo o desenvolvimento e as conquistas de novos horizontes da cidadania.

Nos próximos capítulos trataremos do estudo da Identidade e emancipação do sujeito moderno (pós-moderno) como parte importante para visualizarmos os processos que enfrenta em relação ao seu interagir nas relações sociais e políticas, e ainda, a influência da Indústria cultural. Como já mencionamos acima, os autores mencionados nos itens seguintes poderão contribuir com a ideia do comportamento do Estado enquanto agente político, dominador e sufocante, fazendo-se representar por suas excessivas normas e autoridade em meio a uma burocracia que se fortalece e ao mesmo tempo neutraliza o sujeito na participação social.

II

UM ESTUDO DA IDENTIDADE DO SUJEITO MODERNO NA SOCIEDADE E POSSIBILIDADES DE PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS SOCIAIS

Amparados nas teorias estudadas no capítulo primeiro, neste trataremos do estudo da identidade como meio de fortalecimento do campo social. O homem não representa apenas mais um número neste cenário, tampouco faz parte de um sistema movido por uma engrenagem que comunica-se apenas por informações e códigos programados para trocar dados e mobilizar a sociedade, pois sem o elemento humano, não mobilizaríamos qualquer sistema.

No capítulo anterior, procuramos demonstrar o quanto o Estado está ausente no cumprimento das necessidades previstas no Texto Constitucional junto à sociedade brasileira, que acabamos por denominar de processo de Invisibilidade Social, ou seja, a sociedade não é vista como deveria, sofremos pelo menos desde os tempos da ditadura militar, para não aprofundarmos mais, uma política de esquecimento e sem compromisso, como se a esfera pública sofresse de uma ausência de cidadãos e os projetos destinados ao bem estar social, timidamente aplicados, quase sempre distantes da dimensão dos direitos fundamentais. Com amadurecimento, a questão do cenário público e privado, já exposto anteriormente, deverá migrar para um cenário mais transparente e maduro. (Lavalle:p:143).

Podemos voltar a citar Marcelo Neves abordando esta questão em suas duas obras já citadas anteriormente *A Constitucionalização Simbólica*¹⁴⁵ e *Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil*.¹⁴⁶ Neves alerta sobre o momento em que a autoridade pública cai em descrédito, quando não há um compasso harmônico entre o discurso apresentado pelo poder público e aplicação das normas do texto constitucional, fragilizando toda hierarquia que representa a sociedade.¹⁴⁷ Com isto assistiremos o descrédito mencionado acima, como por exemplo, candidatos à cargos públicos representativos despreparados, quantidade de votos nulos e brancos em eleições, indecisão em saber em quem votar, palavras de ofensas ao caráter dos candidatos, presença de corrupção e a prática de sonegação fiscal em vários setores da sociedade comprometendo órgãos governamentais, falta de investimento em educação pública e saúde vinculada às expressões populares “paga-se tanto imposto e recebe-se tão pouco em termos de qualidade pública”, ausência de uma política de continuidade, excesso de política do “clientelismo”, discurso desamparado de feitos políticos e tantas outras situações visíveis.

O que buscamos é analisar o quanto o sujeito pode engajar-se nas lutas políticas e como participar de associações e manifestações populares, requerendo direitos junto às esferas jurídicas para alcançar à dimensão da cidadania e utilizando o espaço público com a utilização da política-vida, como nos traz Giddens em *Modernidade e Identidade*. Só assim contribuiremos no impedimento da formação

¹⁴⁵NEVES, Marcelo. *A constitucionalização Simbólica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

¹⁴⁶NEVES, Marcelo. *Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil: O Estado Democrático de Direito a partir e além de Luhmann e Habermas*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

¹⁴⁷NEVES, Marcelo. *A constitucionalização Simbólica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007. p. 186-187-188.

de “ideologias” descompassadas com o bem estar social, em que muitas vezes de interesses de partidos políticos e de governantes que anseiam somente e tão somente fortalecer particularismos.

Neves ainda nos coloca que a concretização dos valores democráticos que a Constituição propõe poderá refletir num rompimento do poder hoje estabelecido tamanha a deformação existente entre o instrumento legítimo e o proposto pela política.¹⁴⁸

A possibilidade de transformação social em vista do que declinamos é fortalecer a identidade do sujeito social, detentor da ordem social e constitucional. Possibilitar uma ideologia compassada com os interesses inerentes ao bem estar social é possibilitar a emancipação deste sujeito, é impedir que o Estado realize o deslocamento deste sujeito de seu papel social. Esse deslocamento poderá ocorrer até mesmo pelas considerações já mencionadas anteriormente por Rouanet, provocando uma *sociedade desencantada em razão de uma possível ruptura da identidade cultural*.¹⁴⁹ A mudança do sujeito que participa do espaço público vem ocorrendo(timidamente) desde o período de 1964-ditadura e tão logo no

¹⁴⁸ NEVES, Marcelo. A constitucionalização Simbólica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.p.189. Sobre a questão da política-vida em Giddens: “A política-vida (um certo nível de) emancipação, nos dois principais sentidos assinalados acima – emancipação da rigidez da tradição e das condições da dominação hierárquica. Seria excessivamente tosco dizer simplesmente que a política-vida foca o que acontece uma vez que os indivíduos atingiram um certo nível de autonomia de ação, porque há outros fatores envolvidos; mas isso dá pelo menos uma orientação inicial. A política-vida não diz respeito principalmente às condições que nos libertam para que possamos escolher ela é uma política da escolha, enquanto que a política emancipatória é uma política das oportunidades de vida, a política-vida é uma política do estilo de vida. GIDDENS, Anthony. Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2002.p.197.

impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, impedido de governar, em decorrência de uma série de escândalos de corrupção quando pudemos assistir uma manifestação popular envolvendo jovens denominados “caras pintadas”. Estas manifestações interessam, pois representam o dialogo social com a classe política, é a intervenção do campo social e democrático no modo de condução dos deveres públicos, campo hoje considerado tímido e desencantado em face de um possível processo de invisibilidade social existente, que termina por isolar a sociedade em seus anseios sociais.

Para entendermos sobre este sujeito e Identidade Cultural, Stuart Hall nos ajudará com suas análises na busca do sujeito desencantado ou descentrado, se assim pudermos reconhecer, em sua obra *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*.¹⁵⁰ A invocação deste título uni-se ao processo de invisibilidade social, pois poderá esclarecer o processo de alienação e fragmentação do sujeito frente as situações e ou relações sociais.

2.2. Identidade e Cultura

Stuart Hall inicia sua obra trabalhando a questão da identidade, muito discutida na teoria social conforme esclarece. O indivíduo moderno encontra-se fragmentado ou deslocado ocasionando uma crise de identidade como estamos acostumados a ouvir, e sempre seguido de frases como - quem sou? Para onde vou?, e outros comentários ligados a esta crise de identificação.

¹⁵⁰HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*; Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11 edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Para ele, a identidade distingue-se em três concepções, deixando como observação que o assunto não se esgota nesta teoria, pois muito se discutiu e discute-se sobre isto. Desta maneira, as fases a seguir apresentadas por Hall, identificam o sujeito, como: *sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno*.

O primeiro sujeito (sujeito do iluminismo) encontrava-se cercado de uma concepção da pessoa humana como um sujeito centrado, dotado de uma razão e consciência, possuía um núcleo interior, que surgia quando de seu nascimento e desenvolvia-se no decorrer de toda sua existência. No segundo sujeito, o sujeito sociológico, quebra este padrão, transita entre o mundo interno e externo, o espaço público e o privado, e projeta a si próprio nas identidades culturais do mundo social, acabando por internalizar seus significados e valores, tornando este processo parte de si. Somos também o que vivemos no mundo social. A identidade faz um trabalho envolvendo o sujeito (representante de si mesmo) a outras identidades culturais. A grande mudança ocorre quando o sujeito unificado e centrado torna-se fragmentado, compondo-se de identidades do mundo social, muitas vezes contraditórios com o mundo interno do sujeito unificado e estável. *A interação entre o eu e a sociedade*, na linguagem do pensador.¹⁵¹

Stuart demonstra que neste processo surge o sujeito pós-moderno, o terceiro e último sujeito nas concepções de identidade. Este, não possui uma identidade fixa, unificada e centrada. É como se deslocássemos nossa identidade para vários

¹⁵¹ HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade; Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11 edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.p.10-11-12.

níveis que a sociedade nos apresenta por sua dinâmica própria, permitindo que nossa unificação adquirisse uma mobilidade a esses acontecimentos. Assim como hoje assistimos uma pluralidade de mudanças e significações no mundo social, sofremos conseqüentemente estas variações, interferindo as mesmas no processo subjetivo.¹⁵²

Giddens, em suas observações na obra *As Conseqüências da Modernidade*¹⁵³ nos oferece uma leitura recheada de impactos que a alta-modernidade, como denomina, nos trouxe, permitindo uma reflexão “do processo de transformação da subjetividade e da organização social global”,¹⁵⁴ por conta da sociedade industrializada e também por aquilo que chamamos de globalização que nesta dinâmica o resultado é o desprendimento da tradição. A grande questão é quebrar o que ficou estabelecido, a saída de uma cultura e o aparecimento de outras pelo caráter dinâmico que tem, ao mesmo tempo modernidade apresenta aspectos de circularidade, proposta das ciências sociais, ocasionando aquilo que o autor chama de *dúvida*, própria da *alta-sociedade*.¹⁵⁵

Nesta mesma linha, Giddens vincula o indivíduo aos intensos acontecimentos e conseqüências que o mundo moderno traz, provocando um reflexo neste sujeito

¹⁵² ibidem.p.12-13-14.

¹⁵³ GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

¹⁵⁴ GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991. p.176.

¹⁵⁵ GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991. p.176-176-177.

devido à intensidade desse desenvolvimento produzido pela globalização, ou globalização produzida pelo desenvolvimento.¹⁵⁶

Stuart faz mais algumas considerações sobre o sujeito do Iluminismo, denunciando que sua centralidade estável deslocou-se para um sujeito descentrado ou fragmentado, como classifica o sujeito moderno por uma série de considerações que apresenta em sua obra, para entendermos que nossa identidade hoje apresenta-se sem unificação em torno do seu “eu” coerente (Stuart 2006:13) pelos processos culturais do mundo moderno.

2.3 Culturas Nacionais em Stuart Hall¹⁵⁷

Neste item, o sujeito fragmentado da modernidade tardia e pós-moderna é objeto de preocupação especialmente em sua identidade nacional. A principal fonte da identidade cultural estaria centrada nas culturas nacionais, onde indivíduos comungam e dividem suas experiências culturais, decorrente de um processo histórico longo.¹⁵⁸

Stuart nos esclarece que, “as pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da idéia da nação tal como representada em sua cultura nacional”.¹⁵⁹ Assim ainda na esteira do mesmo autor “as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e

¹⁵⁶GIDDENS, Anthony. As Consequências da modernidade. Tradução Raul Fiker. São Paulo:Editora Unesp, 1991. p.176.

¹⁵⁷HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade; Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11 edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.p.47.

¹⁵⁸ ibidem.p.47-48.

¹⁵⁹ ibidem.p.49

representações. Uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto à concepção que temos de nós mesmos”.¹⁶⁰

Neste sentido, em Hall, compreende-se a importância da cultura nacional como fonte de significados culturais, desta maneira, a cultura torna-se o sentido de uma nação com os quais o homem pode identificar-se com seus iguais e compartilhar transmitindo todo o processo vivenciado no processo histórico de cada povo, que torna a cultura nacional fonte da identidade cultural.

2.4 Desconstruindo a “cultura nacional”: identidade e diferença¹⁶¹

Neste item, Stuart Hall esclarece, “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional”, assim dividir a experiência individual traz novos valores, mesmo que esta unificação tenha sido uma contribuição de culturas de diferentes povos, em Hall. “As Nações Modernas são híbridos culturais”.¹⁶²

¹⁶⁰HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade; Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11 edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.p.50.

¹⁶¹HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade; Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11 edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.p.57.

¹⁶²HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade; Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11 edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.p.59-60-61-62-63-64-65.

Ernest Renan citado na obra de Hall denuncia três coisas que traz a ideia de unificação de uma nação, sendo elas: “...a posse em comum de um rico legado de memórias..., o desejo de viver em conjunto e a vontade de perpetuar, de uma forma indivisiva, a herança que se recebeu”....,¹⁶³ conceitos que segundo Hall constitui a cultura de uma nação. Porém, o significado do resgate deste texto é mostrar que nem sempre a cultura de uma nação simplifica-se, mas apresenta-se muitas vezes em constantes e ou grandes divergências entre si dentro de uma mesma Nação. Assim, faz as seguintes considerações:

“As maiorias das Nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta isto é, pela supressão forçada da diferença cultural. O “povo britânico” é constituído por uma série desse tipo de conquistas céltica, romana, saxônica, viking e normanda. Cada conquista subjugou povos conquistados e suas culturas, costumes, línguas e tradições, e tentou impor uma hegemonia cultural mais unificada. Como Observou Ernest Renan, esses começos violentos que se colocam as origens das nações modernas têm, primeiro, que ser esquecidos, antes que se comece a forjar a lealdade com uma identidade nacional mais unificada, mais homogênea... Em segundo lugar, as nações são sempre compostas de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero. O nacionalismo britânico moderno foi o produto de um esforço muito coordenado, no alto período imperial e no período vitoriano tardio, para unificar as classes ao longo de divisões sociais... Em terceiro lugar, as nações ocidentais modernas foram também os centros de impérios ou de esferas noimperiais de influência, exercendo uma hegemonia cultural sobre as culturas dos colonizados. Alguns historiadores argumentam, atualmente, que foi nesse processo de comparação entre as virtudes da inglesidade e os traços negativos de outras culturas que muitas das características distintivas das identidades inglesas foram primeiro definidas”.¹⁶⁴

¹⁶³ ibidem.p.58.

¹⁶⁴ HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade; Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11 edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.p.59-60-61.

Há ainda para Hall, aspectos da globalização que influência sobre as identidades culturais, provando uma transformação no conteúdo interno de cada nação, no sentido cultural, por conta deste processo híbrido que rompem barreiras nacionais, provocando uma fusão cultural tornando-se poderosa fonte de mudança. (Stuart Hall, 2006:67 a 91)

2.5 Indústria Cultural e Sociedade – Processo de Alienação Cultural -

Vimos anteriormente que o sujeito do Iluminismo desmaterializou-se na sociedade pós-moderna, encontrando-se fragmentado em razão das inúmeras situações que o mundo globalizado propõe, sem poder construir laços que o garantam na sua razão crítica. Sociedade esta que vivemos fluxos constantes de acontecimentos, marcada pelo dinamismo das decisões, sentimentos, pensamentos, relacionamentos efêmeros e sujeitos numa profunda crise em relação aos seus objetivos.

Neste processo de análise que esta pesquisa realiza sobre uma possível invisibilidade social, resgata-se o poder existente da indústria cultural sobre os sujeitos sociais, para entender como instituições viabilizam o entretenimento para promover interesses de veículos de comunicação atingindo um grande número de pessoas, determinando às regras a serem seguidas ou consumidas.

Os aspectos da Indústria Cultural é próprio do mundo moderno, cercado de tecnologia, tem sua ideologia para conquistar a massa e conduzir um contexto que a isolará de suas necessidades básicas e da proposta de refletir. Para Adorno, “...a indústria cultural, ao aspirar à integração vertical de seus consumidores, não apenas adapta seus produtos ao consumo das massas, mas, em larga medida, determina o próprio consumo. Interessada nos homens apenas como consumidores ou empregados, a indústria cultural reduz a humanidade, em seu conjunto, assim como cada um de seus elementos, às condições que representam seus interesses”.¹⁶⁵

No seio social infiltra-se aquilo que Rouanet chamou de irracionalismo, e, é este irracionalismo também que impede a libertação do sujeito social das amarras da alienação. Adorno acreditava que o Iluminismo viria para libertar o homem e possibilitar uma nova tomada de consciência, afastando-o do medo e dos engodos. Nas palavras de Adorno a Indústria Cultural “impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente”¹⁶⁶,

¹⁶⁵ ADORNO, Theodor Wiesengrund. Adorno -Vida e Obra. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda.1999.p.8. Ainda em Pugliesi “A indústria Cultural pretende alienar e não conscientizar; induzir ao consenso e não ao conflito e seus produtos teriam três utilidades: 1) o de mercadoria; 2)a deturpação e a degradação do gosto popular; 3) a passivação dos seus consumidores. Como mercadorias, produtos para serem vendidos, jamais devem desagradar ao comprador. A produção é homogeneizada e nivelada pelo gosto popular que, ao mesmo tempo, ajuda a constituir e a fidelizar. A visão crítica não é possível na apreciação dos produtos da Indústria Cultural, pois a transformação dos bens de cultura em bens de consumo afasta tal possibilidade. Tais produtos devem ser adquiridos e assimilados como substitutos ótimos dos chamados sonhos de consumo, por sua vez, também, conseqüências da propaganda e da produção heterônoma de sentido. Esse é o domínio do simulacro e da imitação e a autenticidade repousa, nesse caso, apenas na possibilidade de se elevar o preço de venda. PUGLIESI, Marcio. Sujeito – Traços de um projeto burguês. Tese de Doutorado em Filosofia. 2008. PUC-SP.p.190.

¹⁶⁶ ADORNO, Theodor Wiesengrund. Adorno -Vida e Obra. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda.1999.p.8-9. Além de todo o processo de fragmentação e alienação que a Indústria

neste sentido a busca pela visibilidade social seria a luta pelo interesse na participação do sujeito social e ou do sujeito político – cidadão- em todo processo que regula a sociedade. Os agentes que coordenam o processo de alienação trabalham com toda máquina que tem o poder de produzir sobre a sociedade o esquecimento do seu bem estar e principalmente de seus direitos.

“O espectador não deve trabalhar com a própria cabeça; o produto prescreve toda e qualquer reação; não pelo seu contexto objetivo que desaparece tão logo se dirige à faculdade pensante, mas por meio de sinais. Toda conexão lógica que exija alento intelectual é escrupulosamente evitada. O desenvolvimento deve irromper em qualquer parte possível da situação precedente, e não da idéia do todo”.¹⁶⁷

O sistema que nos envolve tendência à disseminação do irracionalismo, e a produção de comandados pela ordem tecnológica que contaminou o iluminismo em sua proposta, conduzindo o sujeito moderno à fragmentação impensante. Adorno nos adverte disto através da diversão promovida sabiamente para conduzir a massa e logo abaixo o Jusfilósofo Márcio Pugliesi neste mesmo sentido tece uma sociedade cercada de controle, próprio desta cultura industrial:

“Quanto mais sólidas se tornam as posições da indústria cultural, tanto mais brutalmente esta pode agir sobre as necessidades dos consumidores, produzi-las, guia-las e disciplinadas, retirar-lhes até o divertimento. Divertir significa estar de acordo. A diversão é possível apenas enquanto se isola e se afasta a totalidade do processo social, enquanto se renuncia absurdamente desde o início à pretensão inelutável de toda obra, mesmo da mais insignificante: a de, em sua limitação, refletir o todo. Divertir-se significa que não devemos pensar, que devemos esquecer a dor, mesmo onde ela se mostra. Na base si divertimento planta-se a impotência. É, de fato, fuga, mas não, como pretende, fuga da realidade perversa, mas sim do último grão de resistência que a realidade ainda pode haver deixado. A libertação prometida pelo

cultura promove no sujeito social, temos o irracionalismo de Rouanet, que bem retrata o sistema nacional.

¹⁶⁷ADORNO, Theodor W., 1903-1969. *Industria Cultural e Sociedade*. Tradução Julia Elisabeth Levy. São Paulo; Paz e Terra, 2002. p.31. Adorno -Vida e Obra. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda.1999.p.8-9.

entretenimento é a do pensamento como negação. A imprudência da pergunta retórica: Que é que a gente quer? Consiste em se dirigir às pessoas fingindo trata-las como sujeitos pensantes, quando seu fito, na verdade, é o de desabitua-la ao contato com a subjetividade. Se algumas vezes o público recalcitra contra a indústria do divertimento, tratar-se apenas da passividade que se tomou coerente para a qual ela o educou. A estupidez progressiva deve manter o passo com o progresso da inteligência”.¹⁶⁸

2.6 A sociedade de Controle – pressupostos em Márcio Pugliesi

O jurisfilósofo da atualidade é autor de várias obras de filosofia e direito entre elas *Por Uma Teoria do Direito, Aspectos Micro-sistêmicos e Teoria do Direito* Márcio Pugliesi em sua Tese de doutorado em Filosofia pela Puc-SP, cujo Título “*Sujeito – Traços de um Projeto Burguês*”,¹⁶⁹ esclarece de forma a entendermos como a sociedade tecnológica em seu desenvolvimento incessante cria o controle de todos os agentes, impedindo-os de se tornarem sujeitos políticos e sociais na plenitude da razão que proporciona as escolhas que devem realizar. Assim, numa sociedade de controle como a nossa, vivemos administrados e somos identificados e controlados por letras, senhas, números, e seguidos constantemente por aparelhos eletrônicos para que não saíamos do estabelecido pelo sistema. Na íntegra, a elaboração tecida pelo Jurisfilósofo sobre instauração da *Sociedade de Controle* e pressupostos:

¹⁶⁸ADORNO, Theodor W., 1903-1969. *Indústria Cultural e Sociedade*. Tradução Julia Elisabeth Levy. São Paulo; Paz e Terra, 2002. p.41-42.

¹⁶⁹PUGLIESI, Márcio. *Sujeito – Traços de um projeto burguês*. Tese de Doutorado em Filosofia. 2008. PUC-SP.

“A sociedade tecnológica, em seu avanço contínuo, em decorrência de simples evolução sem contraponto cultural anterior, pois os produtos da civilização antecipam-se à aspiração cultural, num simples crescimento vegetativo de produtos, desenvolve uma sociedade burocratizada e submetida a uma dominação abstrata, substituindo o indivíduo cidadão pelo administrado, súdito de normas que visam apenas preservar a reprodução das condições materiais de produção e convívio. Corresponde a essa situação uma sociedade de administrados, de indivíduos só aparentemente livres, mas controlados e manipulados em todas as suas escolhas, conformados com padrões sociais homogêneos apresentados pela moda e nos media. Esse é o contraponto de uma Economia e de um Estado fora de controle político, submetidos aos mecanismos ocultos de decisão de grupos organizados de interesses – tanto os legitimamente formados e tendentes a instaurar o sadio confronto de idéias, quanto, mais comumente, aqueles defluentes do poderio econômico e que buscam a manutenção, da distribuição de renda e de condições. Não por acaso Marx já dizia, em *A Ideologia Alemã*, que o processo real de produção deveria ser tomado em sua totalidade, pois decorre da influência recíproca que a sociedade civil, o Estado e as criações da consciência exercem entre si. Na presente conjectura diz-se que esse construto, o Estado e as criações da consciência inserem-se no campo da cultura e a organização da sociedade, a civitas, compõe o campo da civilidade. A ação humana, por via de estratégias consolidadas em políticas, estabelece o vínculo entre os dois campos e adquire assim, intrinsecamente, uma natureza política e de controle, para assegurar o mínimo de dissídio e obter governabilidade”.¹⁷⁰

O pensador nos trouxe em seu texto acima elementos colaboradores daquilo que já declinamos anteriormente. A construção de indivíduos alienados por processos culturais de uma Indústria construída e mantida para perpetuar o irracionalismo apenas vem corroborar para o enfraquecimento ou perda da identidade desse indivíduo como cidadão e como homem de ação, como bem acentua Pugliesi, sobre a sociedade de controle que trabalha “*substituindo o indivíduo cidadão pelo*

¹⁷⁰PUGLIESI, Márcio. Sujeito – Traços de um projeto burguês. Tese de Doutorado em Filosofia. 2008. PUC-SP. p.232-233.

administrado”.¹⁷¹ Assim, o indivíduo administrado e manipulado pelo sistema de controle, termina isolado da Cultura, sendo esta a única que poderá resgatá-lo da civilização. Um importante dilema é o desinteresse da sociedade pelo processo de invisibilidade que vivência, tendo como causa não apenas este sistema de controle que o sistema exerce sobre os administrados, mas a crise que o sujeito interioriza na modernidade e ou pós. São reflexões e dilemas que cercam o indivíduo e o neutraliza em suas possibilidades enquanto cidadão. Formas de Controle Social impossibilita a ação do sujeito em face de processos alienadores que contribui para que a esfera pública fique povoada de indiferenças e descompassos, provocando um acentuado distanciamento dos cidadãos de seus direitos fundamentais.

A partir da leitura do texto de Márcio Pugliesi e Adorno/Horkheimer e outros pensadores já declinados, reconhecemos nestes textos elementos importantes para uma análise de aspectos nacionais brasileiros. O Brasil presenciou e ainda presencia manifestações populares tímidas. Tímidas porque poucos grupos expressam indignação e ou pleiteiam direitos e maior responsabilidade política da classe política e ou agentes públicos, eleitos para representar interesses sociais. Esta timidez está intimamente ligada à expressão da cidadania, provavelmente enfraquecida e sem identidade na sua dimensão política e social, por ter sido reduzida sua capacidade de ação. A redução desta capacidade que tratamos aqui é fruto das raízes culturais brasileiras, assim como também do processo da Indústria Cultural elaborada por Adorno/Horkheimer e as considerações de

¹⁷¹PUGLIESI, Márcio. Sujeito – Traços de um projeto burguês. Tese de Doutorado em Filosofia. 2008. PUC-SP. 232.

Pugliesi, processo este que reduz o indivíduo ao irracionalismo de Rouanet. A identidade tímida e apagada haverá de sofrer uma metamorfose, um despertar no campo de atuação da cidadania, um estudo neste sentido analisaremos nos itens seguintes.

O indivíduo exerce sua dimensão política a todo instante. O sujeito social é portador de direitos e deveres e mesmo não desejando vincular-se politicamente a nenhum partido político, associações de comunidade ou cargos em instituições governamentais, sempre estarão representando a si mesmo junto a estas instituições públicas. Desta forma, em várias situações que necessite desta representação até por necessidades básicas, estará ligado ao sistema. Assim, encontra-se sempre subordinado ou subordina, criando posicionamentos que o coloca inserido dentro da esfera pública no sentido de ser-cidadão, mesmo porque, acreditando-se estar livre, encontra-se vinculado e dependente das normas e das leis (Direito) que o regula. O pensamento de Hannah Arendt vem demonstrar e fortalecer a questão:

“A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* de toda vida política. Assim, o idioma dos romanos talvez o povo mais político que conhecemos empregava como sinônimos as expressões viver e estar entre os homens (*inter homines esse*), ou

morrer e deixar de estar entre os homens (inter homines esse desinere)”.¹⁷²

Pugliesi ainda nos alerta sobre a intervenção dos meios tecnológicos (Indústria Cultural) como forma de conduzir a massa e traduzir uma nova cultura tão alienante quanto outros processos já vistos em Rouanet, que influência no desenvolvimento cognitivo pelo abandono que se faz de linguagens libertadoras no campo cultural. Linguagens Libertadoras visa o processo emancipatório do sujeito, diverge assim, por exemplo, daquela ligada às formas de cultura fabricada ou cultura de massa e ainda processos que visam o consumo de uma imagem descartável, tendo objetivos econômicos como estrutura. Assim:

“O meio de comunicação de massa, resultado tecnológico direto de desenvolvimento da técnica, teve papel importante nesse processo de dominação, pois a reprodutibilidade técnica tirou tanto da cultura popular quanto da cultura erudita o seu valor real, conforme acreditava a tradição, que vai à unicidade e na autenticidade, além da aura e do valor cultural, os elementos fundamentais de avaliação estética e, assim, a indústria cultural, não conduziria à experiência libertadora da fruição estética associada ao estranhamento que o verdadeiro discurso artístico termina por produzir diante da realidade reificada produzida na vida do homem ínsito na sociedade industrial. O único correlativo disponível à fruição passa a ser a expectativa gerada pela publicidade. O lamentável é que o produto apresentado como o propagandeado deixa de corresponder à esperança do homem industrial”.¹⁷³

¹⁷²ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10ª edição, 2009.p.15.

¹⁷³PUGLIESI, Márcio. Sujeito – Traços de um projeto burguês. Tese de Doutorado em Filosofia. 2008. PUC-SP.p. 189.

2.7 Estruturação da Sociedade Burguesa em Márcio Pugliesi –

No texto que reproduziremos abaixo, ainda compactuando com as ideias de Márcio Pugliesi, traduz fatores que assombram a sociedade e ao mesmo tempo ilumina, esta iluminação não traduz a luz do iluminismo, mas da ilusão. O homem acredita estar controlando em detalhes a sociedade em que vive, mas as inovações da nova cultura o fragmenta, assunto tratado em Stuart Hall e desenvolvido na mesma sintonia abaixo. O texto trabalhado é *A Sociedade de Controle e a Sociedade de Conhecimento*, sendo que, a sociedade de controle dispõe de produtos culturais alienantes por provocar fortes alterações de comportamento neste sentido ofertadas pela dominação tecnológica, e na sociedade de conhecimento, passamos a dependentes dos meios eletrônicos para viabilizar nossas vidas. O texto amplia-se em outras reflexões para chegarmos a sociedade de conhecimento, posicionando-se da forma abaixo:

“A sociedade desenvolvida pelos modos de produção do capitalismo avançado ou, mais precisamente, tardio não aboliu a alienação como situação central do homem, muito ao contrário – a agravou, porque a tornou mais complexa, mais profunda, enraizada mesmo nos mecanismos do psiquismo humano, mais sutil, substituindo a violência por sistemas que visam excluí-la, substituindo-a por mecanismos muito mais eficazes de dominação. Estendeu a alienação para além da produção, alcançando ao consumo e difundindo-a pelos meios tecnológicos a serviço da publicidade e da propaganda (imprensa, mass media e tecnologia da informação). A moderna sociedade não exclui, emprega técnicas inclusivas que dissipam a diferença. O próprio Max já havia pressentido que o conceito de alienação (em síntese: situação que se dá quando a ação do homem se converte em algo estranho que o subjuga) acabaria por vinculá-lo, muito estreitamente, às concepções hegelianas e empreendeu um giro teórico: afastou-se do conceito de alienação e procurou estabelecer sua investigação no contexto

concreto do agir humano. Insiste-se: não há risco de hegelianismo implícito ao se assumir o problema pungente da alienação no sentido acima e, ainda, não se deve perder de vista o agir humano como critério de veracidade. Assim no caso, a sociedade de conhecimento, afastando o trabalho braçal pela introdução de novas tecnologias (informática, robótica, telemática, inteligência artificial, inteligência artificial distribuída etc.) cria um profundo desenraizamento do Homem, uma perda de orientação, um desconhecimento dos fins da própria atividade, uma desmotivação e uma dependência dos meios de tecnológicos com que pode operar, mas que nunca dominará e que impõem o ritmo de trabalho, os conceitos e, o mais preocupante e inclusivo, a mundividência, pois a informação que se obtém (tida como indiscutível) é fornecida pelo instrumento de trabalho, o computador, que orienta e fornece as bases da decisão. O agir humano vê-se, assim, capturado pela mais sofisticada das armadilhas: se o mestre deve ser educado, o computador deve ser alimentado por dados. E o homem, artífice de sua própria rede, sucumbe a mais esse ardil: perde a referencia e esquece que os dados que são devolvidos pelo monitor de vídeo, ou qualquer outra interface foram inseridos por seres humanos e podem não corresponder a qualquer realidade, então, o aparente aumento da liberdade nas sociedades afluentes constitui ilusão ou efeito de mórbida propaganda”.¹⁷⁴

O sujeito social e seu processo de fragmentação tendo como causa à indústria cultural, ofuscou o Iluminismo em suas promessas, considerando que os tempos modernos em todo seu desenvolvimento tecnológicos, tornaram o homem vulnerável e mais próximo da indecisão. Alimentando-se assim, do seio da máquina produtora das inovações fruto da tecnologia, próprias destes tempos que transforma este sujeito em vítima de sua exploração. O sujeito aliena-se indelevelmente, aprofundado-se na ilusão desta indústria, como observa Pugliesi,

¹⁷⁴PUGLIESI, Márcio. Sujeito – Traços de um projeto burguês. Tese de Doutorado em Filosofia. 2008. PUC-SP. 231-232. Ainda sobre o texto de Pugliesi acima, o pensador comenta sobre (imprensa, mass media e tecnologia da informação) “Nunca se avaliará suficientemente o efeito do merchandising sobre a conduta do homem civilizado contemporâneo. A produção do gosto pela influência indireta talvez seja a mais pernicioso forma de tirania que se possa criar: o homem se crê livre e realiza atos que lhe são, indiretamente, inculcados”.

e afastando-se de seu papel de cidadão, mesmo considerando que não há rompimento entre o cidadão homem público e cidadão homem privado, conforme denuncia Arendt. Ser ofuscado por esta engrenagem o afasta e imobiliza-o, tornando-o um sujeito pronto sem a necessidade de qualquer movimentação para criar, mudar ou transformar.

Pugliesi ainda esclarece sobre a intervenção dos meios tecnológicos (Indústria Cultural) como forma de conduzir a massa e traduzir uma nova cultura tão alienante quanto outros processos já vistos em Rouanet, que influência no desenvolvimento e capacidade cognitiva negativamente, pelo abandono que se faz de linguagens libertadoras que o campo da educação e cultura elevada propiciam.

Assim, no dizer de Pugliesi:

“O meio de comunicação de massa, resultado tecnológico direto de desenvolvimento da técnica, tiveram papel importante nesse processo de dominação, pois a reprodutibilidade técnica tirou tanto da cultura popular quanto da cultura erudita o seu valor real, conforme acreditava a tradição, que vai à unicidade e na autenticidade, além da aura e do valor cultural, os elementos fundamentais de avaliação estética e, assim, a indústria cultural, não conduziria à experiência libertadora da fruição estética associada ao estranhamento que o verdadeiro discurso artístico termina por produzir diante da realidade reificada produzida na vida do homem insito na sociedade industrial. O único correlativo disponível à fruição passa a ser a expectativa gerada pela publicidade. O lamentável é que o produto apresentado como o propagandeado deixa de corresponder à esperança do homem industrial. (...)” (2008:189)

2.8 Sobre a Constituição do Sujeito e o Poder em Foucault

Márcio Alves da Fonseca,¹⁷⁵ traz em sua obra, as formas como Foucault busca estudar a constituição do indivíduo moderno, nos seus aspectos de subjetivação e objetivação. Para Fonseca as duas formas podem ou não constituir o sujeito. O autor esclarece de forma objetiva estes dois aspectos da constituição do sujeito, sendo que, os processos de objetivação, são “práticas que dentro da nossa cultura tendem a fazer do homem um objeto”¹⁷⁶, continua o autor, “os estudos que mostram como, a partir dos mecanismos disciplinares, foi possível constituir o indivíduo moderno: um objeto dócil e útil”¹⁷⁷. Os aspectos subjetivos, “localiza-se no âmbito dos trabalhos em que Foucault procura compreender as práticas que, também dentro da nossa cultura, fazem o homem um sujeito, ou seja, aquelas que constituem o indivíduo moderno, sendo ele um sujeito preso a uma identidade que lhe é atribuída como própria”.¹⁷⁸

Foucault traça uma diferença entre Indivíduo e Sujeito. Ambos inseridos na mesma sociedade, mas no texto de Foucault mencionado por Fonseca, o indivíduo encontra-se preso a uma identidade, “...que reconhece como sua, assim constituído a partir dos processos de subjetivação. Esses processos, justapostos aos processos

¹⁷⁵ ALVES FONSECA, Márcio. Michel Foucault e a Constituição do Sujeito, São Paulo: Educ, 2003.

¹⁷⁶ ibidem.p.25. Márcio Alves Fonseca about Michel Foucault.

¹⁷⁷ ibidem.p.25.

¹⁷⁸ ibidem.p.25.

de objetivação, explicitam por completo a identidade do indivíduo moderno: **objeto dócil-e-útil e sujeito**".¹⁷⁹

O indivíduo ou o sujeito Foucaultiano está preso e comprometido com a modernidade. O sujeito - objeto dócil e útil tem uma ligação a processos sociais que o aprisiona e também uma ligação ao poder, e ambos o disciplinam de forma alienadora. Fonseca esclarece que, "o estudo do poder nas obras de Foucault deve ser compreendido sob a ótica da necessidade de uma ampliação dos conhecimentos de seus procedimentos e estratégias, a fim de clarificar os processos de objetivação e subjetivação do ser humano em nossa cultura".¹⁸⁰ A palavra estratégia usada pelo autor nos leva a uma visão do sujeito na modernidade e a construção de impossibilidades que são realizadas em torno de sua identidade. Sem identidade, se torna um mero sujeito, sujeito às disciplinas que regulam sua individualidade.

"Como a disciplina e a norma não convivem com a liberdade, a constituição que realizam do indivíduo quer o tornando objeto dócil-e-útil, quer o tornando sujeito de uma identidade que lhe é atribuída como própria, não permite o exercício da liberdade, uma vez que em seu domínio não há espaço para relação consigo que possibilite a escolha pessoal e a autodeterminação. E nesse sentido que Foucault pensa que a liberdade não é uma possibilidade ética entre outras, mas é a própria possibilidade da ética. O indivíduo constituído pela norma é impedido de ser ético porque é impedido de exercitar a liberdade".¹⁸¹

¹⁷⁹ALVES FONSECA, Márcio. Michel Foucault e a Constituição do Sujeito, São Paulo: Educ,2003.p.26.

¹⁸⁰ALVES FONSECA, Márcio. Michel Foucault e a Constituição do Sujeito, São Paulo: Educ,2003.p.29.

¹⁸¹ALVES FONSECA, Márcio. Michel Foucault e a Constituição do Sujeito, São Paulo: Educ,2003.p.145.

Ainda, segundo Márcio Fonseca, Foucault esclarece, “a necessidade do indivíduo moderno construir uma ética capaz de proporcionar-lhe um modelo de constituição de si, como única possibilidade de esse indivíduo desvincular-se do modo de constituição que o produz enquanto sujeito, o modo de constituição do poder normalizador”.¹⁸²

Neste sentido, percebe-se que o sujeito não está centrado, mas amparado ou (des) por vários processos que contribui para seu descentramento e fragmentação. O sujeito do Iluminismo - uno e racional - está hoje constituído em inúmeras identidades (não tendo uma identidade fixa, permanente e essencial em (Stuart Hall – 2006:12), em decorrência das diversidades da indústria cultural, que contribui muito para a construção do sujeito dócil e útil (Foucault), disciplinado, porém impedido de suas escolhas. Na luz de Foucault, temos uma reflexão, e quem sabe uma porta estreita para esta crise.

Em texto publicado na data de 12 de novembro de 1974 no O Jornal do Brasil, que pude resgatar, quando em visita ao Rio de Janeiro para uma série de palestras, Michel Foucault,¹⁸³ ainda nesta mesma linha de raciocínio e reflexão, é enfático sobre a questão da força que o poder exercer sobre a identidade do indivíduo, promovendo seu domínio e disciplinando seus atos, normatizando-os. Neste artigo segundo Guilherme Castelo Branco, Foucault chega “a afirmar, num

¹⁸²ALVES FONSECA, Márcio. Michel Foucault e a Constituição do Sujeito, São Paulo: Educ, 2003, p.144.

¹⁸³FOUCAULT, Michel. Jornal do Brasil. Texto: “Loucura uma Questão de Poder”. Publicado em 12 de Novembro de 1974. Rio de Janeiro.

texto mais radical, que nossa identidade é inteiramente construída e fabricada pelas estruturas do poder".¹⁸⁴ De forma parcial transcrevo o artigo para conhecimento e desenvolvimento crítico do estudo até aqui desenvolvido, na busca de entendermos a identidade regulada/disciplinada do homem moderno (já pós-moderno) e sem dúvida trazer à reflexão o indivíduo social brasileiro de ontem ao de hoje, ou seja, a formação deste caráter (raízes brasileiras e processo histórico) unido ao indivíduo fragmentado de hoje (visão fornecida por Stuart Hall e Bauman), poderá contribuir para entendermos a instalação e permanência do processo de invisibilidade social. Permanência porque o sujeito moderno encontra-se cindido. A forma como isso aconteceu ou acontece poderá ser creditado ao alcance que a cultura fragmentária dos tempos atuais envolveu este indivíduo, e trazê-lo a realidade será um trabalho dos esforços individuais de cada um ou do grupo com a finalidade de resgatá-lo à participação nas esferas públicas. A grande problemática parece-nos que não há mais tempo e espaço para tal, tamanho é o envolvimento que toda esta indústria (cultural-Stuart Hall) sustentada e controlada pelo poder reage a cada movimento individual ou social. No texto abaixo, vale muito a pena ler ou reler, *Loucura uma questão de poder*, quando Foucault aproxima-se das esferas políticas/comando, para situar-nos nesta reflexão:

¹⁸⁴ CASTELO BRANCO, Guilherme. Kafka, Foucault: sem medos/coordenador Edson Passetti. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.p40.

Frases de Foucault destacada do Texto Publicado:

“Creio que hoje a individualidade está completamente controlada pelo poder, e que nós somos individualizados, no fundo, pelo próprio poder”.

“Não existe contradições entre o sistema aparentemente arcaico as prisões e a criminologia moderna”.

Texto com o Título de: “LOUCURA UMA QUESTÃO DE PODER”

Michel Foucault

Controle Social – Subtítulo do texto “Loucura uma questão de poder”:

“A psicanálise vulgarizou a idéia de que nós interiorizamos a repressão, mas acho que nós estamos ainda bem mais investidos do controle social. E é uma lacuna das análises históricas o estudo dos mecanismos de poder que vem sendo utilizados através das sociedades. Já se fez uma análise dos processos econômicos, uma história das instituições, das legislações e dos regimes políticos, mas a história do conjunto de pequenos poderes que se impõem sobre nós, que domesticam nosso corpo, nossa linguagem e nossos hábitos, de todos os mecanismos de controle que se exercem sobre os indivíduos. O que me parece característico da forma de controle atual é o fato de que ele é exercido sobre cada indivíduo: um controle que nos fabrica, impondo-nos uma individualidade, uma

identidade. Cada um de nós tem uma biografia, um passado sempre documentado em algum lugar, desde um dossiê escolar a uma carteira de identidade, um passaporte. Há sempre um organismo administrado capaz de dizer a qualquer momento quem é cada um de nós, e o Estado pode, quando quiser, trilhar todo nosso passado. Creio que hoje a individualidade esta completamente controlada pelo poder, e que nós somos individualizados, no fundo, pelo próprio poder. Ou seja, não acho de modo algum que a individualização se oponha ao poder, mas ao contrário, diria que a nossa individualidade, a identidade obrigatória de cada um, é o efeito e um instrumento do poder contra que mais teme: a força e a violência dos grupos. Ele tenha neutraliza-la pelas técnicas de individuação, que começam a seus empregados já no século XVII pela hierarquização nas escolas; no século XVIII pelo registro dos sinais físicos e mudanças de endereços. Também neste século surge nas fábricas a nefasta personagem do contramestre para controlar o desenvolvimento das operações de trabalho. Ele dizia cada um como e quando fazer o que, e este controle individual do trabalho faz parte de uma técnica que está ligada ao nascimento de divisão do trabalho e da hierarquização, que é também um instrumento de controle individual dos mais baixos pelos altos na escala”.

O jogo da História: Subtítulo do texto: “Loucura uma questão de poder”:

“No século XIX a disciplina do poder funcionava por um jogo de restrições, por uma moral de poupança, cuja razão era a crença de que menores salários propiciavam lucros, e o efeito era normalização dos hábitos das classes mais baixas, da maioria da população. Hoje ocorre o contrário, uma exaltação do consumo, que começou a ser usado como tática no momento em que os economistas descobriram o potencial do mercado interno: maior consumo, maiores lucros. Daí a importância da recusa do consumo por certas camadas sociais, por pessoas que tentam escapar do controle pela disciplina, e que são, de certa forma, marginais. A modificação que houve nos últimos 10 anos na moral da vida cotidiana não se deve a movimentos iniciados por este tipo de gente, e que encontram eco em toda a população. E assim também movimentos contra a poluição, pelo aborto etc. E claro que tudo, mesmo estas modificações de que falei, esta destinado a ser recuperado pelo sistema, pelo poder, mas ao mesmo tempo, não há nada que não circule, que não esteja constantemente

passando de um lado a outro. O importante é pegar a própria resposta do sistema é recupera-la para o outro lado. Voltando ao exemplo da moral da solidariedade imposta aos trabalhadores do século XIX: do momento em que tinham uma família rigidamente organizada, passavam a poder reivindicar moradia e direito à educação para seus filhos. Ou seja, a moralidade imposta de cima se torna uma arma em sentido contrário”.

Em *A verdade e as formas Jurídicas*,¹⁸⁵ Michel Foucault utiliza-se da arquitetura do Panopticon, utilizada nas prisões, estrutura essa que possibilita o vigia da prisão observar todos aqueles que encontram-se como prisioneiros de onde ele está. O pensador faz uma analogia com nossa sociedade ou com os tempos modernos, no sentido de sempre estarmos sendo vigiados ou observados sob o olho do Panopticon.

“O Panopticon é a utopia de uma sociedade e de um tipo de poder que é, no fundo, a sociedade que atualmente conhecemos – utopia que efetivamente se realizou. Esse tipo de poder pode perfeitamente receber o nome de panoptismo. Vivemos em uma sociedade onde reina o panoptismo”.¹⁸⁶

Em *Microfísica do Poder*,¹⁸⁷ Foucault nos coloca que as relações de poder mudam de forma e figura. Se resgatarmos a leitura do primeiro capítulo deste trabalho, verificaremos o quanto um período marcado pelo poder anti-democrático e ditatorial, relacionava-se de forma impositiva com toda sociedade, impedindo que a identidade social vislumbasse a dinâmica do *indivíduo político* (Arendt). Em “A

¹⁸⁵FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

¹⁸⁶ *ibidem*.p.87.

¹⁸⁷FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

vida dos direitos: violência e modernidade em Foucault e Agamben”,¹⁸⁸ “os direitos do indivíduo não são externos ao estado moderno, mas sua própria condição de existência. Um e outro se imbricam no funcionamento geral do sistema”. Esta mudança de forma e figura que Foucault traz, rompe aqui com a idéia de esperarmos do poder a repressão e formas agressivas de conseguir que cada indivíduo cumpra seu “papel” (ver dócil-útil em Foucault). As análises e reflexões realizadas no primeiro título da pesquisa nos mostram o Estado com um poder agressivo e repressivo ideologicamente. Nesta análise Foucaultiana o poder Estatal é atenuado como aparelho repressivo, e o pensador lança luzes em favor do poder quando visto em seus aspectos positivos, ou seja:

“A idéia básica de Foucault é de mostrar que as relações de poder não se passam fundamentalmente nem ao nível do direito, nem da violência: nem são basicamente contratuais nem unicamente repressivas. Ninguém reconhece, por exemplo, que a difícil questão da repressão está sempre polemicamente presente em livros como Vigiar e Punir e A Vontade de Saber, onde ele está constantemente querendo demonstrar que é falso definir o poder como algo que diz não, que impõe limites, que castiga. A uma concepção negativa, que identifica o poder com o Estado e o considera essencialmente como aparelho repressivo, no sentido em que seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria em forma de violência, coerção, opressão, ele opõe, ou acrescenta, uma concepção positiva que pretende dissociar os termos dominação e repressão. (...) Mas o que a consideração dos micro-poderes mostra, em todo caso, é que o aspecto negativo do poder, sua força destrutiva, não é tudo e talvez não seja o mais fundamental, ou que, ao menos, é preciso refletir sobre seu lado positivo, isto é, produtivo, transformador. E preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele exclui, ele reprime, ele recalca, ele censura, ele abstrai, ele mascara, ele esconde. De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O

¹⁸⁸CAVA,B. & MENDES, F.A. A vida dos direitos – Violência e Modernidade em Foucault e Agamben. Rio de Janeiro: NPL/Agon Grupo de Estudos, 2008, volume 2 (Revista Política do Direito AGON. 2008. p.46.

poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que como alvo o corpo humano, não para suplicá-lo, mutilá-lo, mas para aprimora-lo, adestrá-lo”.¹⁸⁹

Neste primeiro texto reproduzido da obra *Microfísica do Poder*, Foucault traz o lado positivo do poder Estatal, ou seja, ao invés de olharmos apenas os aspectos negativos, como por exemplo, que a ditadura nos trouxe repressão e falta de democracia e a falta de dinâmica dos direitos fundamentais por ausência de uma política voltada à Constituição, esse mesmo poder com suas ausências, deseja fortalecer a sociedade incitando-a ao trabalho constante, para suprir as contas públicas para melhoria de todo sistema. Em outro parágrafo que iremos transcrever, o interesse Estatal no aprimoramento da vida dos homens, apresenta um mecanismo de controle, com planos e estratégias arquitetados para governar comportamentos, como vemos a seguir:

“Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracteriza-lo por sua função repressiva. O que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida de homens, controla-los em suas ações para que seja possível e viável utiliza-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os

¹⁸⁹FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Verdade e Poder. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979. p. 15-16.

perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política”.¹⁹⁰

Amparados por uma das linhas do parágrafo acima, a obra foucaultiana nos traz o lado positivo e transformador do Poder, como bem coloca: “(...) é preciso refletir sobre seu lado positivo, isto é, produtivo, transformador. (...)”¹⁹¹, como transformar o sujeito para que indelevelmente não caia nas linhas do parágrafo acima, ou seja, (...) tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, (...)”.¹⁹² **O lado positivo e a visão transformadora, é a metamorfose que existirá no “João Ninguém”, denominado por Roberto DaMatta no primeiro capítulo. Ora, “João Ninguém” representa o povo brasileiro em sua busca pela igualdade¹⁹³ e liberdade.**

¹⁹⁰ ibidem.p.16.

¹⁹¹ ibidem.p.16.

¹⁹² ibidem.p.16.

¹⁹³ Sobre a questão da igualdade Marcio Pugliesi abre as seguintes considerações “A desigualdade social tem sido apresentada em suas diversas versões (as marxistas, weberianas, funcionalistas, frankfurtianas etc.) como consequência das formas de desigualdade social constatáveis nas sociedades industriais: a natureza vertical dos estratos ou classes sociais em decorrência do processo produtivo e de sua organização, pois essa sociedade, na visão das mais diversas correntes continua sendo, incorretamente, vista como uma sociedade do trabalho. Dessarte, a igualdade se torna uma função direta ou, ainda mais freqüentemente indireta, da relação do indivíduo com o trabalho ou com o capital e de seus ganhos na forma de juros, aluguel ou lucro, e os estratos das classes sociais são formados em decorrência de sua relação com o processo do trabalho. Assim de fato acontece, mas cabe indagar: seria esse processo precisamente o mesmo ou, por interação das condições civilizatórias com aquelas culturais, mediante a ação humana em seu viés de operação sócio-cultural, ter-se-ia transformado em outro e, entretanto, continuaria a exercer o mesmo controle sobre a desigualdade social? Ou ainda, se a forma de trabalho e sua organização social passam por transformações no curso do desenvolvimento das forças produtivas na sociedade industrial em mudança para uma sociedade de conhecimento, de tal sorte que essas modificações poderiam afetar as formas de desigualdades? Mais incisivamente; tais mudanças, à medida que o trabalho direto (no sentido da primeira sociedade industrial) vai sendo substituído por outra forma de trabalho (uma mais vinculada à criação e produção do novo), seriam efetivamente fatores de comparação tão relevantes quanto o foram na fase de ascensão da sociedade industrial? Parece que não, mesmo porque pertence à população economicamente ativa (a PEA) começa a ser atributo de minorias e, até em decorrência, o status social dos que não estão ativos continua a ser visto como dependente do processo produtivo: há sempre a perspectiva de que o desemprego estrutural possa ser reduzido com a intervenção nas condições de contratação, principalmente mediante a redução da jornada de trabalho e a ampliação do ócio e de sua indústria. (...)”. Nas sociedades de conhecimento não há como encarar a

Roberto DaMatta trabalha esse mecanismo brasileiro em relação a desigualdade social e a fragilidade, sem política pública destinada a soluções nas dimensões políticas compatível com as normas Constitucionais: a reprodução do texto:

“(...) quando imagino o cidadão brasileiro, penso naquele ser fragilizado pela ausência de reconhecimento social, naquele, naquele indivíduo sem rosto, sem direitos e sem recursos, colocado numa espera interminável que é o símbolo mais perfeito, no Brasil, da ausência de uma verdadeira cultura da cidadania. Vale infelizmente dizer: de uma cultura igualitária, aberta à mobilidade. Uma cultura efetivamente moderna e democrática, na qual os direitos individuais são contemplados de maneira radical. Radical no sentido de que são contemplados efetivamente na prática social, e não apenas nas leis.”

desigualdade social como decorrente, apenas, do processo de produção, de sua organização e de seus resultados. Os membros dessa nova sociedade não são inflexíveis em suas escolhas (possuem muita informação) e as estruturas responsáveis pelas prolongadas diferenças de condições presentes nas sociedades industriais e devidas principalmente à inflexibilidade e unidimensionalidade dos mecanismos de dominação desse sistema (em que o discurso sobre a desigualdade tende a lidar com a coerção, ou seja, com as restrições, a vulnerabilidade e a efetiva impotência dos indivíduos e grupos frente aos grandes conglomerados de interesses, designados genericamente por transnacionais) perdem espaço frente ao processo de circulação do conhecimento cada vez maior e mais acelerado. Articulam-se inclusive na Constituição ora em vigor, topoi que permitam uma rearticulação da nova sociedade em instauração contra esse estado de coisas, mediante extensa listagem de garantias e direitos individuais, desfigurados e quase natimortos diante da processualística e da inversão dos conteúdos de tais garantias na prática consuetudinária forense, aferradas ao modelo de Estado construído nas profundezas do imaginário. Fala-se da dignidade da pessoa humana como pavês de extensão quase infinita para suportar as novas necessidades impostas pela cultura nascente, mas as novas realidades exigem uma nova linguagem que deveria acentuar a ação, a maleabilidade, a flexibilidade, a múltipla finalidade dos recursos, a volatilidade, a heterogeneidade das estruturas sociais, mais do que lidar com cambiantes sentidos de um lugar comum retórico. Além disso, até que ponto os indivíduos e grupos organizados ou, pelo menos mobilizados, têm poder para ousar transformar essas estruturas, uma vez que se tenha produzido uma significativa redução da vulnerabilidade às forças da desigualdade? A condição que possibilita obter bases de ação mais amplas e mais numerosas é o conhecimento, ou seja, um conjunto de competência sócias de acesso mais geral, cujo impacto sobre as estruturas sócias de desigualdade acelera as oportunidades dos atores de reformular as construções sociais e produz consequências sobre aquelas estruturas apenas medianamente mensuráveis. Pois, à medida que o conhecimento assume mais significância para efeitos da estratificação social do que a propriedade e o controle dos meios de produção; conforme os meios financeiros mercê de derivados, nem sempre com contrapartida produtiva real, multiplicam a moeda em padrões pós-keynesianos. Essa relação com o conhecimento dialeticamente estabelecida entre a esfera da cultura e aquela da civilização adquire importância cada vez maior com referente de status social e afluência”. PUGLIESI, Márcio. Sujeito – Traços de um projeto burguês. Tese de Doutorado em Filosofia. 2008. PUC-SP. p. 242-243-244-245.

“João Ninguém” anseia por seu papel e ou sua participação na sociedade, ter sua estima elevada, assim como tantos outros que ficam a margem de uma política favorável. Antonio da Costa Ciampa, professor da Puc-SP, de Psicologia Social e autor de *Identidade Social e suas relações com a ideologia*,¹⁹⁴ nos traz: “Compreender a identidade é compreender a relação indivíduo-sociedade”. Também percorre sua localização no mundo quando expõe: (...) a identidade permanece ininteligível a não ser quando localizada em um mundo. A identidade é objetivamente definida como localização em um certo mundo e só pode subjetivamente apropriada juntamente com esse mundo. Ela é formada através de processos sociais que são determinados pela estrutura social. Por outro lado, inversamente, as identidades reagem sobre a estrutura dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a”.

Na obra de Berger & Luckmann,¹⁹⁵ “a identidade é evidentemente um elemento-chave da realidade subjetiva, e tal como toda realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade. A identidade é formada por processos sociais”. Os teóricos apontam que a identidade é moldada num processo de interação e uma vez a identidade cristalizada, é mantida e modificada pelas relações sociais. Todos os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela *estrutura social*. “Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem

¹⁹⁴CIAMPA.A.C.A Identidade Social e suas relações com a ideologia. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. PUCSP.p.19

¹⁹⁵BERGER, P.L.& LUCKMANN, T.A Construção Social da Realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 30º edição.p.228.

sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando”.¹⁹⁶

Dois pontos importantes para entendermos a influência que os processos sociais desenvolvem na identidade do sujeito é a questão de não haver um sistema solitário sem a interferência deste processo social, ou seja, indivíduos totalmente isolados, mas a ocorrência de troca e a congruência constante de significados (subjativos) pressupondo a significação para a compreensão de nossos iguais e *apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido*, segundo os autores.

Então vejamos o texto de Berger & Luckmann sobre esta questão:

“(...) o indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade e tornar-se membro da sociedade. Por conseguinte, na vida de cada indivíduo existe uma seqüência temporal no curso da qual é induzido a tomar parte na dialética da sociedade. O ponto inicial deste processo é a interiorização, a saber, a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjativos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim. Isto não quer dizer que compreenda o outro adequadamente. Posso de fato compreendê-lo mal, por exemplo, se está rindo em um acesso de histeria posso entender o riso como significando hilaridade. Mas a subjetividade dele é, entretanto objetivamente acessível a mim e tornar-se dotada de sentido para mim, quer haja ou não congruência entre os processos subjativos dele e os meus. A completa congruência entre os dois significados subjativos e o conhecimento recíproco desta congruência pressupõe a significação, conforme examinamos interiormente. No entanto, a interiorização, no sentido geral aqui empregado, está subjacente tanto à significação quanto às suas formas mais complexas. Dito de maneira mais precisa, a interiorização neste sentido geral constitui a base primeiramente da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido”.¹⁹⁷

¹⁹⁶ibidem.p.228.

¹⁹⁷BERGER, P.L.& LUCKMANN, T.A Construção Social da Realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 30ª edição.p.173.

O entendimento e a compreensão do outro, passa a fazer parte do mundo do indivíduo que interioriza acontecimentos no curso de sua vida, esta interiorização é dotada de sentido para os atores sociais, que passam a fazer parte das relações sociais, e acima disto, membro da sociedade.

“Esta apreensão não resulta de criações autônomas de significados por indivíduos isolados, mas começa com o fato do indivíduo “assumir” o mundo no qual os outros já vivem. Sem dúvida, este “assumir” em si mesmo constitui em certo sentido um processo original para cada organismo humano e o mundo, uma vez assumido, pode ser modificado de maneira criadora ou até recriado(...)”.¹⁹⁸

Neste sentido, assumido o mundo na qual os outros já vivem e desenvolvem suas potencialidades, o indivíduo passa a fazer parte deste curso social, e como reflexo deste processo tem-se a formação de sua identidade. Ciampa argumenta ainda que, “cabe lembrar que está sendo enfatizada a socialização de um indivíduo, não se considerando as influências socializadoras que ele mesmo pode exercer (alguém que socializar um filho também está sendo socializado para o papel de pai)”.¹⁹⁹

¹⁹⁸BERGER, P.L.& LUCKMANN, T.A Construção Social da Realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 30ª edição.p.174.

¹⁹⁹CIAMPA.A.C.A Identidade Social e suas relações com a ideologia. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. PUCSP.p.33.

2.9 O sentido da Identidade e metamorfose

O estudo da identidade e metamorfose declinada por Ciampa em sua obra *A estória de Severino e a História de Severina*²⁰⁰ nos traz uma análise da identidade do sujeito e suas transformações que se expressam através de personagens, e inegavelmente compõe a identidade do indivíduo. Desta forma, processo de socialização, quer seja individual, ou no seu aspecto coletivo, têm como destino à identidade e, “compreender os conceitos de sujeito e identidade significa possibilitar uma abordagem mais consistente de problemas da filosofia política como o conflito, a emancipação, a pluralidade, o policulturalismo e toda a messe decorrente de expectativas de gestão democrática da sociedade”.²⁰¹

Uma importante linguagem trazida na obra de Ciampa é o sentido da transformação da identidade do indivíduo que ocorre a todo instante em sua vida até sua morte física. Assim, não há estagnação neste processo. Os personagens utilizados por Ciampa passam por inúmeras situações de mudanças (pessoais e sociais), que refletem no processo social em que vivem.

“Tanto o Severino do poema, quanto a Severina de carne-e-osso são típicos. Típicos não só como nordestinos que migram, mas típicos como brasileiros que são violentados, como seres humanos que são explorados em nossa sociedade capitalista. Nem todos somos nordestinos ou imigrantes. Mas, em nossa sociedade de classes, somos

²⁰⁰CIAMPA, Antonio da Costa. *A estória do Severino e a História da Severina*. São Paulo. 9ª reimpressão. Editora Brasiliense, 2007.

²⁰¹PUGLIESI, Márcio. *Sujeito – Traços de um projeto burguês*. Tese de Doutorado em Filosofia. 2008. PUC-SP. p. 137-137.

todos explorados e violentados, alguns mais outros menos. Principalmente somos por ver barradas possibilidades de concretizar nossa humanidade. Neste sentido, até mesmo poderosos, privilegiados, são também impedidos de se humanizarem. Talvez as ações mais desumanas em nossa sociedade partam desse segmento da população. Em contraste, a violência e a exploração que alguém, como o marido da Severina, é capaz de realizar são insignificantes em termos de amplitude e eficácia. “(...) a exploração e a violência sociais se concretizam, através de mediações, sempre no particular, que é a unidade do singular e do universal. Coletivamente constitui o conjunto das relações sociais que, no nosso caso, materializa um mundo: nosso mundo capitalista”.²⁰²

Para o autor, “no seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela”.²⁰³ Não há uma separação ou um processo individualizado, entre indivíduo e sociedade, mas um processo de comunhão constante de interferências, ou seja, “cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. Uma história de vida. Um projeto de vida. Uma vida-que-nem sempre-é-vivida, no emaranhado das relações sociais”.²⁰⁴

Essa busca da compreensão da identidade nas relações sociais, ‘Severina’, é uma representante que encarna não apenas uma legião de nordestinos que buscam recursos de todas as ordens dentro de seu próprio país, e muitas vezes, transferindo-se de um Estado para outro por ausência de política pública na dimensão dos direitos fundamentais em seu Estado de origem, mas também como

²⁰² CIAMPA. Antonio da Costa. A estória do Severino e a História da Severina. São Paulo. 9ª reimpressão. Editora Brasiliense, 2007.126-127.

²⁰³ ibidem.p.127.

²⁰⁴ ibidem.p.127.

deixa claro Ciampa, dentro da sociedade temos classes sociais que vivem suas vidas sem entrar em contato com a própria identidade.

Na cópia dos personagens de Ciampa, intitulados de ‘Severino e Severina’, resgato o ‘João Ninguém’, ‘Zé da Silva’ e ‘Zé Povinho’ de Roberto DaMatta, quando nos mostra como o trio enfrenta as filas imensas de repartições, hospitais públicos e falta de reconhecimento político na busca de políticas mais próximas da esfera da cidadania, como DaMatta argumenta “o papel social de indivíduo (e de cidadão) é uma identidade social de caráter nivelador e igualitário”²⁰⁵, e ainda, os personagens Damattiano, são pessoas sem qualquer ligação com esferas ou pessoas “importantes”, que possam viabilizar um tratamento diferenciado nas suas mais básicas das necessidades. Assim, muitos os Severinos/as que vagam órfãos de política concreta de igualdade.

Nesta mesma linha, a concepção teórica de Antonio C. Ciampa contextualizado por Aluísio Ferreira de Lima²⁰⁶, nos ajuda a entender posição do homem frente às questões políticas refletindo em suas relações sociais, sendo elas: “a questão das políticas de identidades de grupos envolve a discussão sobre a autônoma (ou não), que se transforma para indivíduos em indagações sobre a identidade (ou não) de individualidades publicas, talvez refletindo duas visões opostas, dependendo de se

²⁰⁵ DaMATTA, Roberto. A casa, a rua, espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Editora Brasiliense.

²⁰⁶ LIMA, Aluísio Ferreira. A dependência de drogas como um problema de Identidade: Possibilidades de apresentação do “Eu” por meio da Oficina Terapêutica de Teatro. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. PUCSP.107 a 118.

colocar a ênfase na igualdade – uma sociedade centrada no Estado, ou na liberdade - uma sociedade composta de indivíduos”.

Na política de identidades de Ciampa, assistimos vários grupos com denominações diversas, imprimindo na sociedade a identidade que os fazem garantidores de direitos e deveres, e, pleiteando junto ao legislativo, mudanças e inclusões de normas constitucionais no intuito maior de terem suas políticas de identidades fortalecidas e participativas no seio social. O aspecto emancipatório nestes episódios possibilita a visibilidade destes grupos na sociedade, que não mais são que atores sociais e políticos concomitantemente.²⁰⁷

Outro aspecto do teórico, “as identidades políticas surgem quando os indivíduos criam uma concepção de identidade para si mesmos, podendo em um primeiro momento se valer das políticas de identidade para fazer valer seus direitos e num segundo momento encontra novas possibilidades de reconhecimento”.²⁰⁸

As identidades políticas podem ter chegado a este estágio, fruto das conquistas daquela (políticas de identidades), e que contribui muito para o fortalecimento cívico e reconhecimento do homem e cidadão, como um único sujeito participante dos processos sociais.

²⁰⁷ibidem. p. 105 a 118.

²⁰⁸LIMA, Aluísio Ferreira. A dependência de drogas como um problema de Identidade: Possibilidades de apresentação do “Eu” por meio da Oficina Terapêutica de Teatro. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. PUCSP.106 a 118.

3.0 Sobre a Identidade que tratamos

No desenvolvimento dos textos que tratamos até aqui, procuramos marcar o indivíduo e sua identidade como um construto contínuo dos processos sociais que vivência. É a constante interação com o outro e com o meio (sofrimentos, perdas, ganhos, alegrias e conquistas) que acompanha sua metamorfose. Toda essa argumentação e motivos declinados implica em resgatar ou apresentar o indivíduo em suas potencialidades como cidadão, denunciando sua cumplicidade com a sociedade em que vive, denunciada em Berger e Luckmann, e como expôs Antonio Carlos Ciampa em, *Políticas de Identidades e Identidades Políticas*.

Adorno/Horkheimer, tenda nos alertar sobre a indústria cultural e seu monopólio, acusando-os de provocar uma dependência destruidora na razão e fulminando determinantemente o Iluminismo que tinha como proposta o objetivo de libertação dos medos e enganos que assolam o homem moderno. Este monopólio preserva o homem no engodo, sem luz, conduzido-o para uma educação irracional, alienadora e sem propósitos de conscientização.

Stuart traz em seu discurso o sujeito fragmentado, dividido e móvel e declara “a identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.²⁰⁹

²⁰⁹HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade; Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11 edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.p.12-13.

O maior interesse deste trabalho, considerando as exposições desenvolvidas no primeiro capítulo foi visualizar a invisibilidade social que manifesta-se no comportamento da classe política junto à sociedade, eleita para colocar em prática a função Constitucional, pronta desde 1988, no intuito de eleger o padrão Nacional em sua mais alta categoria no cumprimento dos direitos fundamentais e um leve olhar sobre o ethos público. Neste segundo capítulo trazemos a reflexão sobre a identidade do sujeito na sociedade moderna, que deslocado na sua função pelas distorções que o afeta em virtude do desemprego, criminalidade, educação, saúde e a dinâmica do mundo globalizado. Assim, para nos aproximarmos ainda mais do conceito e do sentido de identidade vejamos as observações de Maura Penna inseridas na obra *Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*, e seu texto *Relatos de Migrantes: Questionando as Noções de Perda de Identidade e Desenraizamento*.

Maura Penna²⁰⁹ esclarece que as noções de “perda de identidade” e “desenraizamento”, é de tamanha importância quando trata-se de temas que envolve assuntos sociais e muito mais aproxima-se quando o enfoque e o estudo é sobre o migrante nacional, que deixa sua terra natal, por motivos sócio-econômicos, em busca de situações mais favoráveis, diga-se aqui, dinheiro, saúde, moradia e educação.

²⁰⁹PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. Em *Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Inês Signorini (org). Campinas, SP: Mercado de Letras. 1998. p.89 a 109.

Neste sentido, Penna esclarece que a perda de identidade e desenraizamento, encontram-se ligadas a processos de idealização, privação e essencialismo, vivenciado pelo migrante, quando sofrem essa passagem ou mudança analisada em histórias de vida de trabalhadores rural de regiões do norte de Minas Gerais, e estados do nordeste, relatando abaixo, a experiência pessoal e social de grupos.

Penna aponta que:

“O primeiro problema que cerca as noções de perda de identidade (ou de desenraizamento) é justamente o fato de ser empregada analiticamente sem que a noção de fundo – identidade social (ou raízes) esteja clara. Existem hoje, nas Ciências sociais, inúmeras definições e empregos diferenciados da noção de identidade, sendo grande a diversidade (e mesmo ambigüidade) no emprego do termo. De modo geral, não se dispõe de um quadro conceitual definido – exceção, talvez, do campo específico da identidade étnica, onde a concentração de diversas pesquisas tem firmado alguns elementos teóricos básicos. Assim, a identidade social vem sendo abordada sob múltiplos enfoques, tomando sentidos distintos e o que nos parece mais grave muitas vezes não explicitados. (...) Consideramos, assim, que a identidade social é uma representação, relativa à posição no mundo social, portanto intimamente vinculada às questões de reconhecimento. Concebemos a possibilidade de múltiplas identidades, com base em referenciais distintos como a origem territorial, a condição de gênero, a etnia, a atividade profissional etc, pois, enquanto uma construção simbólica, a identidade não é decorrência automática da materialidade”.²¹⁰

“A identidade não está na condição de nordestino, de classe ou de mulher, mas sim no modo como estas condições são apreendidas e organizadas simbolicamente. As marcas de identidade não estão inscritas no real, embora os elementos sobre os quais as representações de identidade são construídas sejam dele selecionadas. Estão em pauta, portanto, os processos de apreensão do mundo social: esta

²¹⁰PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionamento as noções de perda de identidade e desenraizamento. Em *Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Inês Signorini (org). Campinas,SP: Mercado de Letras. 1998. p.91-92.

apreensão dá-se, sempre, através de atos de pensamento e linguagem, cujas coordenadas são geradas social e culturalmente...(Penna, 1992,p.167)”²¹¹

“Estudos sobre as migrações no Brasil, assim como as histórias de vida analisadas mostram que a experiência no lugar de origem é também marcada pela exclusão em relação ao sistema social, político e econômico vigente: a impossibilidade de acesso à terra, a pobreza, a falta de recursos para enfrentar os problemas da natureza”.²¹²

A seguir Penna expõe relatos de pessoas que vivem no interior do Nordeste que trabalham até o limite físico do corpo, por causa da fome. Todo este processo vivido por estes trabalhadores rurais, faz parte da exclusão social, e do desenraizamento de sua terra natal, a qual são submetidos mesmo antes de decidirem por necessidade última migrarem para outro Estado, em busca de recursos financeiros e sobrevivência, desta forma a autora esclarece:

“A alimentação, não sei se já mudou, por faz uns par de anos que vivemos do Nordeste, mas feijão e farinha não era todos os dias que tinha (...) Eu tinha 15 anos e meu irmão com 10, a gente ia com aquela vontade de tirar a tarefa até a hora que o corpo agüentasse e teve dias que não dava, o corpo começava a tremer, tinha que sentar, dar um tempo”. (HM,p.69)²¹³

“Lá no interior a vida é dura, só é bom para quem tem dinheiro; para nós que é fraco, sofre demais, ele não dão valor à gente. Nós recebia aquele dinheirinho para comprar a comida no final de semana e não sobrava para comprar roupa. Tem gente na roça que a roupa é um remendo por cima do outro, porque não tem condições de comprar roupa”.(HM, p.61)²¹⁴

²¹¹ ibidem.p.93.

²¹² ibidem.p.94.

²¹³ PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionamento as noções de perda de identidade e desenraizamento. Em *Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Inês Signorini (org). Campinas,SP: Mercado de Letras. 1998. p.94. Este relato é de um lavrador nordestino colhido pela autora do livro.

²¹⁴ ibidem.94. Relato de um lavrador nordestino colhido pela autora do livro.

Desta maneira, ligados ao reconhecimento do local de origem ou reconhecer a si mesmo no local onde vivem, considerando a cultura que compartilham e os laços que os ligam, no trabalho, amigos, familiares, são maneiras de fortalecer a identidade social representada naquele momento. Penna ainda esclarece, “por motivos diversos, os laços com o lugar de origem já estão enfraquecidos quando a esperança mesmo que ilusória de uma vida melhor se sobrepõe à vivência do momento impelindo à migração”.²¹⁵

3.1 Identidade como Concreto e como Possibilidade em Ciampa

Ciampa esclarece que a metamorfose é a evidencia do concreto, que não se manifesta numa linha reta, mas em círculos que se volta para si mesmo, no sentido de mudanças constantes na identidade de cada um, progredindo e regredindo provocando desta maneira sentido a vida. Não se conclui ou define identidade como algo concretizado, pronto, sem movimento²¹⁶, “ficar discutindo se o importante é o passado, o presente ou o futuro é perder a visão de totalidade e tornar a identidade abstrata”.²¹⁷ Discutir a identidade como algo abstrato é discutir a não-metamorfose do indivíduo. Assim, como nos casos dos migrantes acima, como bem no caso de Severina personagem da obra de Ciampa, todas dotadas deste processo de mudanças pessoais e sociais, pela história vivida numa

²¹⁵ibidem.94.

²¹⁶CIAMPA.Antonio da Costa. A Estória do Severino e a História da Severina. São Paulo. Brasiliense,2007.

²¹⁷ibidem.p.197 a 199.

constante processo de reposição. Em análise, o pensador complementa: “Esse jogo de reflexões múltiplas que estrutura as relações sociais é mantido pela atividade dos indivíduos, de tal forma que é lícito dizer-se que as identidades, no seu conjunto, refletem a estrutura social, ao mesmo tempo em que reagem sobre ela, conservando-a (ou transformando-a-comentário meu)”.²¹⁸

Outro ponto importante nesta troca constante indivíduo e sociedade é todo este processo de metamorfose inegavelmente concreto no processo de mudanças que o homem sofre, possibilitando o seu desenvolvimento individual, Ciampa esclarece:

“ao conhecer a identidade como *mesmice*, como sempre igual a si mesma, exclui a temporalidade e, conseqüentemente, a diferença; então, a identidade deixa de ser a articulação da diferença e da igualdade (independentemente da temporalidade, ela também é unidade do igual e do diferente); então, deixando de ser a identidade se torna abstrata. A identidade é concreta; a identidade é o movimento de concretização de si, que do concreto e, contingencialmente, porque é a síntese de múltiplas e distintas determinações. O homem, como ser temporal, é ser-no-mundo, é formado material. O mais importante é verificar como o conhecimento das diferentes fases pode contribuir para o amplo conhecimento da identidade. Severina é a Severina-de-ontem, a Severina-de-hoje e a Severina-de-amanhã. Ficar só no ontem é tão absurdo quanto ignorá-lo”.²¹⁹

3.2 A Realização do Real, a Construção do Mundo e a História em Dulce Mára Critelli – Uma análise do Movimento da Realização

²¹⁸ibidem,p.171.

²¹⁹CIAMPA,Antonio da Costa. A Estória do Severino e a História da Severina. São Paulo. Brasiliense,2007.p.199.

No livro de Dulce Mara Critelli, *Analítica do Sentido – Uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*,²²⁰ a realização do Real é o homem realizando construções em seu mundo e de sua História. Faremos uma análise e uma reflexão para chegarmos mais perto ainda da pesquisa aqui elaborada e procurando centrar o indivíduo totalmente descentrado pelos motivos expostos acima, no intuito de mobilizar socialmente sua atuação nas esferas públicas, sendo que, o caminho é pensar no processo de des-hipnotizar o sujeito que encontra-se isolado, mas muito bem “amparado” pelo controle político atuante e outras formas de dominação psíquica. Foucault argumenta em *Microfísica do Poder*, que o Poder Estatal venera o indivíduo para contê-lo. Assim, no intuito de proteger, guardar e orientar o sujeito sobre seus direitos e deveres, com excesso de Leis e Normas, acaba regulando a sociedade e o sujeito que conseqüentemente termina intencionalmente por discipliná-lo, condenando-o a si próprio com o medo da transgressão e punições previstas, criando na subjetivação o pretendido.

Sabemos que todo este processo diretamente recebe nossa anuência, pois anuímos pelo voto e às vezes pela ausência de movimentos e esforços individuais nas esferas públicas, entrada importante para a garantia da liberdade na participação política, própria do Estado Democrático, sendo um dos caminhos para decidirmos sobre mudanças necessárias e a conquista do respeito às reivindicações sociais e as políticas de identidades, pelas esferas governamentais.

²²⁰CRITELLI, Dulce Mára. *Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Dany Robert Dufour, clarifica a discussão do momento e nos mostra a grande novidade que substitui uma morte pela outra. No texto abaixo, esclarece de forma a complementar o desenvolvimento que temos feito nesta pesquisa sobre o sujeito na modernidade. Subjugado, vê diminuído seu potencial de ação frente às decisões que o capacite e fortalece para a cidadania. A dominação que o governa seja por parte da racionalidade instrumental e ou pela da industrial cultural que o fragmenta, acaba por reduzir sua capacidade de reflexão.

“O capitalismo, que produz e devora muito, é “antropofágico”: também “come” o homem. Mas o que consome exatamente? Os corpos? Estes são usados há muito tempo e a antiga noção de “corpos produtivos” é uma prova disso. A grande novidade é hoje a redução da mentes. Como se o pleno desenvolvimento da razão instrumental (a técnica), inerente ao capitalismo, resultasse num déficit da razão pura (a faculdade de julgar a priori o que é verdadeiro ou falso e até o que é o bem ou o mal). É precisamente este traço que me parece caracterizar como propriedade específica a virada chamada de “pós-moderno”: o momento em que o capitalismo, depois de ter subjugado tudo, dedicou-se à “redução das cabeças”.

(...) A hipótese é, em suma, simples embora radical: nós assistimos, no presente, à destruição do duplo sujeito que teve origem na modernidade, o sujeito crítico (Kantiano) e o sujeito neurótico (Freudiano) – a que se deve acrescentar o sujeito marxiano e vemos instalar-se um novo sujeito, um sujeito “pós-moderno”, a ser definido”.²²¹

²²¹Márcio Pugliesi apud – DUFOUR, Dany-Robert. L’Art de réduire les têtes: sur la nouvelle servitude de l’homme libéré à l’ére du capitalisme total, Paris: Denöel, 2003. in Sujeito – Traços de um projeto burguês. Tese de Doutorado em Filosofia. 2008. PUC-SP. p. 110.

Retomando as reflexões em Critelli, seu texto nos mostra que “tanto o mundo quanto o homem são, ao mesmo tempo, o fundamento (origem) e o resultado de um movimento de realização”.²²² Seu texto amparado em Heidegger, coloca a história do homem como um infindável movimento circular de realização. Este movimento de realização não é representado por simples coisas ou sentimentos, mas emite um sentido maior para o *ser*, pois é pelo homem que as sensações, sentimentos e idéias as apresentam como são. O sentido da realização tem uma importância para o homem. “O homem é no mundo realizando o mundo, as coisas do mundo, os outros e a si mesmo”.²²³ Critelli coloca o realizar acima do empreender, traz nele um sentido de completude, amplo, um processo de desvelar, revelar, testemunhar, veracizar, autenticar.

“O real, portanto, não é o meramente concreto ou objetivo, mas o produto de um movimento de realização. Assim, quando dizemos que o homem habita o mundo, não falamos de um mundo meramente concreto como pura terra, puro planeta, mas de um mundo realizado. Habitar o mundo é habitar o real. A realidade não é concretude nem objetividade, mas o produto deste movimento de realização. Assim, o homem é-no-mundo realizando o mundo, as coisas do mundo, os outros e a si mesmo.”²²⁴ “(...) o real é produto deste movimento e, ao mesmo tempo, seu fundamento. Falamos, assim, de uma circularidade.(...)”²²⁵ e ainda Critelli nos traz a renovação pelo gesto, “cada gesto humano é sempre um fazer nascer algo

²²² CRITELLI, Dulce Mára. Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.p.111.

²²³ ibidem.p.112.

²²⁴ CRITELLI, Dulce Mára. Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.p.112.

²²⁵ ibidem.p.113.

novo ou de novo e, assim, iniciar uma trama que vai se complementando pelos outros, que, por sua vez, também por seu gesto, vão iniciando algo novo ou de novo. Forma-se, assim, uma rede significativa de relações, a que Heidegger chama de *mundo*".²²⁶ Outra observação, "...o mundo é real: na forma dessa trama de realizações através da qual vamos habitando o mundo e, através de tal habitação, vamos revelando o próprio mundo"²²⁷.

O texto acima vem amparar nossa pesquisa no estudo do homem que habita o mundo, o real, como bem expõe a autora, não refere-se ao mundo concreto, mas o mundo que possui uma realidade que é produto do movimento de realização. O homem é realizando o mundo no seu plural e nunca no seu singular, como esclarece Critelli, "...sua vida é um acontecimento que implica os outros. Os outros também acontecem junto e através do eu. No nosso cotidiano, a existência é empreendida através de cada homem, mas é através de cada homem que os outros agem; é através do *eu* que os *outros* entram em cena. Se este eu passar a vida inteira apenas seduzido, diluído no modo de ser dos outros, ou sendo apenas um palco para a vontade, para a determinação, para a ação, para as finalidades do outros, diremos que seu ser foi realizado impropriamente (o que não quer dizer uma existência vivida de moda errado, incorreto, inadequado). Ao homem é dado a possibilidade desta coexistência".²²⁸

²²⁶ ibidem.p.112.

²²⁷ ibidem.p.113.

²²⁸ CRITELLI, Dulce Mára. Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.p.69.

A ideia é tentarmos entender a função do homem e sua importância ligada à realidade como produto da realização, e, é através da realização que o homem vai habitando o mundo. Ficar limitado em sua esfera privada, enquanto não der seu testemunho como algo digno de registro e de público, sem isso sua identidade limita-se ao campo individual, por ser a história humana um campo de circularidade e interminável de realização, que se realiza na realização do movimento. Compactuando com as idéias dos pensadores elencados neste trabalho, que posicionam o sujeito moderno e pós-moderno na necessidade de refletir sobre a fragmentação e alienação, que a indústria cultural causa.²²⁹

²²⁹CRITELLI, Dulce Mara. Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CAPÍTULO III

PROPOSTA PARA REFLEXÃO EM HABERMAS – “MUNDO DA VIDA” E SOCIEDADE EMANCIPATÓRIA

Os autores e as teorias que iremos contextualizar neste último capítulo da pesquisa servirá para ampliar ou ao menos realizar uma conexão com a identidade até aqui vista por diversos ângulos, no intuito de compreender, o tamanho de seu deslocamento frente à modernidade ou pós. São muitos os fatores que isolou o homem em sua razão, para desgosto do Iluminismo humanista, que tinha nele sua esperança de realização de felicidade e libertação de medos e enganos, frustrando desta forma o fortalecimento da razão frente à modernidade.

Jürgen Habermas, filósofo alemão, tem seu nome ligado a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Autor de vários livros, suas pesquisas estão voltadas para mudança da estrutura da esfera pública, teoria do agir comunicativo e a ética do discurso.

Habermas esclarece em sua teoria do agir comunicativo que existe a oportunidade para um entendimento em sentido amplo entre sujeitos capazes de falar e agir, o agir orientado ao entendimento, com a recuperação da liberdade e de sentido, assim, uma ação orientada para o entendimento numa relação entre indivíduos surgindo a racionalidade comunicativa.

Habermas explora também o conceito de identidade na obra *Para Reconstrução do Materialismo Histórico*, desenvolvendo um conceito da Identidade do Eu, argumentando que a identidade pode se confirmar na capacidade que tem o adulto de construir novas etapas, sob a direção de princípios e modos de procedimentos universais. Esclarece ainda, que a identidade do Eu significa uma liberdade que, na intenção, se não de identificar, pelo menos concilia dignidade e felicidade.

Na obra, Habermas nega discutir o término do indivíduo apresentado por Adorno em sua *Industrial cultural*, reduzindo a humanidade em meros consumidores de seus interesses, isolando e alienando o indivíduo em suas capacidades criativas. Habermas argumenta que Adorno/Horkheimer e Marcuse, podem ter sofrido influência do totalitarismo de suas épocas, dando origem à elaboração da tese sobre o fim do indivíduo ou a “morte do sujeito”. O pensador esclarece ainda que a teoria crítica da sociedade conserva o conceito do Eu autônomo, mesmo que enfrente período avassalador, levando-o a perda da identidade. Desta maneira, Habermas supera a hipótese da visão terminal do indivíduo declinado por seus antecessores avançando suas pesquisas na autonomia do “Eu”.

Habermas avança seus estudos sobre conceito de Identidade, com análise de três tradições teóricas que se agrupam em torno do conceito de Identidade do Eu, e conclui em seu texto que nenhuma delas foi suficientemente convincente, sendo assim apresentamos para análise:²³⁰

²³⁰HABERMAS, Jürgen. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora Brasiliense. p.53.

- 1)Na psicologia analítica do “Eu” – H.S.Sullivan, Erikson
- 2)Na Psicologia cognoscitiva do desenvolvimento (Piaget, Kohlberg) e;
- 3)Na teoria da ação definida pelo interacionismo simbólico (Mead, Blumer, Golfman, etc).

Teorias criticadas por Habermas, quando o mesmo, aponta dificuldades das mesmas não se sustentarem de forma convincente a uma teoria do desenvolvimento que possibilitasse definir de modo adequado e cientificamente a questão da Identidade do Eu. Porém o pensador isola um aspecto do desenvolvimento do Eu, sendo ela, *a consciência moral* e considera somente o aspecto cognoscitivo (capacidade de juízo moral) proposta por Kohlberg (abaixo) com os estágios de desenvolvimento do Eu e com o objetivo de sublinhar que o desenvolvimento moral é parte do desenvolvimento da personalidade, o qual, por sua vez, é decisivo para a Identidade do Eu”.²³¹

Ainda nesta mesma linha buscando justificar o estudo de Habermas, na teoria de Kohlberg, apresentemos suas análises expostas na obra *Consciência Moral e Agir Comunicativo* para então entendermos os termos iniciais da Identidade do Eu, visto no *Materialismo Histórico*. Desta forma “Lawrence Kohlberg, desde a publicação da Teoria da Justiça de Rawls, Kohlberg utiliza-se, sobretudo dessa ética, que se liga a Kant e ao direito natural racional, para precisar suas

²³¹HABERMAS,, Jürgen. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora Brasiliense.1976. p.55.

concepções sobre a natureza do juízo moral”.²³¹ São três as principais pontos de vista a partir do quais Kohlberg introduz as premissas tomadas de empréstimo à filosofia:²³²

- a) **Cognitivismo:** visto que o princípio da universalização possibilita enquanto regra da argumentação um consenso sobre máximas passíveis de universalização, com fundamentação de ‘U’ fica demonstrado ao mesmo tempo em que as razões prático-morais podem ser decididas com base em razões.
- b) **Universalismo:** de ‘U’ resulta imediatamente que quem quer que participe de argumentações pode, em princípio, chegar aos mesmos juízos sobre a aceitabilidade de normas de ação. Com a fundamentação de ‘U’, a ética do Discurso contesta a suposição básica do relativismo ético, segundo o qual a validade dos juízos morais só se mede pelos padrões de racionalidade ou de valor da cultura ou forma de vida à qual pertença em cada caso o sujeito que julga. Se os juízos de morais não pudessem erguer uma pretensão de validade universal uma teoria do desenvolvimento moral que pretendesse comprovar a existência de vias de desenvolvimento universais estaria condenada de antemão ao fracasso.
- c) **Formalismo:** ‘U’ funciona no sentido de uma regra que elimina, a título de conteúdos não passíveis de universalização, todas as orientações axiológicas concretas, entrelaçadas ao todo de uma forma de vida particular ou da

²³¹ HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Tradução: Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro. 1989.p.146.

²³² *Ibidem*.p.146 a 148.

história de uma vida individual e, assim, dentre as questões valorativas do “bem viver”, só retém como argumentativamente decidíveis as questões estritamente normativas.

Ainda para Kohlberg, o processo de desenvolvimento da consciência moral estaria distribuído em três estádios: a) nível pré-convencional b) nível convencional e c) nível pós-convencional.²³³ – No apêndice ver quadro com Ilustração dos níveis de consciência moral (Kohlberg).

- a) O direito é a obediência literal às regras e à autoridade, evitar o castigo e não fazer mal físico.**
- b) O estágio das expectativas interpessoais Mútuas, dos Relacionamentos e da conformidade. (O direito é desempenhar o papel de uma pessoa boa (amável), é preocupar-se com as outras pessoas e seus sentimentos, manter-se leal e conservar a confiança dos parceiros e estar motivado a seguir regras e expectativas).**
- c) As decisões morais são geradas a partir de direitos, valores ou princípios com que concordam (ou podem concordar) todos os indivíduos compondo ou criando uma sociedade destinada a ter práticas leais e benéficas.**

²³³HABERMAS, Jürgen. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Tradução: Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro. 1989.p.152 a 153.

Habermas argumenta que com a evolução de um nível para outro o papel que os atores possuíam, são abandonados em busca de forma mais fortalecida, quando substituída pela Identidade do “Eu”. Assim,

“Supomos aqui que o jovem se apoderou da importante distinção entre, por um lado, as normas, e, por outro, os princípios segundo os quais podemos produzir normas, adquirindo assim a capacidade de julgar segundo princípios. Ele põe no âmbito das possibilidades o fato de que formas de vida a que se está habitualmente acostumado podem ser irracionais. Por isso, deve recuar o seu Eu para trás da linha demarcada por todos os papéis e normas particulares, e estabiliza-lo unicamente com base na abstrata capacidade de representar com credibilidade a si mesmo, em todas as situações, como alguém que pode satisfazer às exigências de consistência mesmo diante de expectativas de papel inconciliáveis e mesmo quando atravessa uma série de fases contraditórias da vida. A identidade de papel é substituída pela identidade do Eu; os atores se encontram, por assim dizer, através das conexões objetivas de suas vidas enquanto indivíduos”.²³⁴

Habermas apresenta a identidade de Papel, que apresenta-se durante o processo de vivência em nossas vidas, e no decorrer dos níveis de desenvolvimento de consciência moral, e na medida de seu amadurecimento nestes níveis, passa a perceber as normas inconciliáveis e irracionais que o cerca. Desta maneira pessoas que se sustentava na identidade de papel (representante de si mesmo) e que não mais correspondia consigo, atingem no terceiro nível (exposto acima) em pessoas que podem afirmar sua própria Identidade, a Identidade do (Eu). Mais adiante Habermas na mesma obra, nos coloca que, a transferência para a Identidade do Eu eleva o indivíduo em sua capacidade de realizar construção de novas identidades, mas preservando a harmonia com as identidades passadas e agora

²³⁴HABERMAS, Jürgen. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora Brasiliense.1976. p.55

encontram-se superadas. Processo este citado em Ciampa denominado de **Metamorfose**.²³⁵

J.Habermas, desenvolve esse conceito de Identidade do “Eu”, até agora, apenas sob o ângulo cognoscitivo, ou seja, “toda teoria do desenvolvimento da capacidade de juízo moral tem que pressupor como dada à possibilidade de distinguir entre juízos morais corretos e errados”.²³⁶

Habermas lembra que todo este processo de desenvolvimento passa por fases migratórias, desde a infância quando a criança ainda não consegue distinguir objetos físicos dos objetos sociais por sua identidade natural, considerando os limites biológico e psicológico até abandonar este estágio quando gradativamente vai incorporando outros estágios para as normas de seu grupos que é a superação da identidade natural para à identidade de papel, mantida por símbolos e sinais inerentes ao seu desenvolvimento psicológico. Ultrapassando todos estes estágios migrará para o terceiro nível, que são os portadores de papéis transformando-se em pessoas com as possibilidades de terem suas identidades firmadas na substituição da identidade do papel para Identidade do Eu.

Os juízos errados se fazem notar pelo agente no modo como conduz sua vida e nos atos de discernimento que estabelece em suas escolhas, assim temos este parâmetro para conduzir a transformação de papéis dentro do poder de livre

²³⁵HABERMAS, Jürgen. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora Brasiliense.1976. p.64.

²³⁶HABERMAS, Jürgen. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Tradução: Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro. 1989.p.152 a 153.

arbítrio que temos, como bem coloca Habermas, em sua obra *A Inclusão do Outro: estudos de teoria política*, quando expõe:

“O modo como sentimos nossa vida está mais ou menos determinado pelo modo como nós mesmos nos entendemos. Por isso os discernimentos éticos sobre a interpretação dessa autocompreensão intervêm na orientação de nossa vida. Como discernimento que vinculam a vontade, eles provocam uma condução consciente da vida. Nisso se manifesta a vontade livre no sentido ético. Do ponto de vista ético, a liberdade de vincular meu arbítrio a máximas da prudência se transforma na liberdade de decidir-me por uma vida autêntica”.²³⁷

Na exposição acima, Habermas mostra os aspectos que leva o indivíduo as possibilidades de uma vida autêntica, isolada de processos de alienação. permitindo-nos assim resgatar sua obra *Textos e Contexto*, onde Habermas encontra em Alexandre Mitscherlich uma chamada sobre as patologias da modernidade: “Nos seus trabalhos contemporâneos, Alexander Mitscherlich chama, com razão, a atenção para o fato a que se deixam reconduzir as patologias do mundo da vida, onde cada vez mais, os campos da vida e relacionamentos são transformados em mercadorias ou objeto, por administrações ou peritos. Um exemplo disto é a interferência

²³⁷HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do Outro: estudos de teoria política*. São Paulo. Edições Loyola.2002.p.41.

entre os imperativos econômicos e as necessidades de um meio ambiente urbano”.

“Mitscherlich dedicou a este tema uma investigação sensacional. Nela consta o seguinte”:

“As cidades antigas tinham um coração. A falta de sensibilidade e a irrealidade do novo processo de construção tem, contudo, uma desculpa de grande importância a seu favor: o tabu das relações de posse de propriedade nas cidades torna impossível qualquer reformulação produtiva e profunda”. (A. Mitscherlich, *Die Unwirklichkeit unserer Städte* (A Irrealidade das Nossas Cidades), Francoforte, 1965.²⁴⁰

Percorremos alguns processos de atuação e transformação da Identidade para entendermos sua relação na sociedade. Em última análise pudemos verificar a concepção de Identidade em Habermas, o desenvolvimento moral, e a transformação do papel para pessoas que podem afirmar sua própria identidade. A Identidade do Eu, segundo o pensador traz ao Homem a possibilidade de construir, em situações diversas, novas transformações em sua identidade. A pesquisa sobre identidade em Habermas inicia com uma pesquisa sobre os conflitos e apatia de jovens adolescentes, suspeitou que podia existir relação entre modelos de socialização e as fases de desenvolvimento dos jovens e as formas de identidade que o adolescente constroem para si. Assim, esta questão oferta um caminho para uma reflexão sobre o desenvolvimento moral e a Identidade do “Eu”, que desenvolve em sua teoria e possibilita o entendimento que a identidade do Eu significa uma liberdade que na intenção, se não de identificar pelo menos de

²⁴⁰ HABERMAS, Jürgen. Textos e Contextos. Stória Editores, Ltda. Lisboa.p.19

conciliar dignidade e felicidade, põe limites a si mesma.²⁴¹

Rouanet argumenta que, Jürgen Habermas ignorou a existência de Foucault por um longo tempo, e argumenta também que a recíproca é verdadeira. Não será fácil encontrar referências de Habermas nas obras do pensador francês, mas em entrevista a um jornalista, o mesmo teria feito a seguinte colocação: “a semiologia, como estrutura de comunicação, é uma maneira de evitar o caráter violento, sangrento e mortal da história, reduzindo-a à forma apaziguada e platônica da linguagem e do diálogo”.²⁴² Em 1981, Habermas apresenta sua *Teoria da Ação Comunicativa*, em discursos e artigos faz críticas a Foucault por considerá-lo conservador e de posições antimodernas. Para Habermas, a modernidade não seria um projeto falido, mas um projeto incompleto. Assim, segundo Rouanet, não se trata de negar a modernidade, mas de completar esse projeto, ou seja, através de um novo paradigma, o da racionalidade comunicativa, e as virtudes emancipatórias, contidas no projeto iluminista.

Habermas desenvolve o conceito fundamental do agir comunicativo e expõe os modos de Ação do agir comunicativo, são eles:²⁴³

²⁴¹HABERMAS, Jürgen. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora Brasiliense.1976. p.72.

²⁴²ROUANET, Sergio Paulo. As razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras,1987.p.147.

²⁴³REESE-SHÄFER, Walter.Compreender Habermas. Tradução Vilmar Shneider.Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.46-47

1) Agir teleológico (orientado numa finalidade) visa à realização de um objetivo. Como agir estratégico, ele forma a base das abordagens da teoria dos jogos e da teoria da decisão na economia, na sociologia e na psicologia social.

2) Agir Normativo, ou ação regulada por normas: refere-se a grupos que orientam sua ação em valores comuns. A obediência à norma é esperada por todos os membros. Esse modelo serve de fundamento para a teoria atual dos papéis.

3) Agir dramatúrgico: reporta-se à auto-representação expressiva diante de um público.

Agir comunicativo: refere-se ao entendimento discursivo entre sujeitos capazes de falar e de agir, ou sujeitos capazes de linguagem.

Quanto a Ação Comunicativa, a expressão lingüística localiza-se num ato de fala, quando um ator falante se comunica e entende-se com o outro. A relação interpessoal é o meio mais interessante desta relação, pois é através dos atos da fala que os participantes deste processo assumem ações de coordenação ao produzir relações interpessoais. Uma única função da linguagem não é suficiente para que esta relação interpessoal se sustente, é preciso segundo Habermas esclarecer que os atos da fala servem, à coordenação, tornando possível um acordo racionalmente motivado pelos vários, quando as outras funções da linguagem colaboram com o processo, sendo elas: a representação e a expressão. Habermas pontua ainda que *“o ponto de vista da coordenação da ação está situado num nível mais abstrato, não se confundindo com o do ator que visa produzir diretamente uma*

determinada relação interpessoal”²⁴⁴, o pensador ainda nos coloca que o processo de coordenação da ação em geral serve à integração de um mundo da vida compartilhado de forma intersubjetiva com os atores participantes.

Percebe-se que com toda esta exposição acima, inicia-se uma mudança de perspectiva que permite visualizar a contribuição das ações comunicativas para a reprodução de um mundo da vida.

Neste sentido e em linhas gerais, busquemos as divisões estabelecidas por Habermas considerando a sociedade dividida em dois grandes estratos sociais que seriam: *o mundo da vida e o mundo sistêmico*:

O mundo da vida: governado pela racionalidade comunicativa, que se manifesta num processo comunicativo em que os participantes buscam chegar a um entendimento sobre fatos, normas ou vivências. “Cada locutor, participando de uma interação lingüisticamente mediatizada, está alegando que suas afirmações sobre fatos e acontecimentos são verdadeiras, que a norma subjacente às suas ações é justa e que a expressão dos seus sentimentos é veraz. Essas pretensões de validade podem ser aceitas pelo interlocutor, e nesse caso o entendimento visado pelo processo de comunicação se produz de imediato, ou contestadas, e nesse caso pode iniciar-se um processo argumentativo com o objetivo último de induzir um consenso”.²⁴³

²⁴⁴HABERMAS, Jürgen. Pensamento Pós-Metafísico. Estudos Filosóficos. 2ª edição. Tempo brasileiro. Rio de Janeiro-RJ-2002.p.95

²⁴³ROUANET, Sérgio Paulo. As razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.159.

Compreendemos assim, que o mundo da vida serve como pano de fundo para todo o processo da ação comunicativa, considerando que a condição lingüística ideal afasta qualquer corrupção, sendo isto um bloqueio em todo sistema da comunicação, assim, “quem age estrategicamente continua mantendo as costas o seu mundo da vida ou pano de fundo e tendo ante os olhos as instituições ou pessoas de seu mundo da vida, ambas as coisas, porém, numa figura modificada. Assim, o mundo da vida perde sua força coordenadora em relação à ação, deixando de ser fonte garantidora do consenso”.²⁴⁴ E como todos os outros atos do mundo da vida que neste momento não é compartilhado intersubjetivamente.

O mundo sistêmico regido pela razão instrumental: ele inclui os complexos de ação que se autonomizam do processo comunicativo, que passaram a ser regulamentados automaticamente segundo a racionalidade instrumental. Na primeira variante, Habermas incluía nos “subsistemas de ação instrumental” basicamente o mundo do trabalho, em oposição ao mundo da interação: a economia, a tecnologia. Agora inclui-se a economia e o Estado, a economia capitalista, dirigida pelo meio “dinheiro” e o Estado weberiano burocrático, essencialmente administrativo, regido pelo meio “poder”.²⁴⁵

Numa síntese, a ação comunicativa tendo o mundo da vida como pano de fundo, tem por coordenar às ações pelo entendimento com intenção, enquanto o sistema

²⁴⁴HABERMAS, Jürgen. Pensamento Pós-Metafísico. Estudos Filosóficos. 2ª edição. Tempo brasileiro. Rio de Janeiro-RJ-2002.p.97.

²⁴⁵ ROUANET, Sergio Paulo. As razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.161.

coordena as conseqüências das ações, mas o mundo da vida não deixa de sofrer influência do estrato sistêmico.

Habermas esclarece o compromisso do indivíduo no conjunto social, a relação entre homem e cidadão coexistem, deixando claro que o chamado *jogo conjunto* alimenta a ação comunicativa:

“O mundo da vida estrutura-se através de tradições culturais, de ordens institucionais e de identidades criadas através de processo de socialização. Por isso, ele não constitui uma organização à qual os indivíduos pertençam como membros, nem uma associação à qual se integram, nem uma coletividade composta de membros singulares. A prática comunicativa cotidiana, na qual o mundo da vida está centrado, alimenta-se de um jogo conjunto, resultante da reprodução cultural, da integração social e da socialização, e esse jogo está, por sua vez, enraizado nesta prática”.²⁴⁶

3.3 Política Emancipatória em Giddens

O dinamismo de Modernidade ou pós-modernidade segue o que Stuart Hall enfatiza e suas argumentações, e claro, o que Adorno/ Horkheimer expõe sobre a Indústria cultural e toda sua estrutura para alienar ou colocar fim no mesmo, como nega Habermas em suas considerações sobre Identidade. A modernidade existe e convence o indivíduo com toda sua tecnologia, e alcança suas idéias com novidades e ilustrações. O processo de emancipação tem por compromisso libertar o homem daquilo que oprime e o algema, possibilitando-o a uma atitude de

²⁴⁶HABERMAS, Jürgen. Pensamento Pós-Metafísico. Estudos Filosóficos. 2ª edição. Tempo brasileiro. Rio de Janeiro-RJ-2002.p.100.

transformação em relação ao futuro, e possibilitar o rompimento com as desigualdades. Vejamos em Giddens²⁴⁷ como observa a questão:

“Defino a política emancipatória como uma visão genérica interessada, acima de tudo, em libertar os indivíduos e grupos das limitações que afetam negativamente suas oportunidades de vida. Ela envolve dois elementos principais: o esforço por romper as algemas do passado, permitindo assim uma atitude transformadora em relação ao futuro; o objetivo de superar a dominação ilegítima de alguns indivíduos e grupos por outros. A ruptura com as práticas fixas do passado permite que os homens aumentem o controle social as circunstâncias de suas vidas. A política emancipatória só alcança só alcança um conteúdo mais substantivo quando atenta para as divisões entre os homens. Para Marx, é claro, a classe era a agência da emancipação assim como também a força impulsionadora da história. A emancipação geral da humanidade deveria ser alcançada pelo surgimento de uma ordem sem classe. Para autores não-marxistas, a política emancipatória dá maior importância a outras divisões: divisões étnicas e de gênero; divisões entre grupos dirigentes e subordinados, nações ricas e pobres, gerações presentes e futuras. Mas em todos os casos o objetivo da política emancipatória é libertar os grupos não-privilegiados de sua condição negativa ou eliminar as diferenças relativas entre os grupos na sociedade.

A política emancipatória opera com uma noção hierárquica do poder, ele é entendido como a capacidade de um indivíduo ou grupo exercer sua vontade sobre os outros. diversos conceitos-chave e objetivos orientadores tendem a ser especialmente característicos dessa visão da política. A política emancipatória se ocupa de reduzir ou eliminar a exploração, a desigualdade e diferentes autores, e como o principal interesse deste capítulo não é de fato a natureza da política emancipatória. A exploração significa que um grupo, digamos, as classes superiores em relação às classes trabalhadoras, os brancos em relação aos negros, ou os homens em relação às mulheres, monopolizam de maneira ilegítima recursos ou bens desejados, negando ao grupo explorado acesso a eles. A opressão é diretamente uma questão de poder diferencial, aplicado por um grupo para limitar as oportunidades da vida do outro. Como outros aspectos da política emancipatória, o objetivo de

²⁴⁷ GIDDENS, ANTHONY. Modernidade e Identidade. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p.193 a 197.

libertar as pessoas de situações de opressão implica a adoção de valores morais.

A política emancipatória torna imperativos os valores de justiça, igualdade e participação.

Normas de justiça definem o que conta como exploração e, inversamente, quando uma relação de exploração torna-se uma situação de autoridade moralmente defensável. Um caso limite seria o anarquismo, uma vez que essa doutrina afirma que a ordem social só é possível se toda autoridade enquanto tal e não apenas a exploração deixar de existir. Como a política emancipatória cuida acima de tudo de superar relações sociais exploradoras, desiguais ou opressivas, sua principal orientação tende a ser mais de divergência “afastar-se de”, que de convergência “ir em direção a”.

Se há algum princípio mobilizador por trás da maioria das versões da política emancipatória, ele poderia ser chamado de princípio da autonomia.

A emancipação significa que a vida coletiva é organizada de tal maneira que o indivíduo seja capaz, num ou noutro sentido, de ação livre e independente nos ambientes de sua vida social. O indivíduo é libertado de limitações impostas a seu comportamento como resultado de condições exploradoras, desiguais ou opressivas; mas ele não é liberado em termos absolutos. A liberdade supõe agir responsabilmente em relação aos outros e reconhecer as obrigações coletivas. A teoria da justiça de Rawls constitui um importante exemplo de uma versão política emancipatória. Rawls constrói o caso da justiça como ambição organizadora da emancipação. Mas fica em aberto como em realidade os indivíduos e grupos se comportarão numa ordem justa.

Mais ou menos o mesmo pode ser dito da tentativa de Habermas de desenvolver um referencial para a política emancipatória em termos de uma teoria da comunicação. A situação da fala ideal, considerada imanente em todo uso da linguagem, oferece uma visão ativa da emancipação. Quanto mais as circunstâncias se aproximam de uma situação de fala ideal, tanto mais a ordem social será baseada na ação autônoma de indivíduos livres e iguais. Os indivíduos serão livres para fazer suas escolhas informadas sobre suas atividades; da mesma forma que a humanidade ao nível coletivo. Mas há poucas ou nenhuma informação sobre quais serão na realidade essas escolhas”.

Peço desculpas pela transcrição em quantidade, mas o texto de Giddens nos traz informações e bases importantes para reflexões sobre a política de emancipação.

Giddens invoca dois pensadores Habermas e Rawls, que trabalham em suas teorias o conceito de emancipação. Mas com todo este processo de emancipação pelas considerações de Giddens, Habermas com o mundo da vida, pano de fundo do Agir Comunicativo, tendo na linguagem um instrumento de mediação, possibilita uma condução de autonomia entre os indivíduos livres e iguais, assim como em Rawls em sua teoria da justiça para uma sociedade bem ordenada. Assim, sintetizando teremos fatores importantes para o indivíduo voltar a Razão, ou seja: Identidade, Transformação e Emancipação. Atuando no espaço público, o triângulo acima é a possibilidade do exercício democrático, mesmo levando em consideração a racionalidade instrumental - reprodução material/econômica/ da sociedade em busca do êxito e dominação, em face do agir comunicativo, que se estabelece no mundo da vida. Pugliesi enfatiza que no capitalismo tardio (hoje) impera a racionalidade instrumental e a colonização do mundo da vida pelo sistema (Habermas), condenando e encaminhando-nos a repensar a emancipação social, a liberdade e igualdade.

Se retornarmos a Ciampa, o sujeito vive um constante processo de metamorfose e emancipação. Identidade é Metamorfose segundo o autor, sempre uma identidade é pressuposta com as mudanças que vivência dentro o universo de seus significados, ou seja, cada papel que exerce em sua vida o sujeito está *sendo* algo. Ciampa esclarece ainda que, há maneiras possíveis de *modo de produção da identidade*, podendo estar ligada a personagens que se conservam ou em outras fases da vida, adquire personagens que se sucedem, contrapondo-se a idéia da mesmice ou não-metamorfose. A ocorrência da não-metamorfose nos permite

refletir o sentido da emancipação na modernidade líquida de Bauman, em uma época em que o indivíduo busca constantemente, e ao mesmo tempo possa vencer. Emancipar a realidade deslocada do sujeito é à possibilidade de perspectiva deste mesmo sujeito, para que possa retomar os caminhos da cidadania.²⁴⁸

Este sujeito denunciado acima poderá preservar-se na mesmice ou dentro de um processo de não-metarmorfose, não vislumbrando razões de um iluminismo, ou poderá dentro do processo da metamorfose emancipar-se e desenvolver sua razão, vislumbrando um poder de discernimento e por fim evoluir, com nos traz o texto abaixo neste sentido:

“O evoluir do processo de participação desse heterogêneo ator coletivo provoca mudanças em sua estrutura e composição e, quando se desfaz o fator mobilização, o ator coletivo se esfacela no sucesso. Para superar esse quadro de engajamento provisório, tão caro à modernidade, será preciso formular um novo estatuto ao sujeito mercê de uma abordagem mais consistente de problemas da filosofia política como o conflito, emancipação, pluralidade, policulturalismo e toda a messe decorrente de expectativas de gestão democrática da sociedade”.

Márcio Pugliesi (Tese:2008:385)

Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, autor de inúmeras obras entre elas *A sociedade Individualizada e Modernidade Líquida*, nos esclarece que “há um grande

²⁴⁸CIAMPA, Antonio da Costa. A estória do Severino e a história da Severina. São Paulo:Brasilense, 2007. p.154-155-156-157 e seguintes.

e crescente abismo entre a condição de indivíduos de *jure* e suas chances de se tornar indivíduos de *facto*, isto é, de ganhar controle sobre seus destinos e tomar as decisões que em verdade desejam”.

O pensador vai mais além, o abismo não poderá ser transposto apenas pelos esforços individuais de cada um, o abismo que Bauman trata é aquele que invade e contamina a vida dos indivíduos da sociedade, o medo, falta de liberdade, educação etc, o abismo deverá ser cuidado pelo poder público e declara que o espaço público esvaziou-se, perdeu sua força e repovoar é uma tarefa dos indivíduos *de facto*.²⁴⁹

O fato das pessoas buscarem suas identidades é de importância última, sendo que, algumas não se dão conta das fragmentações que vivenciam por conta do chamado colapso do Estado e a sensação de incertezas sempre a espera de políticas salvadoras. Outros indivíduos conscientizados não conseguem adentrar no espaço público e contribuir para maiores mudanças simplesmente por conta das negociações existentes dentro da própria política com a maioria dos que vivem fragmentados. Esta identidade do sujeito ou do homem moderno é que garante o fortalecimento da Nação e por consequência de si próprio, assim o sujeito não mais estará à mercê de ideologias partidárias e ou políticas descompassadas com a democracia e com o bem estar social.

Bauman nos ajuda na construção deste pensamento, assim como em sua obra sua obra *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*²⁵⁰ esclarece “(...) num ambiente de

²⁴⁹BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2001.p.59-50.

²⁵⁰BAUMAN, Zygmunt. Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro:Jorge Zahar Ed.,2005.p.38.

vida líquido-moderna, as identidades talvez sejam as encarnações mais comuns, mas aguçadas, mais profundamente sentidas e perturbadas da ambivalência(...)”.

3.4 Emancipação em Boaventura

Boaventura Sousa Santos, em *Pela Mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*,²⁵¹ esclarece que o sistema social vive uma crise de regulação social concomitantemente com a crise de emancipação. A regulação estaria ligada ao Estado, ao Capital=Mercado e Sociedade e toda energia emancipatória teria sofrido uma conversão em energia regulatória, ou seja, um excesso de regulação que inviabiliza o sistema de emancipação do indivíduo. O português ainda acusa o irracionalismo como culpado destas profundas injustiças sociais existentes, sem que haja uma regulação correspondentemente equilibrada. As desigualdades sociais, fome, miséria distribuída pelo mundo, considerando os recursos disponíveis para suprir as mazelas da humanidade e ao mesmo tempo mal distribuídos, ocasionariam um profundo abismo dentro da modernidade que no intuito de se buscar saídas, busca-se medicalização e drogas para a vida quotidiana em processo de alienação.

Neste sentido o processo de Emancipação tem sentido nos três pensadores declinados, ou seja, em Habermas a emancipação encontra-se no Agir Comunicativo e Identidades pós-convencionais, em Boaventura exorcizar o

²⁵¹SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7ª edição. Edições Afrontamento. 1994.p.41-42-43-121.

excesso regulatório traria equilíbrio ao processo de emancipação social, e em Bauman estaria ligado ao indivíduo de facto e indivíduo de jure.

3.5 Cultura e Civilização e a Constituição do Sujeito

Em última análise, abordaremos os aspectos da cultura e civilização, no interesse de refletir sobre a influência que a cultura exerce sobre comportamentos e condutas do sujeito social, e a influência que a racionalidade instrumental que atua no campo da civilização causa quando inibe os aspectos culturais e acaba exercendo influência na reprodução de valores que se perpetua pela tradição, através das relações sociais. Devemos considerar a tradição um dos elementos da cultura, temos outros como trabalho intelectual, ócio, textos legais etc. Pugliesi posiciona-se sobre cultura e civilização, no intuito de entendermos como estes campos (cultura e civilização) ficam representados na sociedade, e influenciam no sujeito da modernidade e todo envolvimento que promove. Assim:

“Para feito de retirar esse novel sujeito das armadilhas ‘neuroesquizoidizantes’ do capitalismo tardio apresentou-se o sistema disjuntivo Cultura/Civilização como o fito de se organizar sistematicamente as ações de tal sujeito rumo a uma solidariedade e mobilização doadoras de sentido à vida. A Cultura, conjunto de projetos da sociedade, foi concebida como um campo e um subsistema adaptativo da sociedade que inclui outros subsistemas, tais como: textos legais, efetividade, coerção, trabalho intelectual e técnico, feriado (mesmo os cívicos), projeto, ócio, hedonismo, liberdade, Tanathos/Eros, Anti-Eros, pensamento não operacional, teorias, conhecimento, tradições, religiões, ética etc.,. Essa postura buscou enfatizar a necessidade, no âmbito de uma sociedade de controle/conhecimento, de compreender que a superestrutura (numa fala marxiana) adquiriu nova potencialidade: a de determinar e sobredeterminar as possibilidades da estrutura. A própria racionalidade do sistema, ainda quando delimitada por uma tecnoburocracia, obriga o percurso de uma etapa de projeto e, no pior dos casos,

de planejamento antes daquela de investimento. Precisamente nesse conjunto de projetos, até mesmo, por vezes, inconscientes, modela-se a transformação concreta do tecido social. A cultura é campo visto que exerce influência sobre as condutas, quando essas procuram interação com aquela, isto é, tem capacidade de refratar as pressões ou demandas induzir ações que reduzam a conflituosidade e complexidade sistêmicas, mediante alterações (adequadas (reduzidoras de complexidade) ou não) frente a essas dificuldades. A cultura não pode ser confundida com a Civilização porque esta última é subsistema da sociedade que alberga, entre outros subsistemas: norma concretizada, eficácia, coação, trabalho material e tecnológico, necessidade, pensamento operacional, utilidade, igrejas, moralidade, ou seja, os aspectos objetivos decorrentes dos projetos da Cultura”.²⁵²

Habermas esclarece que a prática comunicativa do cotidiano, tendo o mundo da vida como pano de fundo, ocorre num jogo conjunto, resultante da reprodução cultural, da integração social e da socialização, jogo este enraizado nessa prática.²⁵³

Com a análise do texto acima e a relação mútua que podemos realizar entre cultura e civilização, aproximar o sujeito fragmentado da modernidade e da distância que encontra-se dos processos políticos (manipuladores) que o envolve, é trabalho importante, principalmente alertá-lo que a civilização é um campo que poderá ser modificado a partir do fortalecimento da Cultura, como por exemplo projetos desenvolvidos no campo cultural e aplicados na civilização, principalmente considerando que a cultura potencialmente representa o equilíbrio para a civilização.

²⁵² PUGLIESI, Márcio. Sujeito – Traços de um projeto burguês. Tese de Doutorado em Filosofia. 2008. PUC-SP. p. 380 a 381. Ainda no texto sobre Cultura e Civilização apresentado, Márcio Pugliesi avança em suas considerações sobre os subsistemas da cultura e civilização. Ver também Teoria do Direito do mesmo pensador. Editora Saraiva, 2009.

²⁵³ HABERMAS, Jürgen. Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos. 2º Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002. p.98-99.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada tem o intuito de refletir um possível processo de invisibilidade social no campo nacional. As argumentações realizadas com amparo de pensadores já declinados neste trabalho permitiram-me visualizar não apenas a questão do ethos público, mas também a contribuição da denunciada fragmentação do indivíduo que vem colaborar para seu deslocamento. Num primeiro momento, atribuindo o modo de ser deste indivíduo (brasileiro/síntese de costumes) às raízes e ao processo histórico. Num outro momento, é a modernidade que transforma este indivíduo em sujeito incerto, fragmentado e carente de respostas que o direcione. Culpar as raízes e a história, limitaríamos a própria história, pois a modernidade (já considerar a pós-modernidade) faz parte dela e colabora muito para que o indivíduo não vislumbre outros sentidos e preserve-se, muitas vezes, na mesmice, considerando as complexidades que a mesma submete este sujeito. Refletir dois períodos recentes que considero importantes e intrigantes do ponto de vista das manifestações ocorridas na sociedade brasileira, podendo até concluir que os fatos históricos não foram de proporções para tanto, demonstraram e demonstram reações que emitem indícios de emancipação social.

Primeiro foi o período marcado pela ditadura e repressão da liberdade e pela busca de renovação do cenário social e político, enquanto outro que pudemos perceber, foi o caso da mobilização estudantil pedindo a saída do então presidente Fernando Collor, livre de posturas de uma revolução, pode-se considerar uma evolução. Evolução da consciência social em termos de percepção sobre a política

existente. O modo de politizar não mudou, sua dimensão ainda preserva-se numa base distante do Estado Democrático, considerando que são muitos os desencontros, povoados de anseios e necessidades de uma sociedade que participa de processos eleitorais na certeza de melhores dias diante de tantas promessas.

A política demonstra isto e o pior, se lembrarmos Rouanet, a mesma possibilita que o irracionalismo se instaure e seja coroado por muitos governos, para garantia da profissão. Sinto, mas é o que parece, diante de tantos desencontros entre cidadãos e direitos fundamentais, desigualdades e políticas sociais desinteressadas. Considerando também que a racionalidade instrumental conforme Márcio Pugliesi argumenta e a forma estruturante da racionalidade do capitalismo, impede qualquer possibilidade de alcançarmos a tão anunciada emancipação social, liberdade e igualdade, visto que o mundo sistêmico tem feito a lição escolar no processo de colonização do mundo da vida.

A via para a libertação é complexa, considerando a força e o poder da racionalidade instrumental. Foucault nos alertou sobre como o Poder age para conseguir com a sociedade o que deseja, ou seja, não propõe o fim do sujeito, mas sua continuidade para tê-lo e detê-lo. O sujeito encontra-se hipnotizado pela Indústria Cultural, mas Habermas em seu Materialismo Histórico, torna os tempos modernos menos pessimista, se realmente reconhecermos a Identidade do Eu, pois é nesta estrutura que podemos nos fortalecer, no papel da metamorfose e possível emancipação.

A construção de uma identidade política, sua manutenção e emancipação é a idéia desta pesquisa. Iniciamos com a visão de uma possível invisibilidade social existente em nossa sociedade brasileira, trabalhamos com a contribuição que o irracionalismo promove na sociedade, logo desenvolvemos um breve estudo e considerações sobre a constituição da identidade e os desvios que sofre com a consolidação da redução do sujeito, já apontado por Adorno e Stuart Hall.

Acredito na libertação do sujeito por ser um “ser” em processo de constante transformação, isolando desta maneira a idéia do indivíduo determinantemente alienado ou condenado a políticas irracionais. Uma reviravolta nas estruturas colaboradoras destas estratégias intencionalmente construídas e mantidas, que anula e neutraliza a atuação do Sujeito moderno, viria acontecer dentro de uma nova postura civil e política, visando despertar à totalidade das capacidades individuais e ou coletivas nas relações sociais, e por fim, declino o elemento jurídico como instrumento de ação capaz de promover a concretização e o cumprimento das normas, estabelecendo assim, meios para o Indivíduo ter fortalecido sua cidadania.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor-Wiesengrund. Indústria Cultural e Sociedade. 2º Ed., sel.Textos Jorge M.B. de Almeida, trad. Júlia Elisabeth Levy et alii. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Adorno -Vida e Obra. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda.1999.

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer – o poder soberano e a vida nua I. Tradução Henrique Burigo, 2º reimpressão, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Introd. Celso Lafer, trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

ANSARA, Soraia. Memória Política da Ditadura Militar e Repressão no Brasil: Uma Abordagem Psicopolítica. Tese Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Ano de 2005.

A.NOVAIS,Fernando/coordenador geral da coleção; SCHWARCZ MORITZ, Lilia/organizadora do volume. História da vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras.

BAUDOUIN, Jean. Introdução a Sociologia Política. Editorial Estampa.Lisboa, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Ambivalência. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1999.

_____.A sociedade Individualizada. Vidas Contadas e Histórias Vividas. Tradução José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2001.

_____.O mal estar da pós-modernidade. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____.Modernidade Líquida. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____.Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman; tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2005.

BERGER, P.L.& LUCKMANN, T.A *Construção Social da Realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção: um estudo sobre o poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. Malheiros Editores Ltda, 21º ed. 2008.

BRUNETTI, Renata M. *A escuta do “mundo da Vida” na constituição de uma sociedade emancipatória*. Tese Doutorado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – ano de 2007.

CABAS, Antonio Godino. *O sujeito na Psicanálise. Da questão do sujeito ao sujeito em questão*. 1º ed. Rio de Janeiro – RJ. Jorge Zahar., 2009.

CAMPOS, André e organizadores. *Altas da exclusão social no Brasil, volume 2: dinâmica e manifestação territorial*. 2º ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, Sônia Regina Ribeiro. *A central de Movimento Populares e o Processo Brasileiro de Democratização: Uma Trajetória em Construção – 1993 – 2003 -*. Tese Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – ano 2007.

CASTELO BRANCO, Guilherme. *Kafka, Foucault: sem medos/coordenador Edson Passetti*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

CAVA, B. & MENDES, F.A. *A vida dos direitos – Violência e Modernidade em Foucault e Agamben*. Rio de Janeiro: NPL/Agon Grupo de Estudos, 2008, volume 2 (Revista Política do Direito AGON).

CIAMPA.A.C.A *Identidade Social e suas relações com a ideologia*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. PUCSP.

CIAMPA, Antonio da Costa. *A estória de Severino e a História de Severina, um ensaio de Psicologia Social*. 6º reimpr. São Paulo, SP: Brasiliense, 1998 (1ª. Ed. 1987 – 2005)

C INTRA, Vânia Leal. *A Ideologia do Estado Subalterno*. Tese Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo 2008.

CHALITA, Gabriel. *Educação: a solução está no afeto*. São Paulo: Editora Gente, SP, 1º ed., 2001.

CRITELLI, Dulce Mára. *Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

DAMATTA, Roberto. Brasileiro: Cidadão? 1º edição. São Paulo-SP. Cultura Editora Associada. 1992.

DAMATTA, Roberto. A Casa & a Rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo.SP. Editora Brasiliense S.A. 1995.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GIDDENS, Anthony. As Consequências da modernidade. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. A Constituição da Sociedade. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes. 1989.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault e a Constituição do Sujeito. São Paulo – SP. Educ, 2003.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

FREUD. S. O mal estar na Civilização. São Paulo. Abril Cultural, 1999.

FURTADO, Celso. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1922.

FURTADO, Celso e outros. Brasil: Crise e Destino: entrevistas com pensadores contemporâneos. (organização: César Benjamin e Luiz Antonio Elias). Editora Expressão Popular.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. Processo Constitucional e Direitos Fundamentais, 4º Ed. Revista ampliada. Ed.RCS Ltda., 2005.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. Teoria da Ciência Jurídica, São Paulo: Saraiva, 2001.

GROSSI, Maria Stela Porto/ Dwyer, Thomas Patrick.(org). Sociologia e realidade: Pesquisa Social no século XXI. Brasília: Ed. Universidade de Brasília., 2006.

HABERMAS, Jürgen. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Tradução: Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro. 1989.

HABERMAS, Jürgen. *A Inclusão do Outro*. Estudos de teoria política. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Tradução de Flávio Beno Siebeneicheler. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro Ltda 1990. (2º. Ed. Frankfurt am Main, Ed. Suhrkamp, 1988).

_____. *Conhecimento e Interesse*. Introdução e Tradução de José N. Heck. Rio de Janeiro, ZAHAR Editores (1968).

_____. *Textos e Contextos*. Stória Editores, Ltda. 1991.

_____. *O discurso Filosófico da Modernidade*. Introdução e Tradução de Ana Maria Bernardo, José Rui Meirelles Pereira, Manuel José Simões Loureiro, Maria Antonia Espadinha Soares, Maria Helena Rodrigues Carvalho, Maria Leopoldina de Almeida e Sara Cabral Seruya e Revisão Científica Antonio Marques. Lisboa Codex – Portugal: Publicações Dom Quixote Ltda 1990. 1º edição.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u436419.shtml> (capturado em 05 de março de 2010).

<http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara/default.asp>> capturado em 15 de fevereiro de 2010.

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias> capturado em 10 de fevereiro de 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós Modernidade*, 6º. Ed., trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos Direitos Humanos – Um Dialogo com o Pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

LIMA, Aluísio Ferreira. *A dependência de drogas como um problema de Identidade: Possibilidades de apresentação do “Eu” por meio da Oficina Terapêutica de Teatro*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. PUCSP.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 3º ed. São Paulo, Pioneira, 1976.

LUHMANN, Niklas. *Introdução a Teoria dos Sistemas*. Tradução de Ana Cristina do Nascimento Nasser - São Paulo – SP. Ed Vozes., 2009.

MELLO E SOUZA, Nelson. Modernidade: A estratégia do abismo. 2º Ed. Ver. E ampliada. Campinas/SP. Unicamp. 1999.

MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais. Investigação em Psicologia Social. 1º.ed. São Paulo, SP: Editora Vozes, 2003.

NEVES, Marcelo. A constitucionalização simbólica. 2º ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

NEVES, Marcelo. Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil: O Estado Democrático de Direito a partir e além de Luhmann e Habermas. São Paulo. Martins Fontes, 2006.

PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionamento as noções de perda de identidade e desenraizamento. Em Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado. Inês Signorini (org). Campinas, SP: Mercado de Letras. 1998.

PUGLIESI, Márcio. Sujeito – Traços de um projeto burguês. Tese de Doutorado em Filosofia. 2008. PUC-SP.

PUGLIESI, Márcio. Filosofia Geral e do Direito: uma abordagem contemporânea.

RASSI, Joseph Simon. Ensaio sobre a Corrupção no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola Paulista de Sociologia.

RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. Tradução Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves - 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil. Organização: Maria Luiza Tucci Carneiro.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Imprensa Oficial do Estado – Fapesp, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão e organizadores. O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Educ, 2004.

ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 11º. Ed., São Paulo: Cortez, 2006.

SAWAIA, Bader (org). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 4º. Ed., Petrópolis/RJ. Vozes. 2002.

SOUZA, Jessé. A modernização seletiva. Uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. (colaborador André Grillo). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. (organizador). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasileira: Editora Universidade de Brasileira, 2001.

SOUZA, Jessé. A Invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Teoria dos Sistemas e o direito brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.

WALZER, Michael. Esferas da Justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade. Tradução Jussara Simões; 1º ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

APÊNDICE

Esquema 2: Ilustração dos níveis de consciência moral (Kohlberg)

Pressupostos cognoscitivos	Níveis de consciência moral	Idéias de vida boa e justa	Sanções	Esfera de validade
II a. Pensamento concreto-operacional	1. orientação "punição-obediência"	maximização do prazer através da obediência	penalidade (subtração de gratificações físicas)	ambiente natural e social (não diferenciados)
	2. hedonismo instrumental	maximização do prazer através da troca de equivalentes		
II b. Pensamento concreto-operacional	3. orientação "bom moço"	eticidade concreta de interesses satisfatórios	vergonha (subtração de afeto e de reconhecimento social)	grupo das pessoas de referência primária
	4. orientação "lei e ordem"	eticidade concreta através do hábito a um sistema de normas		integrantes do grupo político
III Pensamento formal-operacional	5. legalismo social-contratual	liberdade civil e beneficência pública	culpa (reação da consciência moral)	associados jurídicos em geral
	6. orientação no sentido de princípios éticos	liberdade moral		indivíduos privados em geral

²⁵⁴HABERMAS, Jürgen. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora Brasiliense.1976. p.63.

**Esquema 3. Estruturas gerais do agir comunicativo.
Qualificações do agir segundo papéis.**

pressupostos cognoscitivos	níveis de interação	planos de ação	motivações de ação	atores	normas	percepção de motivos	atores
I. Pensamento pré-operacional	interação incompleta	ações e consequências concretas	prazer-desprazer generalizados	identidade natural	compreender e seguir as expectativas de comportamento	externalizar e realizar intenções de ação (desejos)	perceber ações e atores concretos
II. pensamento concreto-operacional	interação completa	papéis, sistemas de normas	carecimentos culturalmente interpretados	identidade de papel	compreender e seguir as expectativas de comportamento reflexivo (normas)	distinguir entre dever e querer (dever/inclinação)	distinguir entre ações/norma e sujeitos individuais/portadores de papéis
III. pensamento formal-operacional	agir comunicativo e discurso	princípios	interpretações concorrentes dos carecimentos	identidade do Eu	compreender e aplicar normas reflexivas (princípios)	distinguir entre autonomia e heteronomia	distinguir entre normas particulares/universais e entre individualidade/Eu em geral

²⁵⁵HABERMAS, Jürgen. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora Brasiliense.1976. p.65.